



PROJETO EDUCATIVO LOCAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE VIZELA

Vizela
CÂMARA MUNICIPAL



VIZELA, JUNTOS
EDUCAMOS PARA
O FUTURO.

O Futuro começa agora.

DIAGNÓSTICO
(volume I)



Ficha técnica

Título

Vizela, juntos educamos para o futuro! O futuro começa agora.
(Projeto Educativo Local – Diagnóstico - volume I)

Coordenação científica

António Manuel Rochette Cordeiro • Luís Alcoforado

Coordenação técnica

Cristina Barros • Mafalda Frias

Equipa técnica | Universidade de Coimbra

André Fonte • Djime Dourado • João Caseiro •
Márcia Silva • Margarida Santos

Equipa Câmara Municipal de Vizela

Victor Hugo Salgado
Agostinha Freitas
Carla Pinto Leite
Carina Vale Abreu
Susana Amaral
Susana Salgado

Edição e design gráfico

Universidade de Coimbra
Cristina Barros

Data

julho de 2022

ÍNDICE

Acrónimos e Siglas	9
Conceitos	10
Introdução	15
A Enquadramento territorial	21
1. Localização e caracterização física.....	23
2. Rede de acessibilidades	27
Síntese.....	29
B Caracterização demográfica.....	31
1. Dinâmicas demográficas. Passado, Presente e Futuro	33
1.1. Enquadramento de Vizela no contexto regional.....	33
1.2. Evolução e distribuição da população	34
1.3. Fatores da dinâmica demográfica	38
1.4. Estrutura etária da população, envelhecimento e dependência.....	42
Síntese.....	47
C Caracterização Socioeconómica	49
1. Nacionalidade.....	51
2. Famílias	52
3. Condições de vida e Saúde	56
5. Dinâmica económica e mercado de trabalho.....	62

5.1. Empresas e território	62
5.2. Atividade, rendimentos e desemprego.....	65
Síntese	74
D Dinâmicas educativas	77
1. Qualificação da população	79
2. Rede educativa	82
3. Evolução da população escolar	84
3.1. Educação pré-escolar	84
3.2. 1º CEB	85
3.3. 2º e 3º CEB	85
3.4. Ensino secundário	86
3.5. Educação de Adultos	88
4. Projeções da população escolar	91
4.1. Educação pré-escolar	93
4.2. 1º CEB	93
4.3. 2º e 3º CEB	94
4.4. Ensino secundário	94
Síntese	95
E Sucesso Educativo	97
1. Escolarização, retenção e desistência	99
2. Resultados escolares	102
2.1. Exames nacionais.....	102
Síntese	104
F Educação Inclusiva.....	105
1. Notas introdutórias.....	107
1.1. Decreto-Lei nº 54/2018.....	108
2. Caracterização global	110
2.1. Género, faixa etária e área de residência	110
2.2. Estabelecimento e nível de ensino frequentado.....	112

3. Intervenção	113
3.1. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	114
3.2. Mobilização de planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão.....	116
3.3. Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão.....	119
3.3.1. Recursos humanos específicos	119
3.3.2. Recursos organizacionais específicos	120
3.3.3. Equipamentos de Apoio	122
3.4. Atividades escolares e extraescolares	122
3.5. Transporte	123
3.6. Envolvimento parental	123
3.7. Considerações finais.....	124
Síntese.....	125
G Empresas e necessidades de formação	127
1. O papel das empresas no Projeto Educativo Local	129
2. Caraterização da amostra	130
3. Formação contínua.....	132
4. Formação profissional.....	137
5. Perspetivas de crescimento económico.....	142
6. Integração das empresas no Projeto Educativo Local.....	144
Síntese.....	146
H Movimento Associativo.....	149
1. Notas introdutórias.....	151
1.1. Associativismo e desenvolvimento local.....	151
2. O Tecido Associativo de Vizela.....	154
2.1. Caracterização geral das associações.....	154
2.2. Caracterização dos sócios.....	159
2.3. Caracterização da Direção	161
2.4. Considerações finais	162
Síntese.....	163

Referências bibliográficas	165
Índice de Figuras.....	167
Índice de Quadros	171

Acrónimos e Siglas

- CAE** – Classificação das Atividades Económicas
- CEB** – Ciclo do Ensino Básico
- CRI** – Centro de Recursos para a Inclusão
- DGEEC** – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
- DGEstE** – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- EMAEI** – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
- EB** – Escola Básica
- EPCC** – Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio
- ES** – Escola Secundária
- Ha** – Hectare
- hab/km²** – Habitantes por km²
- IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Jl** – Jardim de Infância
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- ME** – Ministério da Educação
- NRJEI** – Novo Regime Jurídico da Educação Inclusiva
- NSE** – Necessidades de Saúde Especiais
- NUT** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- PEI** – Programa Educativo Individual
- PEL** – Projeto Educativo Local
- PIT** – Plano Individual de Transição
- PSI** – Plano de Saúde Individual
- RTP** – Relatório Técnico-Pedagógico
- UF** – União de Freguesias
- UFCD** – Unidades de Formação de Curta Duração

Conceitos

Áreas mediantemente urbanas - Freguesias que não tendo sido já integradas em APU cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente urbanas - freguesias que cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente rurais - Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediantemente Urbana".

CAE rev.3 - Classificação e agrupamento das unidades estatísticas produtoras de bens e serviços, segundo a atividade económica; - Organização, de forma coordenada e coerente da informação estatística económico-social, por ramo de atividade económica, em diversos domínios (produção, emprego, energia, investimento, etc.); -Comparabilidade estatística a nível nacional, comunitário e mundial.

Crescimento efetivo - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Crescimento natural - Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

Densidade populacional (hab/km^2) - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por km^2).

Encargos médios mensais por aquisição de habitação - [(encargos médios mensais por aquisição de habitação própria * número de alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos + valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados × número de alojamentos arrendados) ÷ (número de alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos + número de alojamentos arrendados)].

Famílias reconstituídas ou recompostas - Núcleos compostos por um casal “de direito” ou “de facto” com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adotado, apenas de um dos membros do casal, ou seja, fruto de um relacionamento conjugal anterior.

Ganho médio mensal - Montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com caráter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas, mas não efetuadas. Inclui, para além da remuneração de base, todos os prémios e subsídios regulares (diuturnidades, subsídios de função, de alimentação, de alojamento, de transporte, de antiguidade, de produtividade, de assiduidade, de turno, de isenção de horário, por trabalhos penosos, perigosos e sujos, etc.), bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

Índice de dependência de idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência total- Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de envelhecimento - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

Índice sintético de fecundidade - Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil). O número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo de substituição de gerações nos países mais desenvolvidos.

Núcleo familiar - Conjunto de duas ou mais pessoas com laços de parentesco que podem formar um núcleo familiar conjugal (um casal, casado de direito ou em união de facto, com ou sem filhos) ou um núcleo familiar monoparental (um pai ou uma mãe com um ou mais filhos). O núcleo familiar conjugal com filhos pode ter apenas filhos comuns ou ser um núcleo reconstituído ou recomposto se incluir pelo menos um filho, natural ou adotado, de apenas um dos membros do casal (o termo “recomposto” é preferido neste destaque por apontar para a recomposição familiar no seu todo e não só para a reconstituição no interior do casal). (Neste destaque também se utiliza “família monoparental” e “família recomposta” como sinónimos de núcleo familiar monoparental e de núcleo familiar reconstituído ou recomposto).

PIB per capita - (produto interno bruto no ano civil ÷ população média anual residente).

Poder de compra per capita - Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões.

População ativa - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Proporção da população residente com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino - relação entre a população residente com idade entre os 6 e os 15 anos que não frequenta o sistema de ensino e o total da população residente com idade entre os 6 e os 15 anos (população residente 6 a 15 anos que não frequenta o sistema de ensino ÷ população residente 6 a 15 anos × 100).

Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º CEB completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%) - relação entre a população residente com idade entre os 18 e os 24 anos, que completou o 3º ciclo do ensino básico e não se encontra a frequentar o sistema de ensino, e a população residente com idade entre os 18 e os 24 anos (população residente com 18 a 24 anos que concluiu o 3º CEB e não frequenta o sistema de ensino ÷ população residente com 18 a 24 anos × 100).

Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nível de escolaridade completo (%) - relação entre a população residente com 15 e mais anos que não completou qualquer nível de escolaridade e o total da população residente com 15 e mais anos (população residente com 15 e mais anos sem nível de ensino ÷ população residente com 15 e mais anos × 100).

Proporção de núcleos monoparentais (%) - Núcleos familiares que integram apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s) (núcleos familiares monoparentais ÷ núcleos familiares × 100).

Rendimento social de inserção - Montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de

trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

Saldo migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Subsídio de desemprego - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Taxa bruta de pré-escolarização (%) - Relação entre o número de crianças inscritas no ensino pré-escolar e a população residente em idade de frequentar o ensino pré-escolar (crianças inscritas ÷ população residente entre os 3 e 5 anos × 100).

Taxa de abandono escolar precoce (%) - Percentagem da população entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário (população residente com 18 a 24 anos de idade que não está no sistema de ensino e não completou o ensino secundário ÷ população residente com 18 a 24 anos × 100).

Taxa de analfabetismo (%) - Relação entre a população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever com a população residente na mesma unidade geográfica que possui 10 e mais anos de idade (população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever ÷ população residente com 10 e mais anos × 100).

Taxa de atividade (%) - Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos (população ativa ÷ população residente × 100).

Taxa de crescimento natural (‰) - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 1000 habitantes).

Taxa de desemprego jovem (%) - Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário (população desempregada 15-24 anos ÷ população ativa 15-24 anos × 100).

Taxa de desemprego total (%) - Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa (população desempregada ÷ população ativa × 100).

Taxa de mortalidade (‰) - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de natalidade (%) - Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa de retenção/desistência (%) - Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que ficaram retidos e /ou desistiram \div alunos matriculados \times 100).

Taxa de transição/conclusão (%) - Relação entre o número de alunos que transitaram ou concluíram um nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que transitaram/concluíram \div alunos matriculados \times 100).

Variação populacional (%) - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

INTRODUÇÃO

O **Projeto Educativo Local de Vizela** assume-se como um instrumento de caráter estruturante, regulador das orientações estratégicas e das práticas educativas, implicando processos dinâmicos de análise e diagnóstico e, sobretudo, de partilha do compromisso e da responsabilidade educativa entre os atores educativos, exigindo um processo de monitorização e avaliação ao longo da vigência do projeto. Numa abordagem inovadora ao nível do **planeamento estratégico da educação**, o Município de Vizela aceita acrescentar às suas funções tradicionais, uma atividade capaz de reconhecer e desenvolver, permanentemente, uma função educadora, orientada para a formação, promoção e desenvolvimento de todas as pessoas e respetivas comunidades.

Com o Projeto Educativo Local (PEL) pretende-se, assim, fomentar no concelho de Vizela o desenvolvimento de um sistema formativo integrado, que contribua para o desenvolvimento global e consensual do território. Neste sentido, devem ser tidos em conta:

- o trabalho com diferentes instituições educativas, que transformam a experiência vital em experiência de cultura;
- o sistema produtivo, uma vez que o crescimento ao ser fundamental para o desenvolvimento local, incide na riqueza e complexidade de experiências que o território oferece;
- o reforço qualitativo e coeso da área social, possibilitando vias de conexão com as instituições de solidariedade social;

- o desenvolvimento cultural e desportivo não só com as escolas, mas com outras entidades que devem fomentar o seu lado pedagógico e educativo, tal como o próprio património do território;
- o reforço da ligação ao associativismo que ao ser fomentado tendo em consideração os seus princípios-base, possibilita vias de conexão com o território e intensifica os valores de participação e representação cívica;
- as famílias que garantem um itinerário formativo que não se deve reduzir ao trajeto escolar e deve ser cruzado com estas diferentes áreas, reforçando o desenvolvimento integrado do cidadão.

Por tudo isto, importa abrir as instituições educativas às necessidades da sociedade, uma vez que associar os diferentes atores sociais à tomada de decisões constitui um dos principais objetivos de aperfeiçoamento dos sistemas educativos, sublinhando-se, assim, a importância das medidas de descentralização em matéria educativa e a necessidade de aumentar o sentido de responsabilidade das pessoas e das coletividades, de modo a estimular a participação de todos.

O **Projeto Educativo Local de Vizela** apresenta-se dividido em dois volumes:

- **Volume 1** – Diagnóstico
- **Volume 2** – Estratégia Educativa Municipal

O relatório que se apresenta - Diagnóstico - diz respeito ao Volume I do Projeto Educativo Local de Vizela, centrado na caracterização genérica deste concelho numa grande diversidade temática, e numa tentativa de alargar o conhecimento da realidade deste território em termos do seu posicionamento no contexto local, regional e nacional. Este conhecimento servirá de base para o desenvolvimento de políticas e medidas no âmbito educativo, mas não só, uma vez que o “Projeto Educativo Local deve conjugar dinamicamente um alargado conjunto de políticas públicas urbanas integradas, procurando combinar a melhoria da estrutura biofísica do território urbano, com ações de natureza imaterial dirigida à dinamização dos mercados de trabalho e à capacitação de grupos sociais específicos, visando assumir-se como um dos mais aliciantes desafios para a promoção de um desenvolvimento local sustentável” (Cordeiro *et al*, 2012).

Reconhecendo que o Projeto Educativo Local de Vizela deverá ter uma abordagem territorial, é fundamental que se conheça em maior detalhe as diferentes dinâmicas que têm

vindo a caracterizar este território ao longo das últimas décadas. Neste contexto, o diagnóstico apresentado resulta de uma leitura às componentes demográficas e socioeconómicas do concelho de Vizela e das freguesias que o integram, apresentando-se os dados relativos às unidades territoriais de referência (Ave, Região Norte e País).

Procurou-se apresentar uma análise estatística despretensiosa, com a compilação de alguns indicadores, chamando a atenção para as suas inevitáveis insuficiências e limitações, mas que ainda assim concedem uma visão global aos diferentes territórios, sugerindo padrões territoriais de comportamento em algumas dimensões analisadas.

Deste modo, o documento está organizado da seguinte forma:

- No **capítulo A** faz-se o enquadramento geral do concelho de Vizela, em termos da sua inserção territorial, caracterização física e rede de acessibilidades;
- No **capítulo B** apresenta-se uma análise ao nível da dinâmica demográfica do passado, atual e futura, com o objetivo de se perceber a evolução ocorrida nos últimos anos, assim como prospetivar como será a população nas próximas décadas. Foi dado particular destaque à evolução futura da população em idade escolar, uma vez que o momento atual obriga a um necessário planeamento de recursos, equipamentos e ações para as crianças e jovens do futuro;
- No **capítulo C** são apresentados indicadores relativos à dinâmica socioeconómica, focando-se aspetos relacionados com a Nacionalidade e multiculturalidade da população, as Famílias, as Condições de Vida e a Saúde, a Escolarização, a Dinâmica Económica, o Emprego, os Rendimentos e o Desemprego. Ao nível da dinâmica empresarial foi concedido um maior destaque a esta temática, uma vez que muitas das estratégias a desenvolver no âmbito do PEL passam pelo efetivo envolvimento do tecido empresarial do concelho, numa lógica de aperfeiçoamento das políticas educativas e de formação e numa clara aposta na qualificação profissional e na educação e formação ao longo da vida;
- No **capítulo D** faz-se o retrato da escolarização da população residente, bem como a oferta e procura de educação e formação do município, incluindo a caracterização da rede educativa e as projeções escolares;
- No **capítulo E** faz-se a caracterização dos indicadores de sucesso escolar, focando a análise nos resultados escolares dos alunos de Vizela. Tratando-se de uma das dimensões basilares do trabalho de diagnóstico, esta análise constitui um



importante elemento de suporte ao desenvolvimento de ações orientadas para a promoção do sucesso escolar.

- No **capítulo F** procede-se à análise da Educação Inclusiva do município, assente na caracterização dos alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, preconizadas pelo Decreto-Lei nº. 54/2018, onde para além de uma caracterização global dos alunos são analisados os planos/programas de apoio e respetivos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão. Esta base de conhecimento afigura-se essencial ao delineamento de ações estratégicas consentâneas com as reais necessidades dos alunos;
- No **capítulo G** aborda-se o papel das empresas no PEL e as suas necessidades em termos de recursos humanos. Esta análise pretende contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às necessidades das empresas que se localizam em Vizela, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região;
- No **capítulo H** apresenta-se a caracterização do Movimento Associativo, onde é valorizado o papel que o movimento associativo assume no desenvolvimento da união das comunidades em torno de interesses e domínios diversos e comuns e cujo papel na luta pela promoção da qualidade de vida das comunidades é fundamental;

Em termos **metodológicos**, o presente diagnóstico recorreu a um conjunto de fontes de informação:

- **Documental** (bibliografia atual sobre as temáticas tratadas, documentos diversos e legislação específica);
- **Estatística** (Instituto Nacional de Estatística, recorrendo aos dados definitivos dos Censos para vários anos, bem como aos anuários estatísticos da Região Norte; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência; DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, entre outras);
- **Inquéritos** (Questionários dirigidos aos professores de Educação Especial, ao Movimento Associativo e às Empresas);
- **Focus group** (Reuniões de auscultação com os principais atores educativos, onde se recolheu importantes contributos para a construção deste instrumento de natureza participativa).

Importa salientar que a realização de diagnósticos desta índole no momento atual assume uma grande complexidade, isto porque ainda só foram divulgados os resultados provisórios dos Censos de 2021, e para uma parte significativa de indicadores ainda não foram divulgados os dados. No entanto, sobretudo para os indicadores económicos e sociais foram utilizados dados provenientes dos Anuários estatísticos.



A | ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

1. Localização e caracterização física

O Município de Vizela, território localizado no litoral norte de Portugal, enquadra-se na região Norte (NUT II), sendo um dos 14 municípios do distrito de Braga. É assim limitado a norte pelo município de Guimarães, a este pelo de Felgueiras, a sul pelo município de Lousada e sudoeste pelo município de Santo Tirso (Figura 1). Faz parte da Comunidade Intermunicipal do Ave - juntamente com os municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vila Nova de Famalicão -, assumindo, neste contexto, muitos projetos e aspirações que este vasto território ambiciona¹.



Figura 1 | Enquadramento administrativo de Vizela.

¹ Integra projetos como o *Cittaslow*, conjuntamente com outros municípios portugueses - Lagos, São Brás de Alportel, Silves, Tavira e Viana do Castelo, fazendo ainda parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras.

O território municipal estende-se por 24,7 km², o qual, e após a revisão administrativa de 2013 (Decreto-lei nº 22/2012, de 30 de maio), passou de sete para cinco freguesias, sendo estas a de Infias, a União das Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João), a de Santa Eulália, de Santo Adrião e a União de Freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio). Este município corresponde a um dos mais meridionais do distrito de Braga, fazendo fronteira com Área Metropolitana do Porto, pelo que se assume como uma área de transição entre esta e os territórios mais setentrionais minhotos.

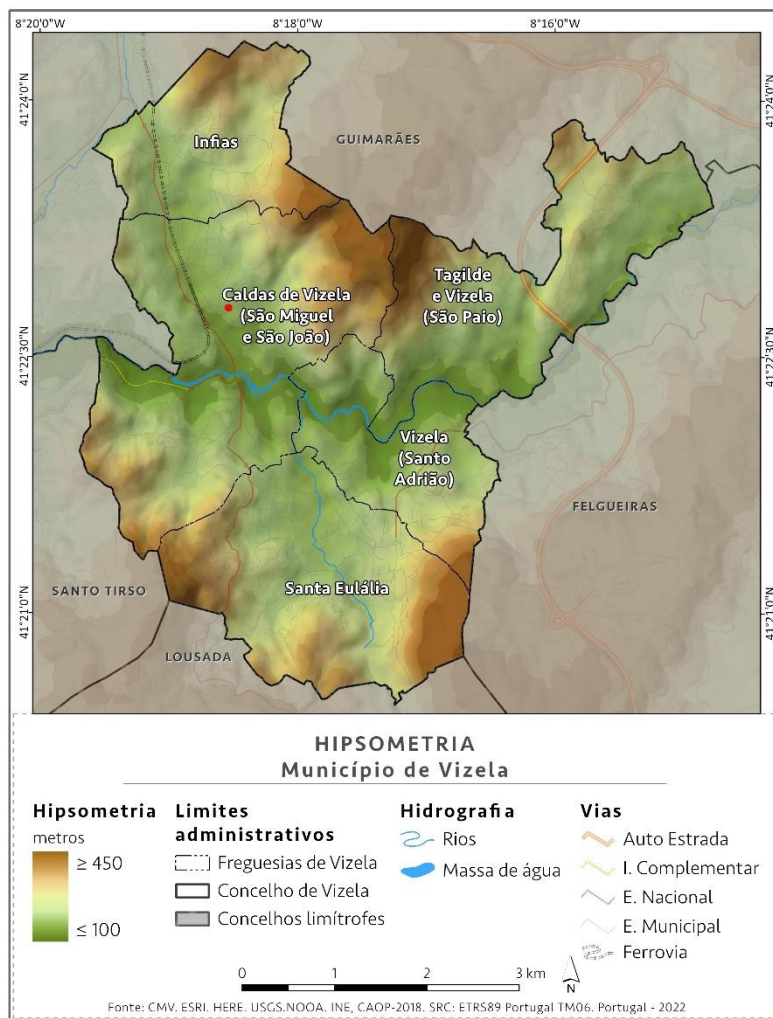


Figura 2. | Hipsometria.

As características físicas e paisagísticas do território são dominadas pelo Maciço Hespérico (Zona Centro-Ibérica), unidade morfoestrutural pela qual se estende pela totalidade do Município, sendo que grande parte da sua superfície assenta essencialmente em granitoides hercínicos, observando-se ainda pequenos setores de metassedimentos do paleózoico e retalhos residuais de aluviões holocénicos que resultam da influência do rio Vizela (Figura 2). Numa análise macro torna-se possível caracterizar o território como

resultado da forte incisão do rio Vizela, na superfície dos 500 metros (Ferreira, 2005) fortemente relacionado com um acidente tectónico com direção Este-Oeste, desenhando um vale, delimitado a norte pelo Monte de S. Bento e sudeste pela Serra do Maninho. No entanto, e numa análise mais micro, a morfologia do Município pode ser caracterizada como um alvéolo complexo (forte influência tectónica) que se desenvolve no sopé das Serras de Campelos e Maragotos a sul e a norte pelo relevo do Monte de S. Bento, o qual atinge as referidas cotas superiores a 500 metros. Este, ao ser constituído por um fundo mais sinuoso drenado pelo rio Vizela, é o resultado da erosão diferencial entre as rochas graníticas onde se desenvolve o alvéolo, intensificada e influenciada pela rede de fracturação, mostrando assim a sua origem poligénica (Soares, 1992).

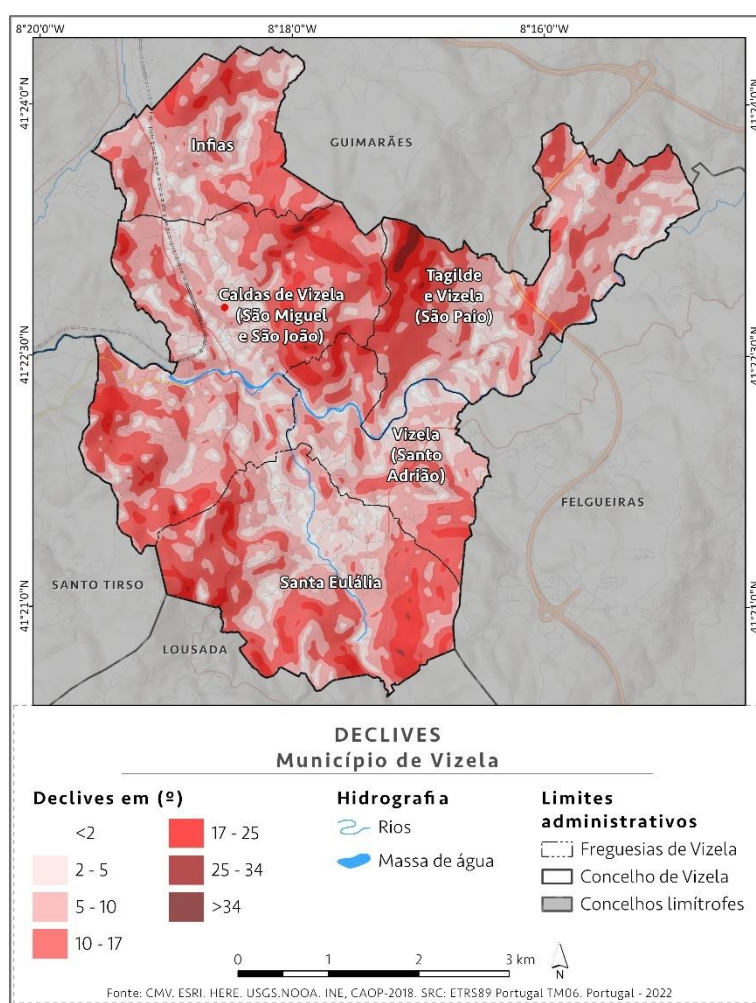


Figura 3 | Declives.

As características do relevo anteriormente descritas evidenciam os declives do Município, onde se pode observar um setor onde o fundo se apresenta algo irregular e delimitado por relevos que apresentam vertentes com valores de declive superior a 17°. Os declives mostram

uma correlação clara entre a ocupação humana do território e os setores onde o declive é menos elevado, ou seja, nos locais mais planos os espaços construídos e os próprios terrenos agrícolas têm tendência a se adensar e a ser predominantes. Identificam-se os setores mais declivosos no setor norte do Município com valores que ultrapassam os 10° e no sul do Município que demonstra a mesma dinâmica (Figura 3).

Ao nível do uso e ocupação do solo é de destacar a importância das áreas florestais, as quais ocupam cerca de 41,2% do território municipal (1017,49 hectares), isto é, quase metade do território de Vizela, sucedendo que se pode ainda associar a estas, os meios seminaturais (1,46%), facto que realça o domínio das áreas (re)naturalizadas no concelho. As áreas florestais são compostas essencialmente por florestas de eucalipto, florestas de pinheiro-bravo, florestas de outras folhosas e também de matos (Figura 4).

Assim como as áreas florestais as áreas agrícolas (30,26%) assumem um lugar de destaque no uso e ocupação do município, sendo que, as classes analisadas atingem mais de 70% do total da ocupação do solo. Deste modo, é de assinalar uma maior ruralidade do que urbanidade do município, notando ainda que as principais culturas agrícolas são as temporárias de sequeiro e de regadio, bem como os vinhedos.

Anteriormente, ao se ter apontando para uma menor urbanidade do município devido a uma predominância das características rurais não exclui que as áreas artificializadas apresente uma forte marca no território. Assim, a espacialização destas no município, representa quase 27% do território de áreas artificializadas. Nessas são de destacar, isto no espaço urbano, o edificado contínuo predominantemente horizontal, essencialmente na freguesia de Caldas de Vizela (São Miguel e São João) e o edificado descontínuo que caracteriza a maior parte do espaço construído do município. Por outro lado, a presença da indústria impõe-se, pela sua importância na composição das áreas artificializadas, como uma peça significativa na impermeabilização de alguns setores do território. O município integra as superfícies com água - Rio Vizela e afluentes, tipologia que ocupa cerca de 0,24 % de toda a superfície municipal.

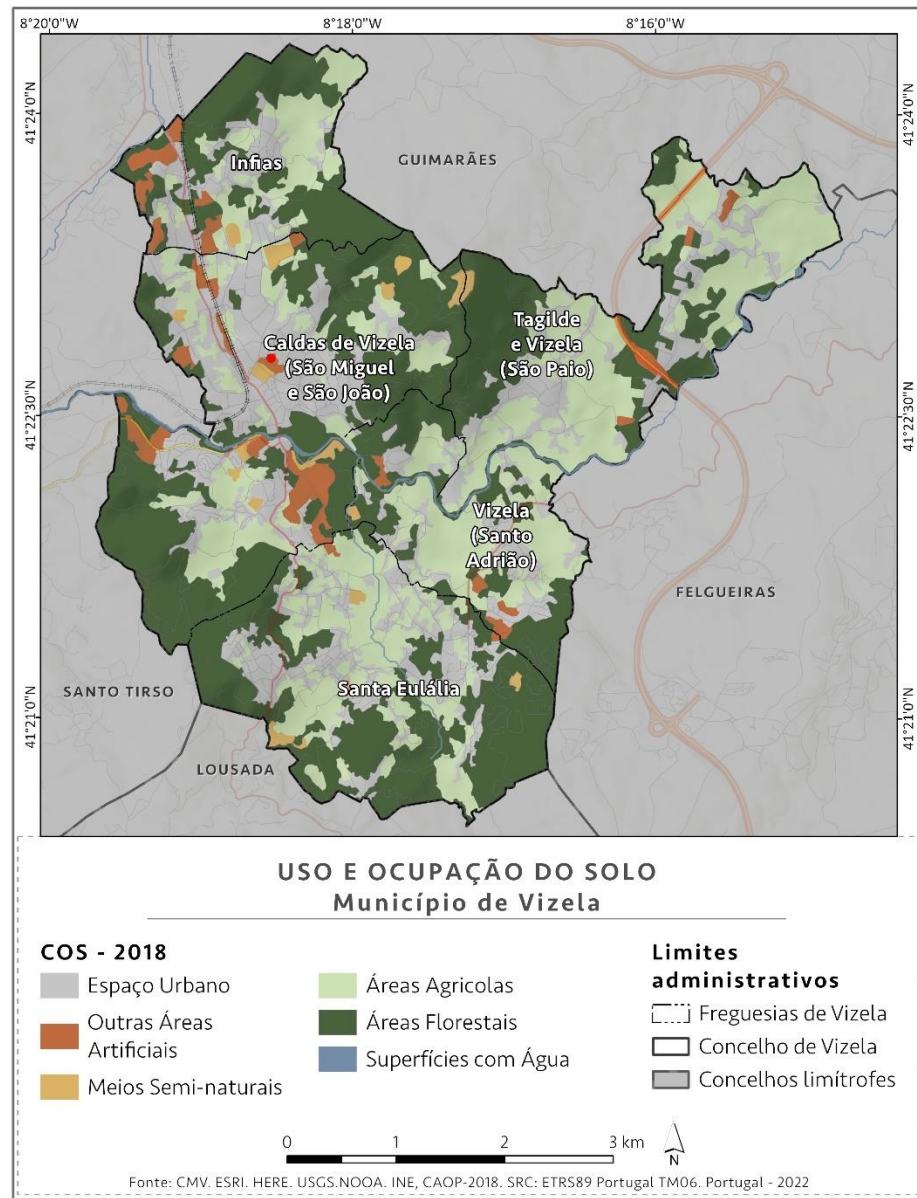


Figura 4 | Uso e ocupação do Solo.

2. Rede de acessibilidades

Relativamente à mobilidade, o município de Vizela evidencia uma posição relativamente privilegiada no contexto das acessibilidades rodoviárias regionais, já que o acesso à rodovia de alta velocidade mais próxima embora não se observando no seio dos limites administrativos do Município, apresenta na freguesia de Tagilde e Vizela (São Paio) o atravessamento da A11, com um dos acessos a ser pouco complicado. A dinâmica de efeito

túnel embora impedindo o acesso mais direto a esta autoestrada, apresenta uma relativa proximidade, bem como A7 que pode também funcionar como acesso predominante ao litoral minhoto e à A3.

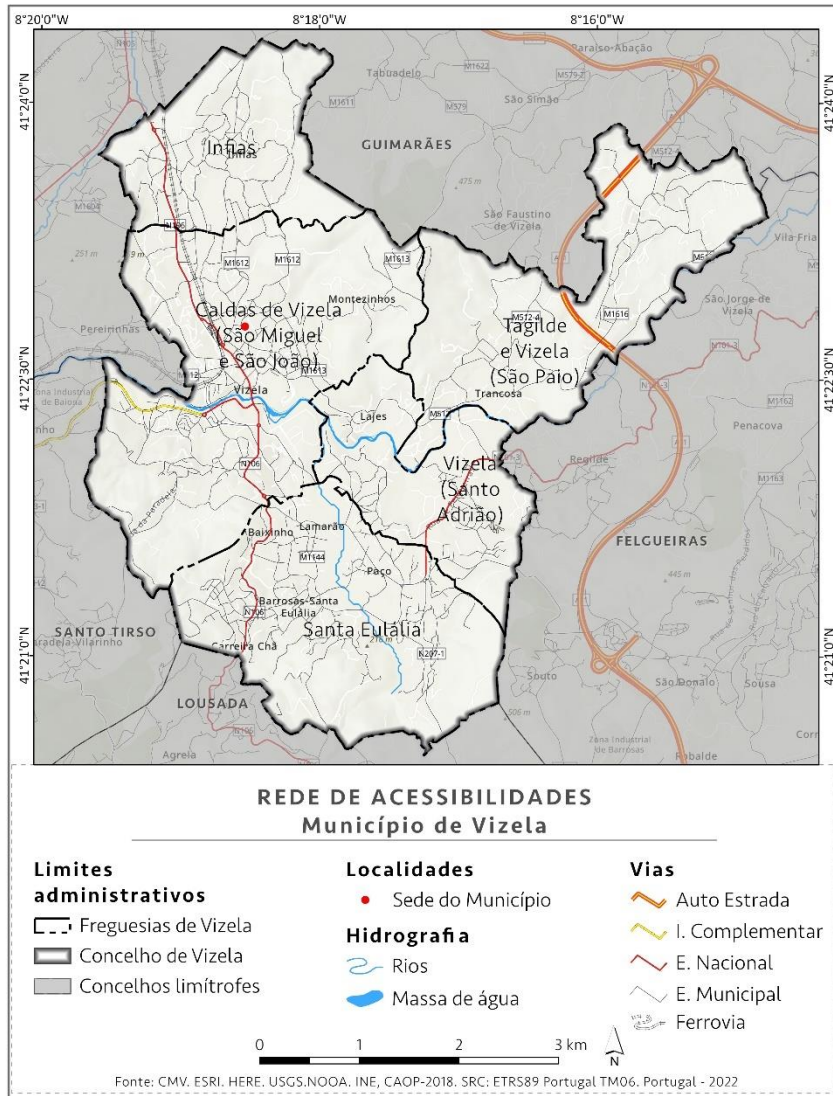


Figura 5 | Rede de acessibilidades municipal.

Em alternativa um dos principais eixos de referência é a ligação Vizela-Famalicão pela Via Intermunicipal (VIM), que atravessa também os municípios de Santo Tirso e Guimarães. Outro eixo importante passa pela EN106 que cruza o Município de Sul a Norte estando associada fortemente ao espaço urbano mais denso anteriormente referido. A EN106 liga Entre-os-Rios e Guimarães, ou seja, proporciona ao Município de Vizela uma ligação aos concelhos de Penafiel e de Guimarães, oferecendo ainda uma ligação entre os distritos de Braga, Porto e Aveiro. Associada aos eixos que promovem o acesso ao Município observa-se uma variante da EN 101 que surge no concelho de Felgueiras, criando uma ligação ao principal

troço desta (EN 101) que liga Valença a Mesão Frio, sendo que proporciona de igual forma o acesso lugares que são atravessadas por esse eixo, tais como Amarante, Lixa, Guimarães, Braga, Vila Verde, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Monção. Ainda ao nível das acessibilidades rodoviárias, mas no interior do Município, o território contém uma malha de estradas municipais que estabelecem uma boa conexão entre os diferentes núcleos urbanos, embora seja de referir que as áreas florestais e algumas áreas agrícolas apresentam uma conectividade menos vantajosa para com o resto do Município (Figura 5).

No plano da ferrovia, o Município, através da Estação Ferroviária de Vizela, apresenta-se como uma interface da Linha de Guimarães a qual, por sua vez, promove o acesso à Linha do Minho. A linha de Guimarães integrando a estação de Vizela permite o acesso da população do Município a alguns concelhos limítrofes e a localidades próximas como Guimarães, Moreira de Cónegos, Lordelo, Vila das Aves ou Santo Tirso.

Síntese

- O concelho de Vizela, juntamente com outros sete concelhos, integra a Comunidade Intermunicipal do Ave.
- É limitado a norte pelo concelho de Guimarães, a este pelo de Felgueiras, a sul pelo concelho de Lousada e sudoeste pelo concelho de Santo Tirso
- Com uma superfície de cerca de 24,7 km², o concelho de Vizela é constituído por cinco freguesias: Infias, União das Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João), Santa Eulália, Santo Adrião e União de Freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio).
- As características físicas e paisagísticas do território são dominadas pelo Maciço Hespérico (Maciço Antigo), unidade morfoestrutural pela qual se estende pela totalidade do concelho, sendo que grande parte da sua superfície assenta em granitoides hercínicos,
- Ao nível do uso e ocupação do solo é de destacar a importância das áreas florestais, as quais ocupam cerca de 41,2% do território municipal
- Um dos principais eixos rodoviários de referência é ao litoral proporcionada pela A7, bem como ligação Vizela-Famalicão pela Via Intermunicipal (VIM), que atravessa também os municípios de Santo Tirso e Guimarães.



B | CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

1. Dinâmicas demográficas. Passado, Presente e Futuro

1.1. Enquadramento de Vizela no contexto regional

O concelho de Vizela, localiza-se na Região Norte de Portugal (NUT II), distrito de Braga, integrando a Comunidade Intermunicipal do Ave (NUT III). Encontra-se limitado a norte pelo concelho de Guimarães, a este por Felgueiras, a sul por Lousada e a oeste por Santo Tirso.

Vizela, com os seus 23.901 habitantes (dados provisórios dos Censos 2021), apresenta-se como sendo o quarto concelho mais populoso no contexto da sub-região, representando 5,7% do total populacional do Ave. Vizela é apenas ultrapassada em termos populacionais pelos concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Fafe (Quadro 1).

Na última década (2011-2021) a evolução foi positiva, com um acréscimo de 0,7% da população residente (165 indivíduos), num contexto em que os restantes concelhos da sub-região do Ave registaram decréscimos populacionais, mais pronunciados em Mondim de Basto, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto.

Com uma superfície territorial de 24,7 Km² e uma população de 23.901 habitantes (Censos 2021), Vizela apresenta-se como sendo um território densamente povoado (956,0 hab./km²), registando uma densidade populacional muito acima da média nacional (112,2 hab./km²), da Região Norte (168,5 hab./km²) e do Ave (288,4 hab./km²), assumindo uma posição de destaque no contexto dos concelhos que constituem o Ave.

O fenómeno do envelhecimento populacional é menos pronunciado em Vizela (136,5), comparativamente aos restantes concelhos do Ave e quando comparado com a média nacional (182,1). Em 2021, para cada 100 jovens existiam 136 idosos em Vizela. De salientar ainda que Vieira do Minho e Mondim de Basto apresentam os maiores índices de envelhecimento da região (308,8 e 275,0, respetivamente).

Este contexto reflete-se no índice de dependência, apresentando o concelho um valor inferior (43,5) ao verificado no Ave (49,5) e no País (57,0). Ou seja, para cada 100 ativos existiam 43 não ativos no concelho.

No que se refere ao peso da população com menos de 14 anos, Vizela apresenta uma proporção de jovens semelhante (12,8%) ao Ave (12,4%) e ao País (12,9%). Por outro lado, a proporção de população com 65 e mais anos (17,5%) assume-se inferior à média nacional (23,4%) e da região do Ave (20,7%).

A taxa de natalidade apresenta-se ligeiramente superior em Vizela (8,3‰), comparativamente à média da região do Ave (7,9‰) e do País (8,2‰). Salientam-se os concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão com taxas de natalidade idênticas (8,4‰ e 8,1‰, respetivamente).

Por último, a proporção de população estrangeira residente em Vizela (1,4%), assume-se pouco relevante, em linha com o verificado nos restantes concelhos pertencentes ao Ave.

Quadro 1 | Caracterização global das dinâmicas demográficas no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	População residente	Variação populacional	Densidade populacional	Índice de envelhecimento	Índice de dependência	Taxa de natalidade	População com menos de 14 anos	População com 65 anos ou mais	Proporção de população estrangeira
	2021	2011-2021		2021		2020		2021	
	nº	%	hab./km ²	nº	%	%	%	%	%
Cabeceiras de Basto	15 560	-6,9	64,3	184,0	53,8	7,1	12,3	22,7	1,4
Fafe	48 506	-4,2	221,5	196,9	53,3	7,1	11,7	23,1	1,5
Guimarães	156 849	-0,8	650,8	159,9	48,1	8,4	12,5	20,0	1,8
Mondim de Basto	6 410	-14,5	37,3	275,0	61,7	4,2	10,2	28,0	1,2
Póvoa de Lanhoso	21 775	-0,7	161,3	183,4	52,9	7,3	12,2	22,4	2,2
Vieira do Minho	11 956	-8,0	55,4	306,8	64,4	6,3	9,6	29,5	1,7
Vila Nova de Famalicão	133 574	-0,2	661,3	153,6	48,1	8,1	12,8	19,7	2,0
Vizela	23 901	0,7	956,0	136,5	43,5	8,3	12,8	17,5	1,4
Ave	418 531	-1,6	288,4	167,3	49,5	7,9	12,4	20,7	1,8
Região Norte	3 587 074	-2,8	168,5	184,1	53,5	7,5	12,3	22,6	2,7
Portugal	10 344 802	-2,1	112,2	182,1	57,0	8,2	12,9	23,4	5,4

Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados provisórios).

1.2. Evolução e distribuição da população

O concelho de Vizela é composto por um total de 5 freguesias, designadamente: União das Freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João); União das Freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio); Infias; Santa Eulália e Vizela (Santo Adrião), perfazendo uma área total de 24,7 km² e com uma população residente de cerca de 23.901 indivíduos (dados provisórios dos Censos 2021).

Tendo por base a tipologia das áreas urbanas do INE (2014), todas as freguesias são classificadas como sendo predominantemente urbanas (APU), destacando-se a União das Freguesias de Vizela (São João Miguel e São João), freguesia densamente povoada (1442 hab./km²) (Quadro 2). Trata-se de um território de matriz essencialmente urbana, muito ligado aos setores secundário e terciário.

Quadro 2 | Tipologia das freguesias, área e densidade populacional.

Unidade territorial	Tipologia	Área (km ²)		Densidade populacional (hab/km ²)	
		2020	2021	2020	2021
Infias	APU	3,1	583		
Santa Eulália	APU	5,6	956		
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	APU	7,7	1 442		
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	APU	5,3	640		
Vizela (Santo Adrião)	APU	3,0	752		
Vizela	-	24,7	968		
Ave	-	1 451,4	288		
Região Norte	-	21 285,9	169		
Continente	-	89 102,1	116		

Fonte: INE.



Fonte: INE, Censos 2021 (resultados provisórios).

Figura 6 | Densidade populacional em 2021.

A consideração para o concelho de Vizela dos valores de população residente desde os anos cinquenta² do século XX permite uma leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita algumas reflexões sobre as características do território. Uma primeira ideia decorre do facto de beneficiar de uma posição privilegiada face às áreas urbanas de Guimarães e Vila Nova de Famalicão, tendo ocorrido entre 1950 e 2021 um acréscimo populacional com significado no contexto do concelho. Efetivamente, desde 1950 até 2021 o concelho ganhou 13.219 habitantes (123,7%), ou seja, mais que duplicou a sua população (Quadro 3).

Quadro 3 | Evolução da população residente e variação populacional, de 1950 a 2021.

Anos	População residente	Variação populacional
	n ^o	%
1950	10 682	-
1960	12 487	16,9
1970	14 115	13,0
1981	17 332	22,8
1991	20 006	15,4
2001	22 595	12,9
2011	23 736	5,0
2021	23 901	0,7

Fonte: INE.

A análise da distribuição dos valores de população residente nas cinco freguesias que integram na atualidade o concelho de Vizela permite distinguir grupos de freguesias que apresentam comportamentos demográficos semelhantes nos dez anos mais recentes (Quadro 4 e Figura 7). A freguesia de Santa Eulália e a UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João) assume-se como a mais populosa no ano de 2021, correspondendo a 46,3% (11.073 habitantes), apresentando-se como o principal aglomerado urbano do concelho. Este centro urbano, gozando de uma posição de centralidade, alberga um maior número de equipamentos coletivos, muitos dos quais com uma área de influência concelhia.

² Embora o concelho tenha sido “criado” apenas em 1998, faz-se a retrospectiva com base nas freguesias que passaram a integrar este território (5 freguesias de Guimarães, 1 de Lousada e 1 de Felgueiras).

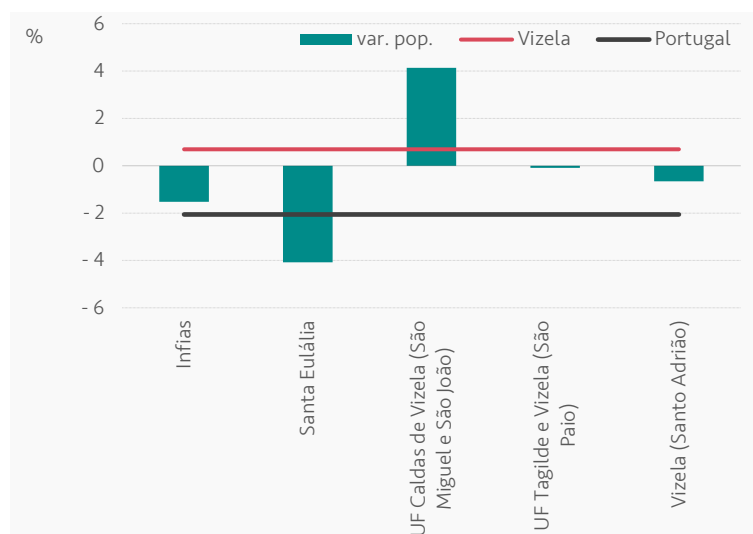
Quadro 4 | População residente e variação, de 2001 a 2021.

Freguesias	2001		2011		2021		Variação populacional			
							2011-2021		2001-2021	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Infias	1 765	7,8	1 840	7,8	1 812	7,6	-28	-1,5	47	2,7
Santa Eulália	5 200	23,0	5 619	23,7	5 390	22,6	-229	-4,1	190	3,7
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	9 999	44,3	10 633	44,8	11 073	46,3	440	4,1	1 074	10,7
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	3 171	14,0	3 364	14,2	3 361	14,1	-3	-0,1	190	6,0
Vizela (Santo Adrião)	2 460	10,9	2 280	9,6	2 265	9,5	-15	-0,7	-195	-7,9
Vizela	22 595	100	23 736	100	23 901	100	165	0,7	1 306	5,8
Ave	426 410	-	425 411	-	418 531	-	-6 880	-1,6	-7 879	-1,8
Região Norte	3 687 293	-	3 689 682	-	3 587 074	-	-102 608	-2,8	-100 219	-2,7
Portugal	10 356 117	-	10 562 178	-	10 344 802	-	-217 376	-2,1	-11 315	-0,1

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados provisórios).

No último período intercensitário, a freguesia mais populosa foi a única que registou um acréscimo populacional, correspondendo a 4,1% (+440 habitantes). As restantes freguesias que constituem o concelho apresentaram, na última década, dinâmicas demográficas semelhantes, verificando-se uma evolução negativa, mais expressiva na freguesia na Santa Eulália, que apresentou um decréscimo populacional de -4,1%, correspondendo a -229 indivíduos (Figura 8).

Em termos comparativos, o concelho de Vizela, com uma evolução positiva de 0,7% nos últimos 10 anos, contrasta com a diminuição dos quantitativos populacionais verificada tanto na Região Norte (-2,8%), como na região do Ave (-1,6%) e no País (-2,1%).



Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021 (resultados preliminares).

Figura 7 | Variação da população residente, entre 2011 e 2021.

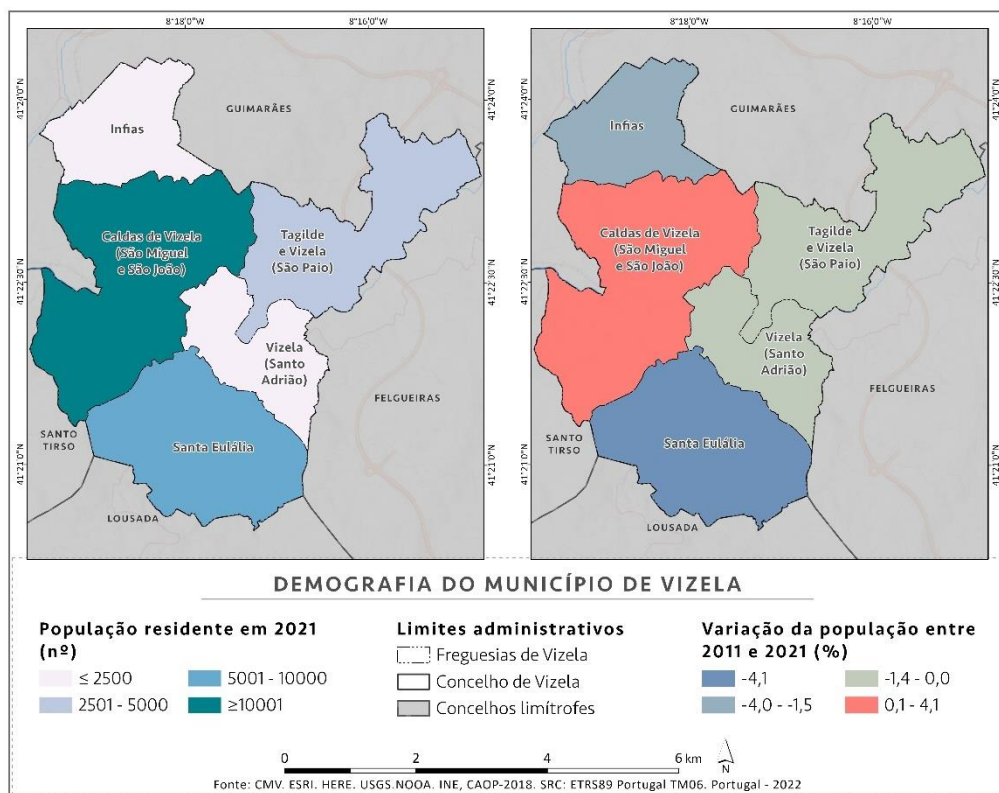


Figura 8 | População residente em 2021 e variação populacional entre 2011 e 2021.

1.3. Fatores da dinâmica demográfica

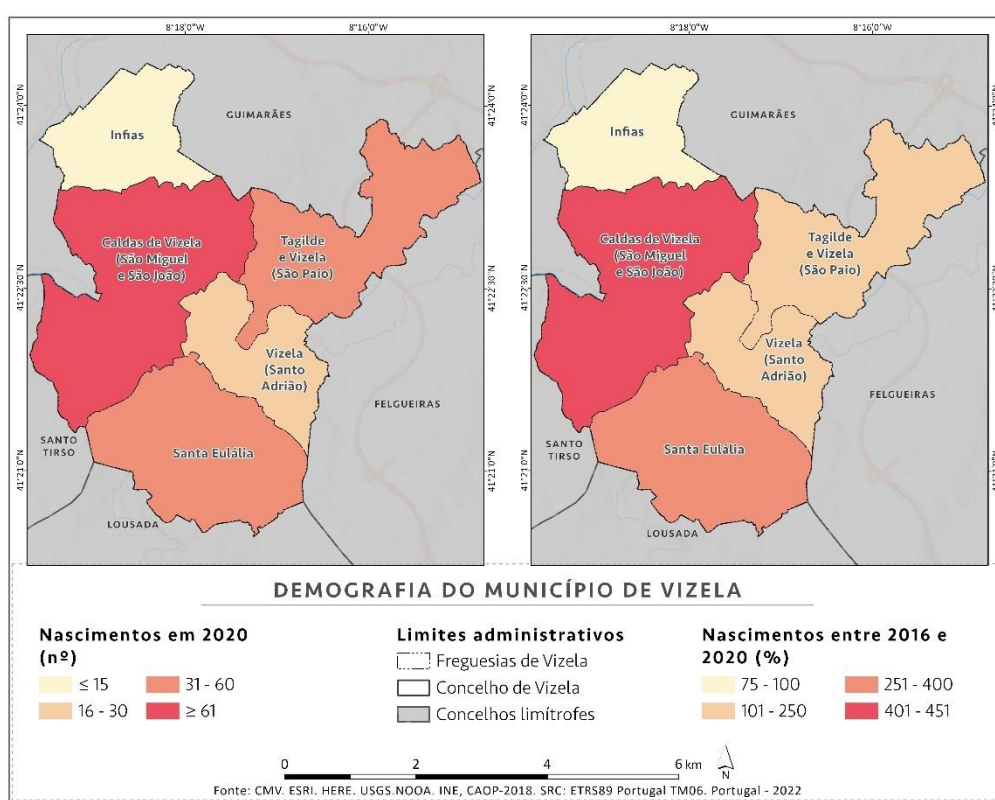
As variações observadas na população do concelho e das freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais: por um lado, o crescimento natural, cuja relação com o próprio planeamento de equipamentos sociais se torna elemento fundamental, e, por outro, o saldo migratório que, no contexto da atual conjuntura, se assume como um fator também decisivo, mas cuja análise se torna particularmente difícil dada a dificuldade em prever a sua evolução.

A análise da evolução dos valores da **natalidade** entre 2011 e 2020 para o concelho de Vizela revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos. A consideração do número de nados-vivos mostra, no entanto, uma tendência geral que se expressa num número de nascimentos anual superior às duas centenas nos anos de 2017, 2018 e 2019 (217, 238 e 203 nados-vivos, respetivamente) (Quadro 5 e Figura 9). No último ano considerado (2020), verifica-se um decréscimo de 2,5%, face ao ano anterior, correspondendo a -5 nascimentos. Se tivermos em conta o período 2011-2020, verifica-se uma diminuição do número de nascimentos, correspondendo a -3,9% (-8 nascimentos). No entanto, em termos globais, apesar das oscilações verificadas, importa referir a tendência positiva no sentido do aumento do número de nascimentos, principalmente a partir de 2014.

Quadro 5 | Nados-vivos, de 2011 a 2020.

Unidade territorial	Nados vivos										2011-2020	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	nº	%
Infias	19	16	14	8	15	15	17	17	13	13	-6	-31,6
Santa Eulália	47	35	39	31	50	59	49	63	55	43	-4	-8,5
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	91	93	87	84	73	81	96	100	93	81	-10	-11,0
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	32	32	24	30	31	24	36	37	27	31	-1	-3,1
Vizela (Santo Adrião)	17	11	12	8	16	18	19	21	15	30	13	76,5
Vizela	206	187	176	161	185	197	217	238	203	198	-8	-3,9

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.



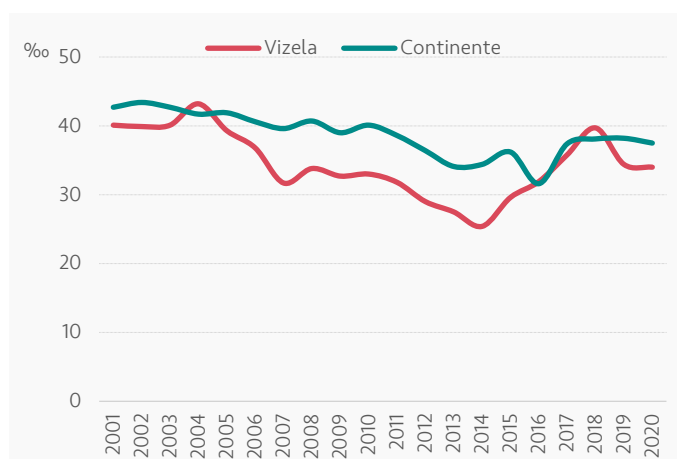
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Figura 9 | Nascimentos em 2020, e entre 2016 e 2020.

Este facto encontra paralelismo na observação da **taxa de fecundidade geral**³, que registou um acréscimo a partir de 2014 (Figura 10). Se no ano de 2001 nasceram cerca de 40,1 crianças por 1000 mulheres em idade fértil e no ano de 2011 nasceram 31,8 crianças. Para o

³ Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) mulheres em idade fértil).

ano mais recente de 2020 e comparativamente a 2001, a relação é de apenas 34 nascimentos por 1000 mulheres em idade fértil, refletindo as transformações relacionadas com a diminuição do número de filhos por mulher, o aumento da idade média da fecundidade, e a elevação da idade média ao nascimento do primeiro filho. O índice sintético de fecundidade⁴ passou de 1,32 em 2001 para 1,15 em 2011. Não obstante o acréscimo até ao ano de 2020 (1,24), os valores estão abaixo do observado o País (1,35 em 2011 e 1,40 em 2020), estando também muito aquém do limiar de renovação de gerações (2,1 filhos por mulher).



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Figura 10 | Evolução da taxa de fecundidade geral entre 2001 e 2020.

A análise da evolução, no mesmo período de tempo, do número de óbitos destaca, igualmente, um comportamento irregular, sendo os valores desde 2011 superiores a uma centena (Quadro 6). No ano de 2011 verifica-se um menor número de óbitos (129), observando-se os valores mais elevados nos anos de 2012 e 2020 (165 e 170 óbitos, respetivamente). Considerando o período 2011-2020, verifica-se um acréscimo de cerca 31,8%, correspondendo a um aumento de 41 óbitos (Quadro 7).

A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência de oscilação, ora com pequenas subidas ora com decréscimos entre 2011 e 2020 (Figura 11). Uma análise mais detalhada da evolução ocorrida na última década indica um ligeiro decréscimo na taxa de natalidade (de 8,6‰ em 2011 para 8,3‰ em 2020).

⁴ Número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade. Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média 2,1 filhos.

Quadro 6 | Óbitos, de 2011 a 2020.

Unidade territorial	Óbitos										2011-2020	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	n.º	%
Infiães	9	7	16	6	13	7	10	13	15	14	5	55,6
Santa Eulália	15	30	30	29	30	10	34	28	28	40	25	166,7
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	64	88	66	77	76	91	73	78	75	84	20	31,3
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	31	26	14	12	16	36	20	11	19	17	-14	-45,2
Vizela (Santo Adrião)	10	14	10	14	15	11	12	14	12	15	5	50,0
Vizela	129	165	136	138	150	155	149	144	149	170	41	31,8

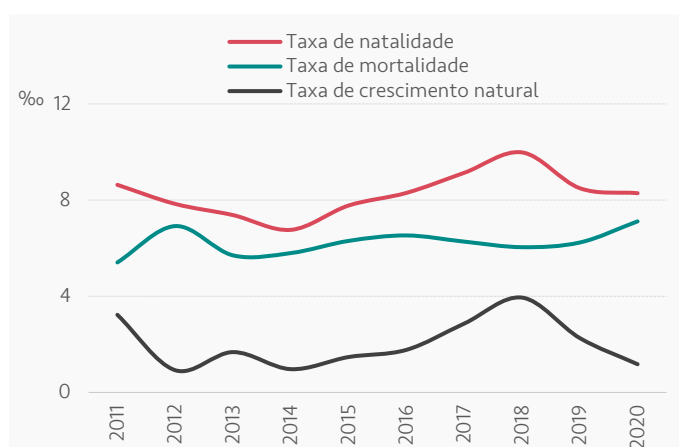
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Quadro 7 | Dinâmica natural, de 2011 a 2020.

Anos	Natalidade	Taxa de natalidade	Mortalidade	Taxa de mortalidade	Crescimento natural	Taxa de crescimento natural
	n.º	‰	n.º	‰	n.º	‰
2011	206	8,6	129	5,4	77	3,2
2012	187	7,8	165	6,9	22	0,9
2013	176	7,4	136	5,7	40	1,7
2014	161	6,8	138	5,8	23	1,0
2015	185	7,8	150	6,3	35	1,5
2016	197	8,3	155	6,5	42	1,8
2017	217	9,1	149	6,3	68	2,9
2018	238	10,0	144	6,0	94	3,9
2019	203	8,5	149	6,2	54	2,3
2020	198	8,3	170	7,1	28	1,2

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Destaca-se o facto dos valores da taxa de natalidade serem sempre superiores aos valores da taxa de mortalidade, traduzindo em crescimentos naturais positivos em todos os anos em análise. Os ganhos populacionais com maior significado ocorreram nos anos de 2011 e 2018 (3,2‰ e 3,9‰).



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Figura 11 | Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural.

A análise anteriormente realizada da evolução demográfica no concelho de Vizela indicava estas tendências ao nível da dinâmica natural da população, ao mesmo tempo que permite também pensar que de certa forma as freguesias terão um comportamento que se traduzirá num poder de atração sobre populações exógenas.

Assim, considerando uma outra escala espacial de análise sublinha-se, para o ano de 2011, o crescimento natural positivo patente em todas as freguesias do concelho de Vizela, variando entre 1 a 32 indivíduos (Quadro 8). As freguesias de Infias e UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João) registaram uma taxa de crescimento natural positiva com maior expressividade (5,4‰ e 5,7‰, correspondendo a 10 e 32 indivíduos, respetivamente).

Quadro 8 | Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural em 2011.

Freguesias	2011					
	Natalidade	Taxa de Natalidade	Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Natural	Taxa de Crescimento Natural
	nº	‰	nº	‰	nº	‰
Infias	19	10,3	9	4,9	10	5,4
Santa Eulália	47	8,4	15	2,7	32	5,7
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	91	8,6	64	6,0	27	2,5
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	32	9,5	31	9,2	1	0,3
Vizela (Santo Adrião)	17	7,5	10	4,4	7	3,1
Vizela	206	8,7	129	5,4	77	3,2
Ave	4376	10,3	3793	8,9	583	1,4
Região Norte	31525	8,5	31578	8,6	-53	0,0
Continente	91701	8,7	97968	9,3	-6267	-0,6

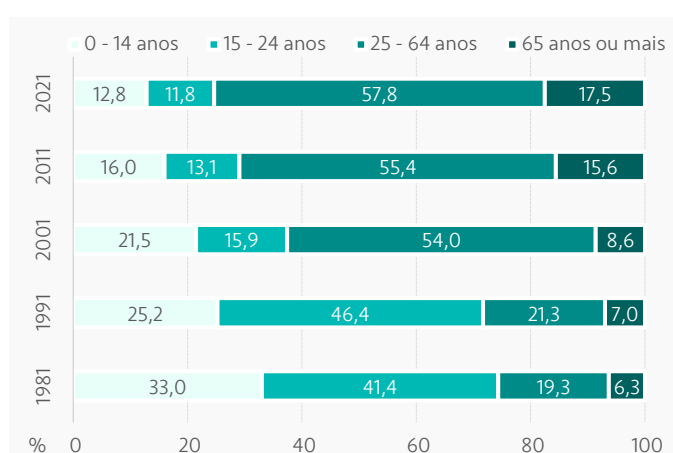
Fonte: INE.

1.4. Estrutura etária da população, envelhecimento e dependência

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população por escalão etário parece ser a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha de modo bastante claro a crescente tendência para o envelhecimento da população.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada dos **grupos etários** desde 1981 a 2021 (Figura 12), verifica-se que no concelho a população adulta (25-64 anos) sofreu um aumento considerável desde 1981 (de 19,3% para 57,8%), tal como a idosa (mais de 65 anos), que também apresentou um aumento, apesar de menos marcado (de 6,3% para 17,5%). Por outro

lado, a população jovem (0-14 anos) e a população jovem adulta (15-24 anos) apresentaram um decréscimo, no mesmo período, de 33,0% para 12,8% e de 41,4% para 11,8%, respetivamente. Este facto traduz-se num duplo envelhecimento que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, e deve merecer uma reflexão dada a rapidez em que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida (a população de 65 anos ou mais representava 17,5% da população total em 2020). Em termos globais, e considerando o período 1981-2021, assistiu-se a um aumento de 281,2% da população idosa (mais de 65 anos) e um decréscimo de 46,4% da população jovem (0-14 anos).



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 1981; Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011, Censos 2021.

Figura 12 | População residente no concelho de Vizela, segundo os grandes grupos etários.

A análise dos resultados da estrutura etária em Vizela sublinha, para a última década, uma evolução demográfica no sentido do rápido envelhecimento da população, tendência que deve motivar uma séria reflexão.

A análise da pirâmide etária do Concelho de Vizela para o ano de 2011 reflete, comparativamente ao ano de 2001, um envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide (Figura 13). Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens e adultas corresponde, naturalmente, um aumento da população idosa (com 75 e mais anos). Quase todos os grupos etários registaram um decréscimo populacional neste período, o que pode estar associado à diminuição dos nascimentos, ao progressivo envelhecimento populacional e ao período de crise económica e financeira que assolou o país após 2008. A tendência prossegue na década seguinte (2011-2020), sendo de sublinhar sobretudo o aumento de idosos nas classes etárias superiores (Figura 14).

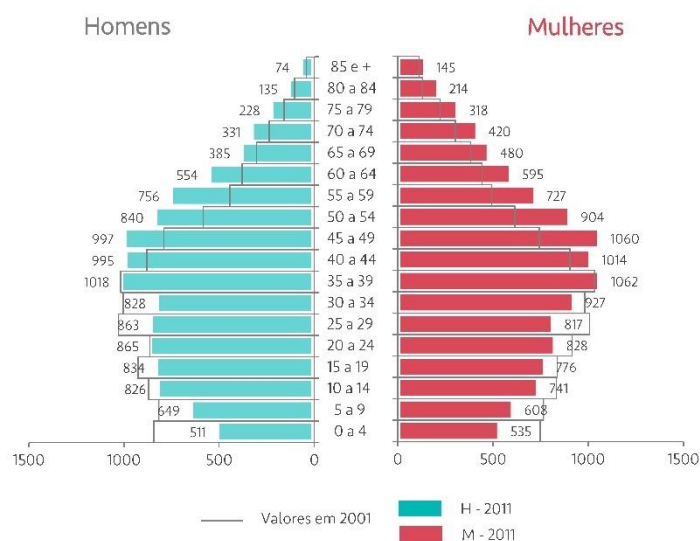


Figura 13 | Pirâmide etária da população residente entre 2001 e 2011.

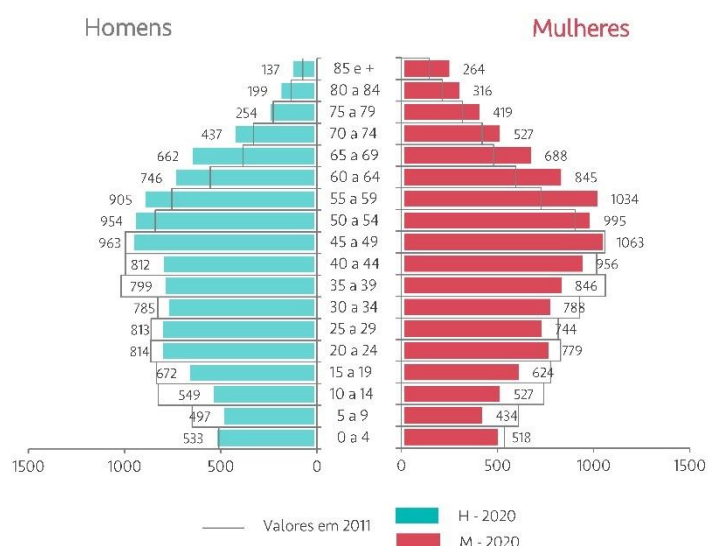


Figura 14 | Pirâmide etária da população residente entre 2011 e 2020.

A evolução do **índice de envelhecimento** (rácio entre o número de idosos e o número de jovens) entre 2011 e 2021 evidencia o ritmo a que esta transformação tem ocorrido, passando de 68 idosos por cada 100 jovens em 2011 para uma relação de 136 idosos por cada 100 jovens em 2021. Não obstante este aumento, trata-se de valores claramente menos expressivos tendo por base o contexto nacional, já que esta relação era no Continente de 127,8 em 2011 evoluindo para 182,1 em 2021. Por outro lado, importa referir que todas as freguesias registaram um acréscimo no índice de envelhecimento entre 2011 e 2021, salientando-se o valor menos expressivo deste índice em 2021 na freguesia de Vizela (Santo Adrião) (83 idosos para cada 100 jovens).

A leitura dos resultados do **índice de dependência**⁵ ajuda, também, a refletir sobre a necessidade de definir políticas ativas no que diz respeito à população. Para o concelho de Vizela ocorreu um aumento do valor deste índice entre 2011 e 2021, de 39,3% para 43,5%, o que significa que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos, em 2011 e 2021, existiam 39 e 43 não ativos, respetivamente.

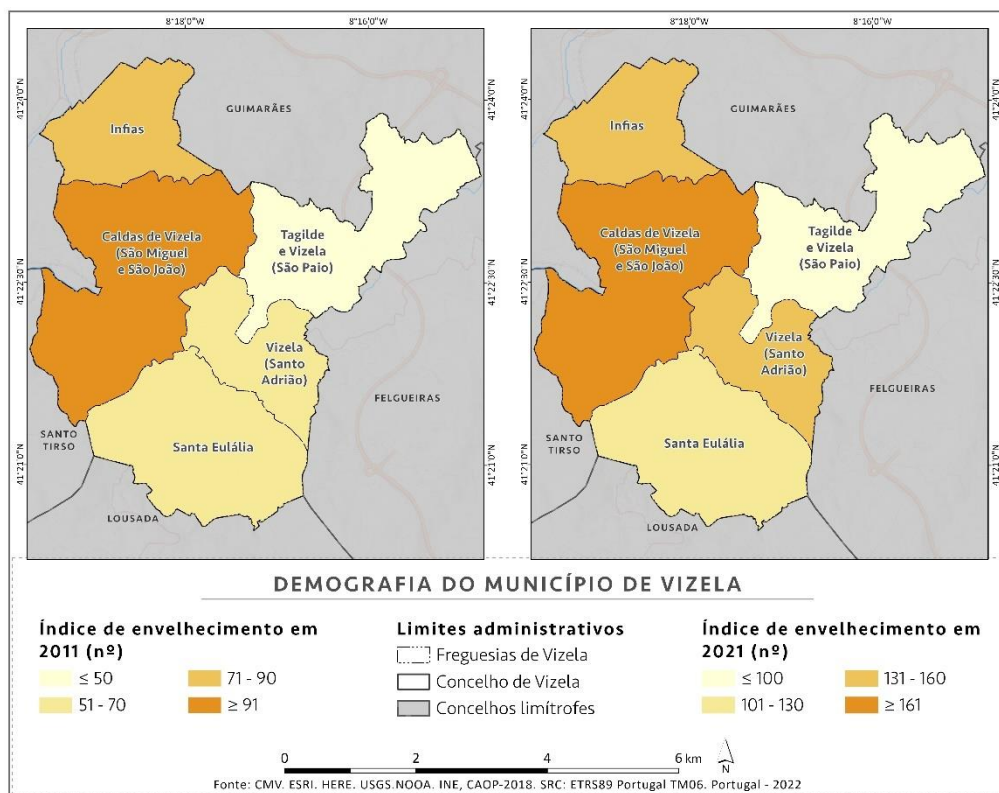
Quer isto dizer que não só ocorreu um aumento do peso dos não ativos em relação aos potencialmente ativos, mas também que, são cada vez menos os jovens e mais os idosos no concelho de Vizela, facto que deve ser considerado na interpretação deste coeficiente. A título de comparação, os valores do País refletindo a mesma realidade, revelam tendências no sentido do aumento da dependência dos não ativos em relação aos ativos. Considerando os valores das freguesias, para o ano mais recente, a freguesia de Infias e a UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João) apresentam índices de dependência mais expressivos (43,7 e 49,7, respetivamente), apresentando, a par da freguesia de Santa Eulália, um aumento no período considerado (Quadro 9 e Figura 15).

Quadro 9 | Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária em 2011 e 2021.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento		Índice de dependência Total		Estrutura Etária (%)					
	nº		nº		0 a 14		15 a 64		65 e +	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Infias	79,2	135,5	39,9	43,7	15,9	12,9	71,5	69,6	12,6	17,5
Santa Eulália	50,3	113,1	37,4	37,7	18,1	12,9	72,8	72,6	9,1	14,5
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	94,8	167,7	40,1	49,7	15,1	12,4	71,4	66,8	13,6	20,8
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	44,0	83,7	40,1	39,1	19,9	15,3	71,4	71,9	8,7	12,8
Vizela (Santo Adrião)	61,2	139,4	39,0	36,1	17,4	11,1	71,9	73,5	10,7	15,5
Vizela	68,4	136,5	39,3	43,5	16,8	12,8	71,8	69,7	11,5	17,5
Ave	110,6	167,3	49,0	49,5	15,8	12,4	69,4	66,9	14,8	20,7
Região Norte	113,3	184,1	47,5	53,5	15,1	12,3	67,8	65,1	17,1	22,6
Portugal	127,8	182,1	51,3	57,0	14,9	12,9	66,1	63,7	19,0	23,4

Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021.

⁵ Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).



Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021.

Figura 15 | Índice de envelhecimento em 2011 e 2021.

As populações de idades mais avançadas ou, pelo contrário, mais jovens, constituem populações dependentes, na medida em que não contribuem diretamente para a produção de riqueza do País.

Em relação ao índice de dependência de idosos verificou-se um acréscimo entre 2011 e 2021 (de 16,0 para 25,1). Este acréscimo apresentou resultados mais expressivos na UF de Caldas de Vizela (São Miguel e São João) (de 19,0 para 31,2).

Numa referência ao índice de dependência de jovens, verificou-se uma diminuição da dependência do número de jovens entre 2011 e 2021 (de 23,4 para 18,4). A UF de Tagilde e Vizela (São Paio) apresenta, para o ano mais recente, um maior peso da população jovem em relação à população idosa (21,3 e 17,8, respetivamente), contrariamente ao verificado nas restantes freguesias (Quadro 10).

Quadro 10 | Índice de dependência (jovens, idosos e total) em 2011 e 2021.

Unidade territorial	Índice de dependência (nº)					
	Jovens		Idosos		Total	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Infias	22,3	18,6	17,6	25,1	39,9	43,7
Santa Eulália	24,9	17,7	12,5	20,0	37,4	37,7
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	20,7	18,6	19,0	31,2	40,1	49,7
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	28,0	21,3	12,2	17,8	40,1	39,1
Vizela (Santo Adrião)	24,2	15,1	14,8	21,0	39,0	36,1
Vizela	23,4	18,4	16,0	25,1	39,3	43,5
Ave	23,3	18,5	21,3	31,0	49,0	49,5
Região Norte	22,3	18,8	25,2	34,7	47,5	53,5
Portugal	22,3	20,2	28,8	36,8	51,3	57,0



Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021.

Em síntese, e como se procurou demonstrar, a população das freguesias do concelho de Vizela tem envelhecido, acompanhando aliás a tendência de quase todo o país. Este facto parece estar relacionado segundo os especialistas não só com a mudança de mentalidades, o que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também pela procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar que migra quer para os espaços urbanos (próximos ou afastados), quer ainda para o estrangeiro.

Síntese

- Na última década (2011-2021) Vizela apresenta uma evolução demográfica positiva, com um acréscimo de 0,7% da população residente (165 indivíduos), contrastando com a diminuição de população registada nos restantes concelhos da região do Ave.
- Tendo por base a tipologia das áreas urbanas do INE (2014), todas as freguesias são classificadas como sendo predominantemente urbanas (APU), destacando-se a elevada densidade populacional na União das Freguesias de Vizela (São João Miguel e São João) (1442 hab./km²).
- A UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João) assume-se como a mais populosa no ano de 2021, correspondendo a 46,3% (11 073 habitantes), apresentando-se como o principal aglomerado urbano do concelho, sendo a única freguesia que registou um acréscimo populacional (+440 habitantes).
- Considerando o período 2011-2020, verifica-se uma diminuição do número de nascimentos, correspondendo a -3,9% (-8 nascimentos) e um acréscimo de 41 óbitos, correspondendo a um aumento de cerca 31,8%.
- Os valores da taxa de natalidade são sempre superiores aos valores da taxa de mortalidade, traduzindo-se em crescimentos naturais positivos em todos os anos em análise. Para o ano de 2011, verifica-se um crescimento natural positivo em todas as freguesias do concelho de Vizela.
- A análise da pirâmide etária do concelho de Vizela para o ano de 2020 reflete, comparativamente ao ano de 2011, um envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide.

- O fenómeno do envelhecimento populacional é menos pronunciado em Vizela (136,5), comparativamente aos restantes concelhos da comunidade intermunicipal e quando comparado com a média nacional (182,1). Em 2021, para cada 100 jovens existiam, 136 idosos em Vizela.
- Relativamente ao índice de dependência, para cada 100 ativos existiam 43 não ativos no concelho.
- O índice de dependência de idosos aumentou entre 2011 e 2021 de 16,0 para 25,1, contrariamente ao índice de dependência de jovens, verificando-se uma diminuição de 23,4% para 18,4%.



C | CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

1. Nacionalidade

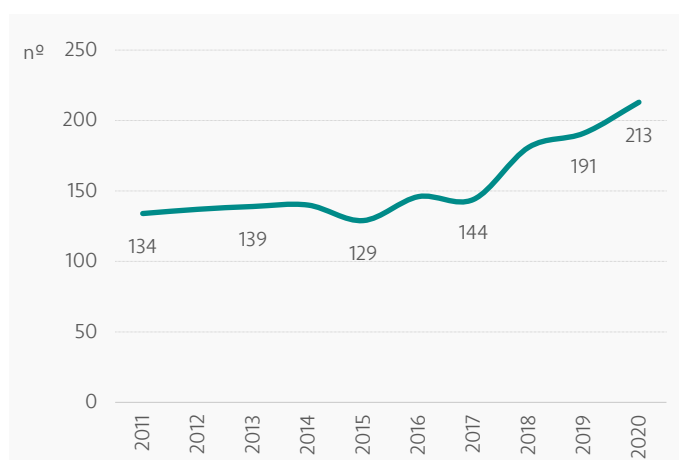
De acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a sub-região do Ave conheceu um aumento substancial de população estrangeira entre 2011 e 2020 (81,1%), fixando-se em 2020 em 5.950 estrangeiros, sendo que apenas cerca de 3,6% dessa população estrangeira residia no concelho de Vizela (213 indivíduos) (Quadro 11).

Quadro 11 | População residente estrangeira nos concelhos da região do Ave, entre 2011 e 2020.

Unidade territorial	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cabeceiras de Basto	93	93	95	93	99	104	123	136	140	144
Fafe	180	190	200	216	200	213	243	241	308	371
Guimarães	1 331	1 423	1 271	1 299	1 290	1 407	1 485	1 801	2 267	2 481
Mondim de Basto	37	36	38	38	33	31	43	48	48	66
Póvoa de Lanhoso	162	161	160	155	157	149	154	164	228	299
Vieira do Minho	93	107	106	100	94	102	112	120	143	142
Vila Nova de Famalicão	1 256	1 235	1 200	1 205	1 177	1 210	1 253	1 386	1 838	2 234
Vizela	134	137	139	140	129	146	144	181	191	213
Ave	3 286	3 382	3 209	3 246	3 179	3 362	3 557	4 077	5 163	5 950

Fonte: SEF/MAI; PORDATA.

Entre 2011 e 2020 a população residente estrangeira em Vizela passou de 134 para 213, correspondendo a um aumento de 59%, o que exprime os esforços levados a cabo pela autarquia no sentido da fixação de população residente estrangeira (Figura 16). No que diz respeito às nacionalidades da população estrangeira residente no concelho de Vizela, destaca-se o Brasil, cujo quantitativo representava, em 2020, 63,6% do total (Quadro 12).



Fonte: SEF/MAI; PORDATA.

Figura 16 | Evolução da população residente estrangeira no concelho de Vizela, entre 2011 e 2020.

Quadro 12 | Nacionalidade da população residente estrangeira em 2020.

Nacionalidade	nº
Espanha	1
França	7
Itália	4
Reino Unido	1
Ucrânia	1
Outros países europeus	14
Angola	2
Cabo-Verde	1
Guiné-Bissau	3
Outros países africanos	20
Brasil	138
Outros países americanos	4
China	14
Outros países asiáticos	7

Fonte: SEF/MAI; PORDATA.

2. Famílias

As famílias apresentam um papel central e estruturante na vida da sociedade, funcionando como um veículo de transmissão dos modelos sociais e um instrumento de socialização pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia.

Em virtude das mudanças sociais, culturais e económicas que se impõem na atualidade, os conceitos de família têm vindo a sofrer profundas alterações no que diz respeito aos seus valores, modelos e funções. De facto, o aparecimento de novos cenários e contextos familiares mais flexíveis, justifica-se pelo crescente aumento das uniões de facto, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, o aumento das famílias monoparentais, recompostas e unipessoais, a diminuição da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios e a redução da taxa de natalidade.

Neste contexto, importa conhecer o perfil das famílias do concelho de Vizela, em termos do seu volume, composição e transformação nas últimas décadas. Relativamente ao tipo de famílias existentes no concelho, assumem predominância as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento.

Em 2011 existiam cerca de 7865 famílias clássicas no concelho. A leitura da evolução do número de famílias, no período 2001-2011, permite concluir que o concelho de Vizela registou

um aumento de famílias clássicas (16,0%, correspondendo ao ganho de 1082 famílias face a 2001). É registado também um decréscimo na região do Ave, com a passagem das 130.729 para as 144.664 famílias (10,7%) (Quadro 13). Já na Região Norte e em Portugal Continental verifica-se um acréscimo de 9,9% e 10,4%, respetivamente.

A consideração conjunta da evolução da população, por um lado, e do número de famílias, por outro, permite concluir uma tendência para a redução da dimensão média das famílias. Como resultado das transformações sociais e dinâmicas demográficas, verifica-se que a dimensão média das famílias no concelho de Vizela é de 3,0 em 2011. O resultado do aumento de população, neste concelho, reflete-se na estrutura familiar, apresentando um valor superior à média da região Norte (2,8) e do Continente (2,6).

As famílias de casais com filhos tendem a diminuir progressivamente, contudo no ano de 2011, 72% dos casais de Vizela tinham filhos, valor superior à média da região do Ave (66,5%), da Região Norte (63,2%), e ainda à do Continente (58,4%). A proporção de núcleos familiares monoparentais em Vizela é de 11,8% em 2011, valor inferior à região Norte e Continente (13,8% e 14,8% respetivamente).

A família portuguesa, apesar de manter traços tradicionais, tem mudado a sua configuração ao nível da sua estrutura e da forma como se estabelecem as relações, assumindo-se atualmente como uma família diferente. O aumento acentuado dos divórcios nas últimas décadas torna comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, juntando-se os filhos da atual relação conjugal. São as denominadas famílias reconstituídas ou recompostas. Em Vizela, cerca de 2,7% dos núcleos familiares dizem respeito a núcleos familiares recompostos ou reconstituídos, ainda assim trata-se de um valor abaixo da média do Continente (6,6%).

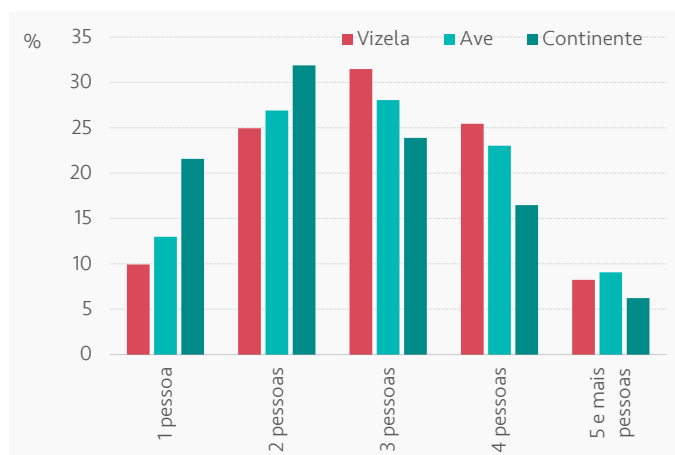
As famílias clássicas unipessoais, estão também cada vez mais presentes na nossa sociedade, fruto das mudanças ocorridas, ao longo dos anos. O aumento acentuado do divórcio, o aumento do nível de escolaridade e a independência financeira dos jovens são alguns dos principais fatores para o qual este tipo de características familiares aumentem. Em Vizela, cerca de 9,9% dos núcleos familiares correspondem a famílias clássicas unipessoais, valor inferior à média da região Norte (17,2%) e do Continente (21,6%). Ainda neste contexto, é visível que as famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, neste concelho, correspondem a 5,1% dos núcleos familiares.

Quadro 13 | Caraterização global das famílias no contexto regional e nacional.

Unidade territorial		Vizela	Ave	Região Norte	Continente
Famílias clássicas	2001 n.º	6 783	130 729	1 210 631	3 505 292
	2011 n.º	7 865	144 664	1 330 892	3 869 188
	var. 01-11 (%)	16,0	10,7	9,9	10,4
Dimensão média das famílias clássicas	n.º	3,0	2,9	2,8	2,6
Proporção de casais com filhos		72,0	66,5	63,2	58,4
Proporção de núcleos monoparentais	2011	11,8	13,4	13,8	14,8
Núcleos familiares reconstituídos	%	2,7	2,7	4,1	6,6
Famílias clássicas unipessoais		9,9	14,4	17,2	21,6
Famílias unipessoais de pessoas com 65 ou + anos		5,1	8,2	8,3	10,2

Fonte: INE, I.P., Censos 2001; Censos 2011.

Numa referência ao número de pessoas existente nas famílias clássicas no ano de 2011 (Figura 17), verifica-se uma predominância de famílias constituídas por 3 pessoas (2.475 famílias, correspondendo a 31,5%). As famílias clássicas constituídas por 2 e por 4 elementos apresentam resultados com alguma expressividade (1.962 e 2.000 famílias, correspondendo a 24,9% e 25,4%, respetivamente). As famílias compostas por 1 e 5 e mais pessoas apresentam uma menor representatividade no contexto do concelho de Vizela (9,9% e 8,2%, correspondendo a 781 e 647 famílias, respetivamente).



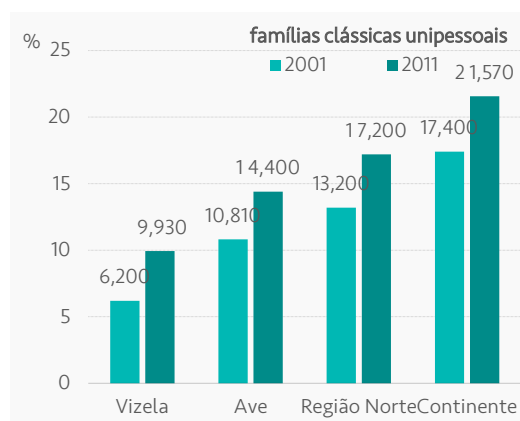
Fonte: INE, I.P., Censos 2011.

Figura 17 | Famílias clássicas segundo a dimensão, em 2011.

Uma das transformações na estrutura das famílias está relacionada com o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas a viver sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados e divorciados, viúvos).

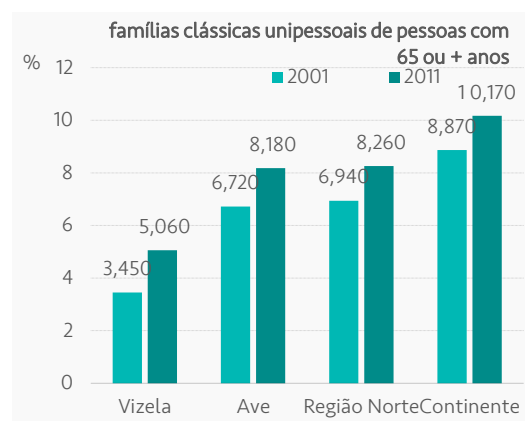
As famílias com uma só pessoa apresentavam uma proporção pouco significativa no contexto familiar de Vizela, com um valor de 9,9%, abaixo da proporção registada para a Região Norte e para o Continente, com um valor de 17,2% e 21,6%, respetivamente. Importa ainda salientar o acréscimo muito relevante deste tipo de famílias em todas as unidades territoriais consideradas, sendo que para Vizela ocorreu um aumento de 3,7 pontos percentuais entre 2001 e 2011 (de 6,2% para 9,9%) (Figura 18).

Esta situação merece um especial destaque se se considerar a proporção de famílias clássicas unipessoais com pessoas com 65 ou mais anos de idade. O concelho de Vizela registava em 2011 uma percentagem deste tipo de famílias de 5,1% (em 2001 era de 3,5%), valor inferior ao observado para o Continente (10,2%), bem como para a Região Norte (8,3%), o que vem contrariar em certa medida a tendência acentuada para o envelhecimento populacional sentida na maior parte dos territórios do Continente (Figura 19).



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

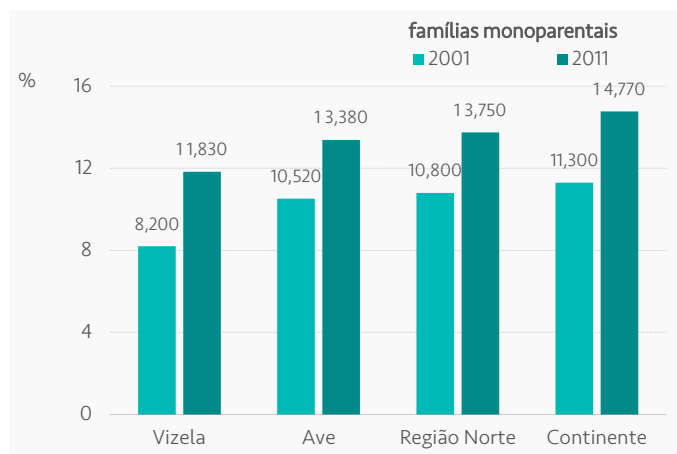
Figura 18 | Proporção das famílias clássicas unipessoais.



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Figura 19 | Proporção das famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade.

A temática da monoparentalidade merece também aqui um destaque. Os núcleos familiares monoparentais (conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado (s), registavam no concelho de Vizela em 2011 uma proporção de 11,8%, valor inferior ao registado no Ave (13,4%), na Região Norte (13,8%) e no Continente (14,8%) (Figura 20). Deste modo, tal como já foi referido, as mudanças na estrutura familiar estão relacionadas com a crescente independência dos indivíduos em todas as idades (solteiros, separados, divorciados e viúvos) sendo compreensível o aumento verificado entre os anos 2001 e 2011 em todas as unidades territoriais em análise.



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Figura 20 | Proporção de núcleos familiares monoparentais, em 2001 e 2011.

3. Condições de vida e Saúde

As mudanças registadas na sociedade devem ser analisadas ponderando as variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente as habitações dos residentes, a utilização dos meios de transporte, as dificuldades dos residentes, a inserção no mercado de trabalho, e as situações de exclusão social, quer por via do desemprego, quer por via de outros subsídios de sobrevivência.

É neste quadro que é efetuada uma análise mais detalhada dos principais aspetos das condições de vida, destacando-se as situações mais problemáticas do ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver. Esta dinâmica, sob o ponto de vista económico e social, tem tradução naturalmente no posicionamento que os territórios revelam em termos de nível de vida (poder de compra).

No que diz respeito às **deslocações pendulares**, tal como já era esperado, fazem-se sobretudo através do transporte individual. Quando se analisa a proporção de população residente que utiliza o automóvel nas suas deslocações, cerca de 56,7% serve-se deste meio de transporte, valor que, apesar de relevante, é inferior à média do Continente (61,6%).

As **dificuldades em realizar uma determinada tarefa** são mais comuns entre a população com idades mais avançadas. Uma vez que Vizela é um concelho onde o fenómeno do envelhecimento não tem vindo a atingir valores muito expressivos (com a passagem do índice de envelhecimento de 68,4 em 2001, para 136,5 em 2011), a proporção de população

residente com pelo menos uma dificuldade apresenta um valor (15,3%) abaixo do observado para a região Norte (17,2%) e Continente (17,9%) (Quadro 14).

Embora o **desemprego** não conduza necessariamente a situações de pobreza e exclusão social devido ao seu caráter temporário, na realidade os dados estatísticos têm vindo a confirmar que o período de desemprego tende a atingir horizontes temporais mais alargados, estando os desempregados mais sujeitos a entrar em situações de maior desfavorecimento económico e social. Em Vizela cerca de 7,7% dos desempregados possuíam um nível de escolaridade superior, sendo esta uma média inferior à média da região do Ave (10,2%), da região Norte (13,4%) e do Continente (15,4%).

Quadro 14 | Caracterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Encargos médios mensais por aquisição de habitação	Valor médio mensal das rendas dos alojamentos arrendados	Proporção de utilização do automóvel	População residente com pelo menos uma dificuldade	Desempregados com nível de escolaridade superior					
						2011				
						€	€	%	%	%
Cabeceiras de Basto	314,9	164,7	60,4	20,1	10,9					
Fafe	332,4	175,7	60,3	16,8	10,0					
Guimarães	378,0	161,7	62,2	14,1	9,9					
Mondim de Basto	294,6	183,5	48,9	20,2	8,2					
Póvoa de Lanhoso	341,1	185,0	58,2	17,5	12,1					
Vieira do Minho	314,4	146,2	60,4	20,5	8,4					
Vila Nova de Famalicão	360,5	189,4	56,7	15,5	10,9					
Vizela	331,5	158,4	56,7	15,3	7,7					
Ave	333,4	170,6	59,4	17,5	10,2					
Região Norte	373,5	196,8	62,2	17,2	13,4					
Continente	392,6	235,2	61,6	17,9	15,4					

Fonte: INE, I.P., Censos 2011.

No ano de 2020, contabiliza-se aproximadamente um total de 30,5 beneficiários do subsídio de desemprego por 1000 habitantes, valor superior ao observado na região do Ave (24,4), na região Norte (19,9) e do Continente (20,1). De entre os beneficiários deste subsídio, uma percentagem de 12,8% apresenta idade inferior a 29 anos, afigurando-se este como um valor inferior aos registados nas restantes unidades territoriais em análise.

Tendo em atenção ainda os dados de 2020, existiam apenas 5 beneficiários do **rendimento social de inserção** por 1000 habitantes no concelho de Vizela. Este valor é muito inferior ao observado na região Norte (30,9) e no Continente (27,4). Destes beneficiários, cerca de 20,0% apresentavam menos de 25 anos.

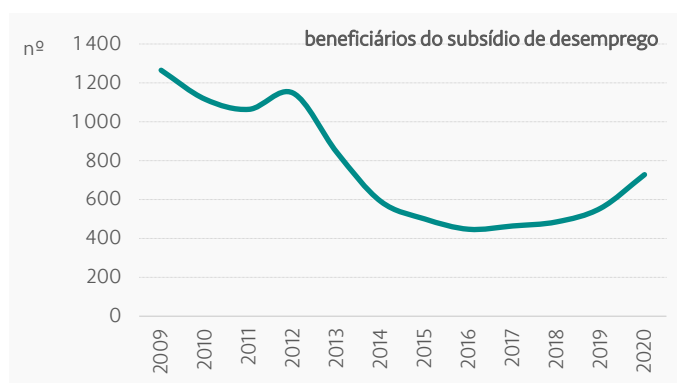
Por último, o indicador per capita do **poder de compra**, que pretende traduzir o poder de compra que é manifestado quotidianamente, por habitante. De acordo com os dados para 2020, Vizela apresenta um indicador per capita de 83,2, sendo um valor abaixo da média da região do Ave (85,3), da região Norte (93,0) e do Continente (100,6) (Quadro 15).

Quadro 15 | Caraterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Beneficiários subsídio de desemprego por 1000 hab	Beneficiários subsídio de desemprego com menos de 29 anos	Beneficiários RSI por 1000 hab	Beneficiários RSI com menos de 25 anos	Poder de Compra (Indicador per capita)
	2020				
	nº/1000 hab.	%	nº/1000 hab.	%	PT = 100
Cabeceiras de Basto	14,6	22,6	28,5	35,7	66,5
Fafe	26,1	14,6	13,3	35,0	75,5
Guimarães	28,0	15,0	9,3	34,1	91,3
Mondim de Basto	8,3	14,6	32,4	29,6	61,0
Póvoa de Lanhoso	17,8	17,1	13,3	23,0	71,4
Vieira do Minho	17,0	16,3	25,9	28,0	67,3
Vila Nova de Famalicão	22,3	18,8	13,7	41,0	89,9
Vizela	30,5	12,8	5,0	20,0	83,2
Ave	24,4	16,2	12,8	35,2	85,3
Região Norte	19,9	18,9	30,9	36,8	93,0
Continente	20,1	20,1	27,4	40,7	100,6

Fonte: INE, INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio 2020.

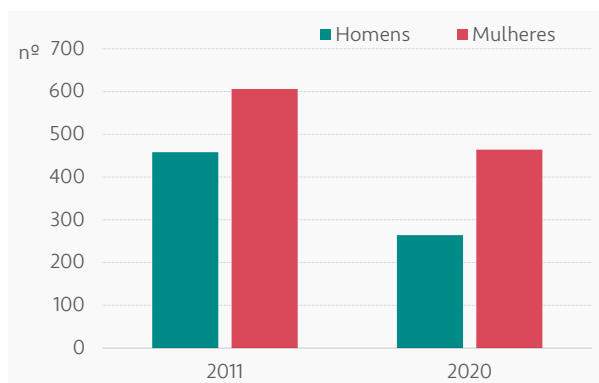
Numa análise mais profunda aos **beneficiários de subsídio de desemprego** da segurança social, no concelho de Vizela, entre 2009 e 2020 verifica-se uma evolução decrescente entre os anos 2009 até 2011, com um aumento para 2012, sendo que a partir daí verifica-se uma descida no número de beneficiários de subsídio de desemprego até ao ano 2016, e novamente um acréscimo a partir desse ano e até 2020 (Figura 21).



Fonte: PORDATA.

Figura 21 | Evolução dos beneficiários do subsídio de desemprego no concelho de Vizela, entre 2009 e 2020

Entre 2011 e 2020 é registado uma diminuição significativa no número de beneficiários do subsídio de desemprego, com a passagem de 1064 para 728 indivíduos. Neste contexto, as mulheres assumem uma maior representatividade, representando cerca de 63,7% do total de beneficiários do subsídio de desemprego em 2020 (Figura 22).



Fonte: PORDATA.

Figura 22 | Beneficiários do subsídio de desemprego no concelho de Vizela, por sexo, em 2011 e 2020.

Relativamente aos beneficiários de subsídio de desemprego verifica-se que no concelho de Vizela cerca de 30,5 indivíduos por 1000 habitantes receberam este tipo de subsídio no ano de 2020 (Quadro 16). Este valor é relevante, tendo por comparação a média do Continente (20,1 indivíduos por 1000 habitantes).

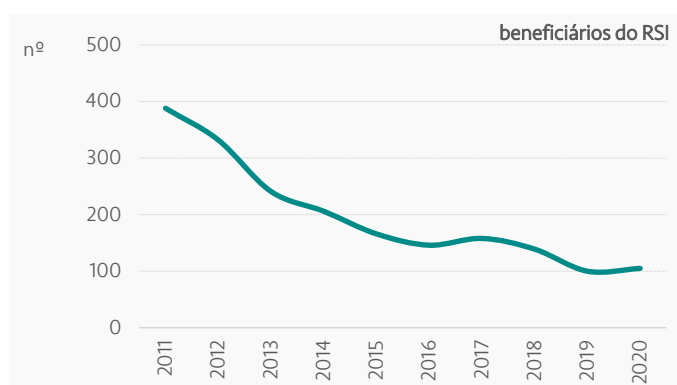
Os beneficiários de subsídios de desemprego em Vizela, conforme constatado anteriormente, assumem maior expressividade no caso das Mulheres (37,5 indivíduos por 1000 habitantes) e menor representatividade no caso dos Homens (22,9 indivíduos por 1000 habitantes). Comparativamente ao ano de 2011 verifica-se um decréscimo mais significativo de beneficiários masculinos (de 39,3 para 22,9 beneficiários por 1000 habitantes) do que de beneficiários do sexo feminino (de 50,2 para 37,5 beneficiários por 1000 habitantes).

Quadro 16 | Beneficiários de subsídio de desemprego (pessoas por 1000 habitantes), por sexo, em 2011 e 2020.

Unidade territorial	Homens		Mulheres		Total	
	2011	2020	2011	2020	2011	2020
nº (por 1000 habitantes)						
Vizela	39,3	22,9	50,2	37,5	44,8	30,5
Ave	36,1	20,0	39,4	28,4	37,8	24,4
Região Norte	30,3	18,0	26,7	21,5	28,4	19,9
Continente	26,7	18,7	23,3	21,3	24,9	20,1

Fonte: PORDATA

No que diz respeito aos **beneficiários do rendimento social de inserção (RSI)**, observou-se um decréscimo significativo entre 2011 e 2020 (283 indivíduos). Denota-se, que entre 2011 e 2016 ocorreu uma contínua diminuição de beneficiários do RSI, com a passagem dos 388 para 146 indivíduos, correspondendo a uma perda de 242 indivíduos (Figura 23). No ano de 2017 verificou-se um ligeiro aumento face a 2016, num aumento de 12 indivíduos. Entre 2017 e 2020 observa-se novamente um decréscimo, com a passagem dos 158 para os 105 indivíduos (-53 indivíduos).



Fonte: PORDATA.

Figura 23 | Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Vizela, entre 2011 e 2020.

Relativamente aos 105 indivíduos que em 2020 recebiam o RSI (Quadro 17), cerca de 21 pertenciam ao grupo etário com menos de 25 anos (correspondendo a 20%), e com menor representatividade, existiam 9 indivíduos pertencentes ao grupo etário dos 25 aos 39 anos (8,6%). Por outro lado, e assumindo maior representatividade, existiam 50 indivíduos beneficiários com 55 e mais anos (47,6%) e 25 indivíduos entre os 40 e os 54 anos (23,8%).

Quadro 17 | Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por grupo etário, em 2020.

Unidade territorial	Total	Sexo		Idade							
		H	M	< 25 anos		25-39 anos		40-54 anos		55 e mais anos	
		n.º	n.º	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Vizela	105	60	45	21	20,0	9	8,6	25	23,8	50	47,6
Ave	4 593	2 335	2 258	1 617	35,2	569	12,4	1 158	25,2	1 249	27,2
Região Norte	96 354	45 856	50 498	35 463	36,8	14 296	14,8	22 913	23,8	23 682	24,6
Continente	232 117	111 563	120 554	94 501	40,7	36 241	15,6	51 532	22,2	49 843	21,5

Fonte: PORDATA.

Considerando a evolução dos **beneficiários de abono de família para crianças e jovens**, observa-se uma clara tendência para o decréscimo entre 2011 e 2020. A evolução observada entre 2011 e 2020 apresenta um decréscimo em todos os beneficiários, verificando-se uma

diminuição dos beneficiários de abono de família para crianças e jovens, de 3.038 indivíduos para 1.976 indivíduos (Quadro 18). Verifica-se também um decréscimo de beneficiários de abono de família para crianças e jovens por 1000 habitantes, com a passagem de 128 em 2011, para 82,7 em 2020.

Quadro 18 | Beneficiários Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social.

Unidade territorial	Beneficiários Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social		Beneficiários Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social (por 1000 habitantes)	
	2011	2020	2011	2020
	n ^o			
Vizela	3038	1976	128,0	82,7
Ave	46586	30163	109,5	73,5
Região Norte	363407	266514	98,5	74,7
Continente	856185	707803	85,2	72,2

Fonte: PORDATA.

Analisando alguns indicadores relacionados com a **saúde** (Quadro 19), no que concerne ao número de médicos por 1000 habitantes, Vizela possui uma posição desfavorecida (3,1) possuindo um valor inferior ao observado na região do Ave (3,6), na região Norte (5,6) e no Continente (5,6). O mesmo se verifica no valor de enfermeiros por 1000 habitantes, apresentando o concelho um valor inferior (4,4) relativamente à sub-região, à região Norte e ao Continente (5,6; 7,6 e 7,5, respetivamente). Vizela apresenta 0,2 farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes, apresentado, assim, um valor idêntico à região do Ave (0,2) e ligeiramente inferior aos verificados para a região Norte e Continente (0,3).

Quadro 19 | Caracterização global dos indicadores de saúde no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2015/2019)	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2015/2019)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos
	2020			2019			
Vizela	4,4	3,1	0,2	2,9	1,9	1,4	1,8
Ave	5,6	3,6	0,2	2,1	1,4	2,3	2,4
Região Norte	7,6	5,6	0,3	2,7	1,9	2,8	2,5
Continente	7,5	5,6	0,3	3	2,0	3,3	2,8

Fonte: INE, I.P.

No que concerne à observação de alguns indicadores relacionados com diferentes taxas de mortalidade, Vizela apresenta uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (2,9‰) e neonatal (1,9‰), superior à verificada para a sub-região do Ave (2,1‰ e 1,4‰, respetivamente), e inferior ao Continente (3,0‰ e 2,0‰, respetivamente), no ano de 2019.

Em contrapartida, relativamente à taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, Vizela apresenta valores significativamente mais reduzidos (1,4‰) do que as restantes unidades territoriais analisadas (2,3‰ na sub-região, 2,8‰ na região Norte e 3,3‰ no território nacional). Por fim, a taxa de mortalidade por tumores malignos apresenta, também, valores inferiores em Vizela (1,8‰), quando comparado à região do Ave (2,4‰), à região Norte (2,5‰) e ao território nacional (2,8‰).

5. Dinâmica económica e mercado de trabalho

5.1. Empresas e território

No ano de 2019 existiam cerca de 2.150 empresas no concelho de Vizela, sendo que entre 2008 e 2019 ocorreu um acréscimo no número de empresas na ordem dos 13%, correspondendo a 248 empresas (Quadro 22). Este aumento segue a tendência de acréscimo verificada para a região Norte, que apresentou um acréscimo de 14,8%. Importa referir que a tendência de acréscimo verificada no concelho, acompanha o aumento, embora menos marcado, verificado no contexto da região do Ave (8,5%) e do Continente (6,4%).

A dinâmica do emprego em Vizela pode ser caracterizada pelo pessoal ao serviço que no ano de 2019 apresenta um total de 9.171 indivíduos, destacando-se um acréscimo observado entre 2008 e 2019 (4,2%, correspondendo a 368 indivíduos). Em termos comparativos, as unidades de referência registaram igualmente um acréscimo do pessoal ao serviço, neste caso mais acentuado.

Acompanhando a tendência de acréscimo do número de empresas, ocorreu um forte acréscimo nos valores do volume de negócios (56,8%), sendo um valor muito superior ao observado tanto pelo Ave (35,4%), como pelo Continente (13,1%).

No que diz respeito ao valor acrescentado bruto (VAB), observa-se um cenário idêntico ao observado no volume de negócios. Entre 2008 e 2019 ocorreu um acréscimo de 37,9% no concelho, sendo que a região do Ave registou um acréscimo com maior expressividade

(45,3%), contrariamente ao verificado para a região Norte e para o Continente (31,6% e 19,0%, respetivamente). Estes acréscimos, tanto no volume de negócios como no valor acrescentado bruto vêm confirmar a superação da crise financeira sentida após o ano 2008.

Quadro 20 | Dinâmica económica no contexto regional e nacional.

Indicadores			Vizela	Ave	Região Norte	Continente
Número de empresas	2019	n.º	2 150	42 928	446 149	1 260 923
	var 08-19	%	13,0	8,5	14,8	6,4
Pessoal ao serviço	2019	n.º	9 171	1 68 302	1 418 707	4 073 422
	var 08-19	%	4,2	5,1	10,0	6,9
Volume de negócios (milhões de euros)	2019	€	558131	1 31 357 55	1 164 268 21	4 013 465 62
	var 08-19	%	56,8	35,4	20,3	13,1
Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	2019	€	260	306	261	318
	2019		143639	3641568	30652956	101306496
Valor acrescentado bruto (milhões de euros)	2019		37,9	45,3	31,6	19,0
	var 08-19					
Taxa de cobertura das importações pelas exportações	2019	%	302	185	128	79
Poder de Compra per capita	2020	PT=100	83,2	85,3	93,0	100,6

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Numa outra dimensão que se prende com a internacionalização das empresas, observa-se uma taxa de cobertura de 302% em Vizela, o que evidencia um maior volume (em euros) de importações relativamente às exportações. Em termos comparativos, esta relação assume-se inferior no Continente (79%), bem como no Ave e na região Norte (185% e 128%, respetivamente).

Ainda no ano de 2020, o INE divulgou o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC⁶), que integra informação estatística reportada ao ano de 2017. Neste estudo é possível verificar que o poder de compra *per capita* no concelho de Vizela é de 83,2%, ou seja, é cerca de 16,8% inferior à média nacional. Este indicador traduz o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes concelhos ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

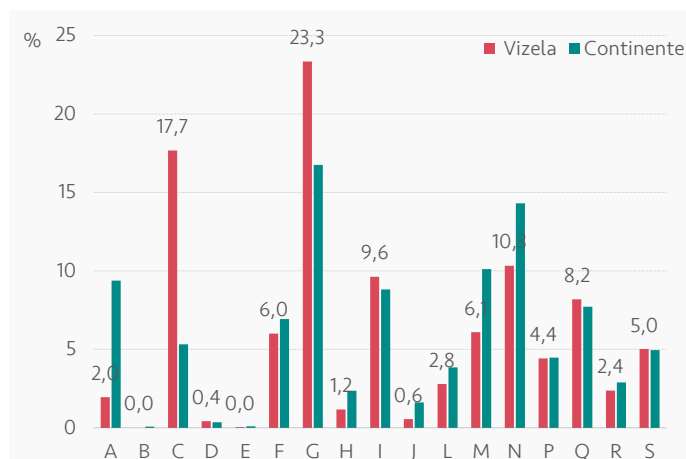
⁶ O EPCC tem como objetivo caracterizar os concelhos portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis.

A dinâmica empresarial de Vizela assenta sobretudo na importância que as atividades ligadas ao setor secundário têm no concelho. Segundo os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (Quadro 23 e Figura 26), no ano de 2019 existiam cerca de 2.150 empresas sedeadas em Vizela. As atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) contabilizam um maior número de empresas (502 empresas, correspondendo a 23,3% do total), seguindo-se as indústrias transformadoras (C) (380 empresas, correspondendo a 17,7% do total) e as atividades administrativas e dos serviços de apoio (222 empresas, correspondendo a 10,3%), totalizando no seu conjunto cerca de 51,3% do total de empresas.

Quadro 21 | Empresas e pessoal ao serviço no concelho de Vizela.

Ramo de atividade económica	Empresas		Pessoal ao serviço	
	nº	%	nº	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	42	2,0	51	0,6
Indústrias extrativas	0	0,0	0	0,0
Indústrias transformadoras	380	17,7	5314	57,9
Eletricidade, gás, (...)	9	0,4	sd	
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	1	0,0	sd	
Construção	129	6,0	426	4,6
Comércio por grosso e a retalho (...)	502	23,3	1354	14,8
Transportes e armazenagem	25	1,2	148	1,6
Alojamento, restauração e similares	207	9,6	407	4,4
Atividades de informação e de comunicação	12	0,6	27	0,3
Atividades imobiliárias	60	2,8	96	1,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	131	6,1	195	2,1
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	222	10,3	403	4,4
Educação	95	4,4	118	1,3
Atividades de saúde humana e apoio social	176	8,2	265	2,9
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	51	2,4	217	2,4
Outras atividades de serviços	108	5,0	127	1,4
Total	2150	100	9171	100

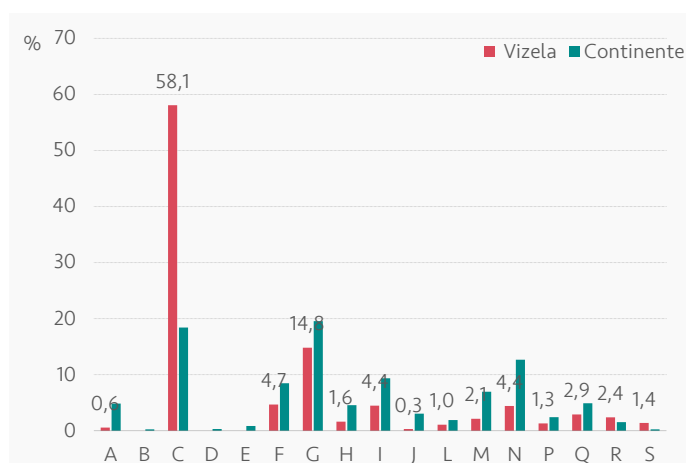
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Figura 24 | Empresas por tipo de atividade, em 2019.

No que se refere ao pessoal ao serviço nas empresas (Figura 27), sendo, como vimos, atividades com peso na estrutura empresarial do concelho, constata-se uma maior representatividade das empresas de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e das empresas de indústrias transformadoras (C), que representam cerca de 72,7% do total do pessoal ao serviço nas empresas do concelho (5.314 e 1.354 trabalhadores, respetivamente).



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Figura 25 | Pessoal ao serviço nas empresas, 2019.

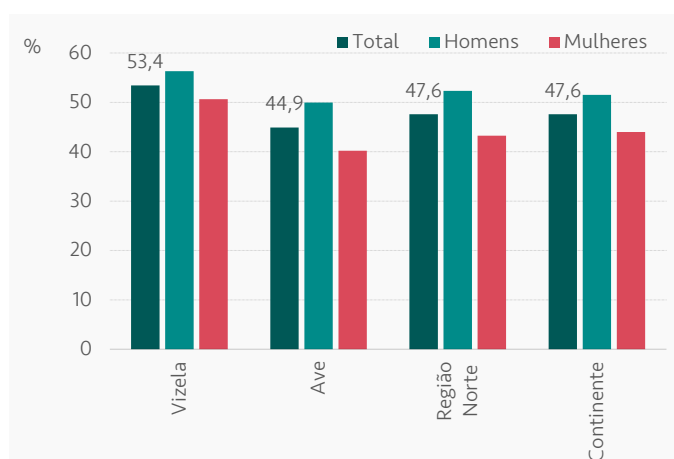
5.2. Atividade, rendimentos e desemprego

O mercado de trabalho em Portugal tem sofrido grandes transformações decorrentes da grave crise económica que se iniciou em 2008 e que afetou negativamente a economia

mundial, e em maior grau o nosso país. No entanto, a partir do ano de 2013, a economia portuguesa começou a evidenciar os primeiros sinais de recuperação económica.

A **taxa de atividade** refere-se à razão entre a população ativa e a população residente com 15 e mais anos. A taxa de atividade no concelho era de 53,4% no ano de 2011, sendo superior comparativamente às unidades de referência, nomeadamente a região do Ave (44,9%), a região Norte (47,6%) e o Continente (47,6%) (Figura 28).

O sexo masculino apresenta uma taxa de atividade superior (56,3%), comparativamente ao sexo feminino (50,6%). Devido à evolução demográfica, a população ativa tem vindo a diminuir. Não obstante esta diminuição, entre 2001 e 2011 o concelho registou um acréscimo nos valores da taxa de atividade (de 41,4% para 53,4%).



Fonte: INE, I.P., Censos 2011.

Figura 26 | Taxa de atividade, por sexo, em 2011.

A **população empregada**, 10.863 indivíduos, no total do concelho, em 2011, apresentou um decréscimo, tendo em conta os quantitativos registados no ano 2001 (-11,8%, correspondendo a -1.459 indivíduos).

O maior número de empregados corresponde à faixa etária dos 25 aos 39 anos (4.630 indivíduos, ou seja, 42,6% dos empregados), seguindo-se o grupo etário dos 40 aos 54 anos (4.140 indivíduos, correspondendo a 38,1%). Relativamente ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, estavam empregados cerca de 1.327 indivíduos no concelho, correspondendo a 12,2% e no grupo etário com idades superiores a 55 anos estavam empregados 766 indivíduos, correspondendo a 7,1% (Quadro 24).

Quadro 22 | População empregada, por grupo etário, em 2011.

Unidade territorial	15 - 24 anos		25 - 39 anos		40 - 54 anos		55 e + anos		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Vizela	1 327	12,2	4 630	42,6	4 140	38,1	766	7,1	10 863
Ave	16 917	9,5	76 428	42,7	69 929	39,1	15 679	8,8	178 953
Região Norte	122 676	8,2	618 666	41,2	579 579	38,6	180 962	12,0	1 501 883
Continente	294 137	7,1	1 692 987	40,8	1 585 977	38,2	577 151	13,9	4 150 252

Fonte: INE, I.P., Censos 2011.

A análise da repartição da população ativa empregada por **setor de atividade económica** sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor secundário têm no concelho, uma vez que este setor representa no ano de 2011 cerca de 63% dos ativos (Quadro 25), valor muito superior ao verificado para o Ave (49,9%), para a região Norte (35,5%) e para o Continente (26,9%).

Quadro 23 | População empregada segundo o setor de atividade económica, em 2011.

Unidade territorial	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário (social)		Setor terciário (económico)		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Infias	6	0,7	536	66,0	88	10,8	182	22,4	812
Santa Eulália	10	0,4	1 938	70,4	290	10,5	513	18,6	2 751
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	9	0,2	2 493	54,2	845	18,4	1 252	27,2	4 599
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	20	1,2	1 124	67,8	156	9,4	359	21,6	1 659
Vizela (Santo Adrião)	5	0,5	748	71,8	77	7,4	212	20,3	1 042
Vizela	50	0,5	6 839	63,0	1 456	13,4	2 518	23,2	10 863
Ave	2 600	1,4	89 837	49,9	35 212	19,6	52 452	29,1	180 101
Região Norte	43 023	2,9	533 848	35,5	379 768	25,3	545 244	36,3	1 501 883
Continente	121 055	2,9	1 115 357	26,9	1 179 316	28,4	1 734 524	41,8	4 150 252

Fonte: INE, I.P., Censos 2011.

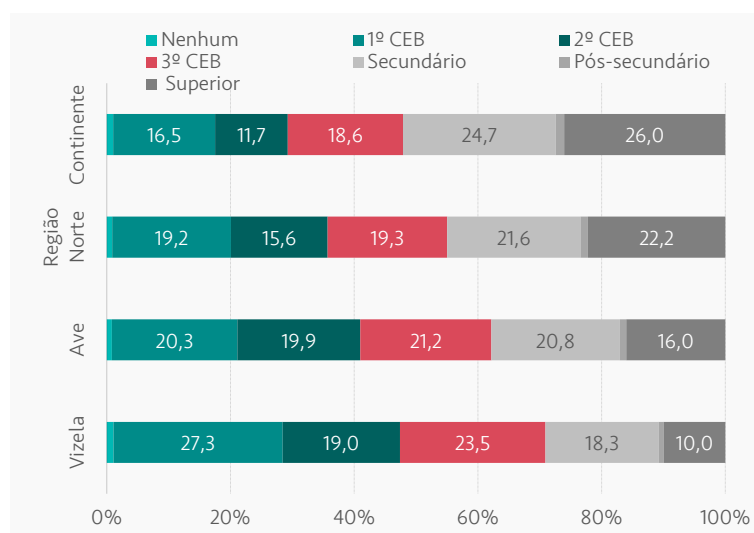
No contexto do setor terciário é manifestamente superior a importância do terciário económico (23,2%), comparativamente ao terciário social (13,4%). Já no que diz respeito ao setor primário (0,5%), Vizela apresenta uma proporção com pouca relevância.

A caracterização da **população empregada** em função das **habilitações literárias** é um aspeto importante na medida em que o grau de qualificação condiciona o desenvolvimento e competitividade dos territórios. Maiores níveis de qualificação proporcionam melhores desempenhos pelo que a promoção da educação e formação ao longo da vida devem ser objetivo das diversas políticas de índole municipal.

Comparativamente com a média de Portugal continental, a população empregada em Vizela é um pouco menos qualificada. Com efeito, tendo em atenção a repartição dos

empregados pelos diversos ciclos de ensino, verifica-se que naqueles com maiores habilitações, isto é, que completaram o ensino secundário ou pós-secundário e o ensino superior, os valores do concelho (que totalizavam 29,1%) ficavam aquém dos do Continente (52,1%). Importa salientar que cerca de 18,3% possuíam o ensino secundário e apenas 10% o ensino superior, valores inferiores aos do Continente (24,7% e 26,0%), refletindo um perfil de habilitações da população empregada nestes territórios ainda muito insatisfatório (Figura 29).

Já nos níveis de ensino menos elevados, como o 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico, o seu número era proporcionalmente superior em Vizela (69,8%), comparativamente ao Continente (46,9%). A este nível torna-se ainda muito expressiva a percentagem de empregados com apenas o 1º CEB no concelho (27,3%), sendo um valor superior ao observado no Continente (16,5%) e na região Norte (19,2%). De salientar que cerca de 118 indivíduos empregados não possuíam qualquer nível de escolaridade (1,1%).



Fonte: INE, I.P., Censos 2011.

Figura 27 | População empregada segundo o nível de escolaridade, em 2011.

Já no que diz respeito aos **níveis de qualificação e profissões** (Quadro 26), predomina o grupo dos trabalhadores nas profissões manuais qualificadas (49,5%, correspondendo a 5.378 indivíduos). Deste grupo destacam-se os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (30,7%, correspondendo a 3.334 indivíduos). Em seguida surgem as profissões não manuais altamente qualificadas (19,4%, correspondendo a 2.107 indivíduos), seguindo-se as profissões não manuais qualificadas, que correspondem a 18,5% (2.013 indivíduos).

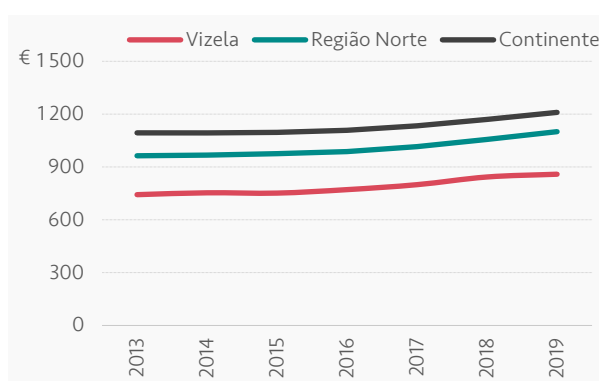
Quadro 24 | População empregada segundo os níveis de qualificação e profissões, em 2011.

Níveis de qualificação	Profissão	Vizela		Ave		Região Norte		Continente	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	677	6,2	12 168	6,8	110 885	7,4	308 866	7,4
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	716	6,6	17 592	9,8	201 660	13,4	619 892	14,9
	Técnicos e profissões de nível intermédio	714	6,6	14 860	8,3	144 583	9,6	459 432	11,1
Total		2 107	19,4	44 620	24,9	457 128	30,4	1 388 190	33,4
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	687	6,3	12 518	7,0	119 463	8,0	374 227	9,0
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	1 326	12,2	27 399	15,3	265 413	17,7	813 717	19,6
Total		2 013	18,5	39 917	22,3	384 876	25,6	1 187 944	28,6
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	81	0,7	2 484	1,4	33 006	2,2	90 910	2,2
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	3 334	30,7	44 998	25,1	311 955	20,8	657 720	15,8
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1 963	18,1	21 474	12,0	112 962	7,5	255 517	6,2
Total		5 378	49,5	68 956	38,5	457 923	30,5	1 004 147	24,2
Profissões elementares	Trabalhadores não qualificados	1 313	12,1	24 776	13,8	195 462	13,0	539 266	13,0
Outras Profissões	Profissões das Forças Armadas	52	0,5	684	0,4	6 494	0,4	30 705	0,7
Total		10 863	100	178 953	100	1 501 883	100	4 150 252	100

Fonte: INE, I.P., Censos 2011.

A educação, estando na base das escolhas pessoais e individuais, é aquela que tem maior impacto nos fatores relacionados com a produtividade do trabalho e nos **ganhos salariais** auferidos pelos trabalhadores.

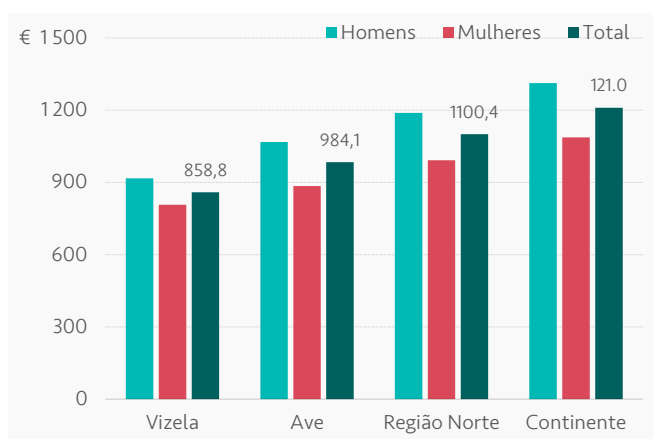
As disparidades salariais variam em função do género, das atividades económicas, dos níveis de qualificação e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, constata-se que o diferencial salarial entre homens e mulheres se assume desfavorável às mulheres, em todas as unidades territoriais consideradas, sendo, ainda assim, esta diferença menos marcada no contexto do concelho. Não obstante esta posição desfavorável, Vizela apresentou um aumento contínuo do salário médio mensal, registando um acréscimo de 116,2€ entre 2013 e 2019 (Figura 30).



Fonte: INE, PORDATA.

Figura 28 | Evolução do Ganho médio mensal por sexo, entre 2013 e 2019.

Com efeito, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Vizela, era em termos médios de 858,8€ no ano de 2019, sendo superior nos homens (917,2€) e inferior nas mulheres (806,9€) (Figura 31). Este concelho apresenta uma posição pouco favorável, uma vez que o salário médio se apresenta inferior à média do Continente (1209,9€), da sub-região do Ave (984,1€) e da região Norte (1100,4€).



Fonte: INE, PORDATA.

Figura 29 | Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o sexo, em 2019.

Tal como o que acontece na generalidade dos territórios portugueses, Vizela apresenta grandes desfasamentos nas remunerações dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (secundário e superior), sendo que estes diferenciais explicam em grande medida os baixos níveis de atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada na generalidade dos concelhos.

O nível salarial praticado em Vizela, sendo genericamente inferior à média do Continente, não acompanha os patamares da região Norte. Por norma, quanto maior o nível de habilitação, maior é a discrepância do ganho médio auferido neste concelho e nos territórios de referência. De facto, em Vizela as pessoas que possuem Licenciatura recebem menos 424,4€ do que a média da região Norte e os indivíduos com ensino secundário recebem menos 127,8€ (Quadro 27).

Por outro lado, as pessoas com o 1º ciclo têm uma diferença de menos 63,2€ e as que detêm o 2º ciclo auferem menos 82,8€. Já os que detêm habilitações ao nível do 3º ciclo, recebem menos 77,0€ do que a média da Região Norte.

Numa referência aos valores para este território, observa-se que os que detêm licenciatura ganham, em média, mais 578,7€ do que as pessoas que têm uma escolaridade igual ao 1º ciclo do ensino básico, mais 497,9€ do que as que possuem o 3º ciclo e mais 379,8€

do que as que detêm o ensino secundário. Nesta linha, poder-se-á concluir que a frequência do ensino superior influencia positivamente, a retribuição salarial dos diferentes profissionais.

Quadro 25 | Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, em 2019.

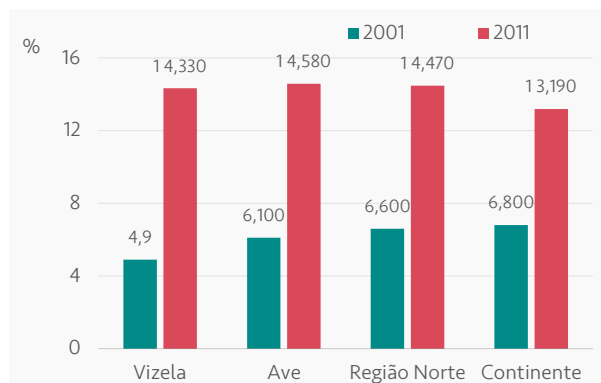
Nível de habilitações	Vizela	Ave	Região Norte	
			Região Norte	Continente
€				
< 1º CEB	714,1	771,0	777,3	789,1
1º CEB	772,2	815,3	855,0	870,3
2º CEB	802,0	832,0	879,0	913,0
3º CEB	794,9	878,8	907,4	950,7
Secundário e Pós Secundário	913,0	1008,8	1040,8	1117,4
Superior	1292,8	1539,1	1717,2	1889,6
Total	858,8	984,1	1100,4	1209,9

Fonte: INE, PORDATA.

A pobreza e a exclusão social tornam-se fatores estruturantes numa sociedade cada vez mais seletiva, apresentando-se concentradas em territórios concretos, que por isso, se vão constituído como multiplicadores da privação, entrando-se num ciclo de pobreza. O aumento da taxa de desemprego constitui-se aqui como um problema, fundamentalmente pela diminuição dos rendimentos familiares, que contribuirão para o decréscimo do nível e qualidade de vida. Aqui, como população mais vulnerável destaca-se o grupo das mulheres, com uma taxa de desemprego superior. No entanto, os casos mais graves são aqueles em que mais do que um elemento do agregado familiar se encontra desempregado, devendo ser para aqui canalizadas as prioridades na intervenção.

Deste modo, a caracterização da **problemática do desemprego** assume-se como fundamental para a compreensão das dificuldades económicas e financeiras com que o país, em geral, e os concelhos, em particular, se debatem na atualidade, sendo esse entendimento que irá permitir a criação de estratégias para minorar os impactos que a crise financeira e social tem tido ao nível do mercado de trabalho.

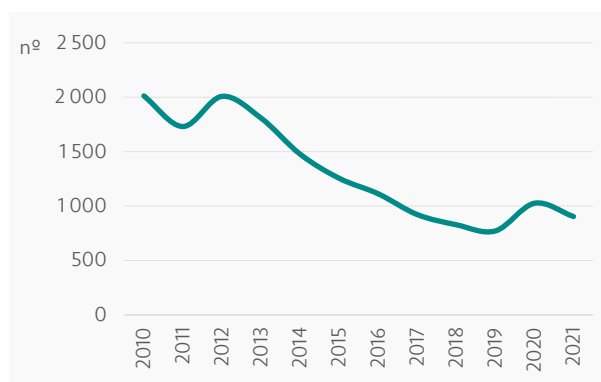
Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento da taxa de desemprego no concelho de Vizela (de 4,9% para 14,3%), acompanhando a tendência generalizada observada nas restantes unidades territoriais referenciadas (Figura 32). Por outro lado, a taxa de desemprego em Vizela apresenta-se superior à média do Continente (13,2%) e ligeiramente inferior à da região Norte (14,5%).



Fonte: INE, PORDATA.

Figura 30 | Taxa de desemprego em 2001 e 2011.

Por outro lado, e tendo por base as estatísticas do IEFP para o período 2010-2021, verifica-se uma evolução expressa em alguns acréscimos e muitas diminuições no número de desempregados (Figura 33). De facto, no período considerado apenas se verificou um acréscimo no número de desempregados de 2011 para 2012 (+277 indivíduos) e de 2018 para 2019 (+254 indivíduos). No que se refere aos decréscimos observados, destaque para o decréscimo mais acentuado verificado entre 2013 e 2014 (-331 indivíduos). Para o período mais recente registou-se uma diminuição de 122 indivíduos desempregados, devendo ser lidos no quadro de uma ligeira recuperação económica do país, sendo que, no entanto, deve-se ter presente o aumento da emigração observados nos últimos anos, principalmente dos indivíduos mais jovens e mais qualificados.



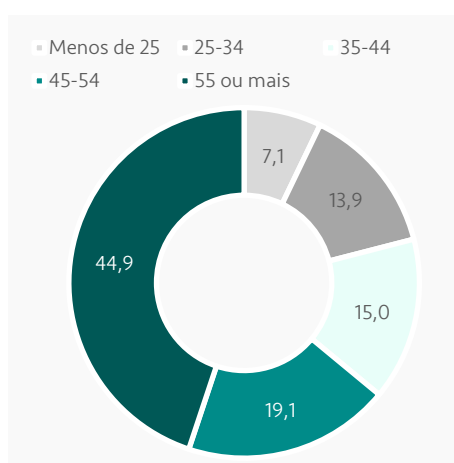
Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA.

Figura 31 | Evolução do número de desempregados no concelho de Vizela, entre 2009 e 2021.

Tendo em consideração o ano mais recente de 2021, importa referir que a faixa etária dos 55 ou mais anos é aquela que assume maior representatividade no número de desempregados em Vizela (44,9%, correspondendo a 406 indivíduos), seguindo-se o grupo dos 35 aos 44 anos (15,0%, correspondendo a 136 indivíduos) (Figura 34). Por último, os

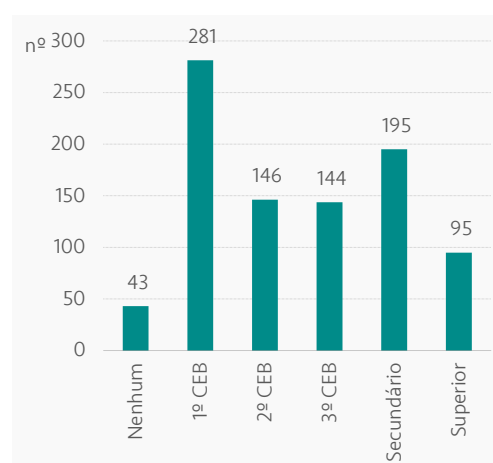
desempregados com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos e com idade inferior a 25 anos, representam um peso de 13,9% e 7,1% no total de desempregados do concelho, correspondendo a 125 e 65 indivíduos, respetivamente. De salientar ainda que o peso de desempregados mais jovens é inferior em Vizela (7,1%), comparativamente à região Norte (10,8%) e à média do Continente (11,0%).

Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias (Figura 35), importa referir os elevados valores da população que apenas concluiu o 1º CEB (31,1%, correspondendo a 281 indivíduos), seguindo-se os que apresentam apenas o secundário (21,6%) e os que concluíram o 2º CEB (16,2%). Importa ainda constatar a percentagem relevante de desempregados no contexto do concelho com um diploma de ensino superior (10,5%, correspondendo a 95 desempregados). Ainda assim, trata-se de uma proporção inferior quando comparada com a região do Ave (12,2%), região Norte (13,5%) e Continente (14,0%).



Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA.

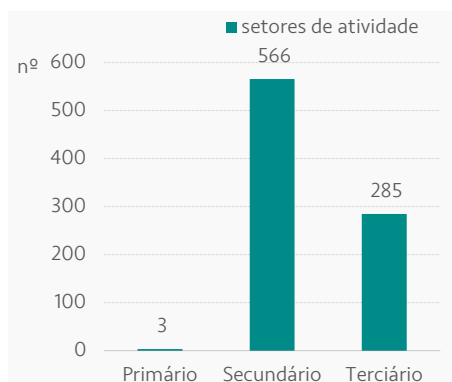
Figura 32 | População desempregada em Vizela, por grupo etário, em 2021.



Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA.

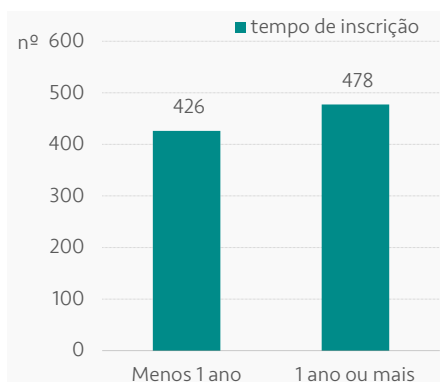
Figura 33 | População desempregada, segundo o nível de escolaridade, em 2021.

Outro aspeto de grande relevância para o planeamento e desenvolvimento de estratégias de qualificação profissional está relacionado com a caracterização dos desempregados em função da duração da procura de emprego (Figura 37). Cerca de 47,1% dos desempregados em Vizela estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto os outros 52,9% estão inscritos há mais de um ano, demonstrando a escassez nas ofertas de emprego.



Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA.

Figura 34 | Desempregados registados segundo o setor de atividade em 2021.



Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA.

Figura 35 | Desempregados registados segundo a duração da procura de emprego em 2021.

Síntese

- Do total dos 5.950 indivíduos de nacionalidade estrangeira residentes na região do Ave em 2020, apenas 3,6% residia no concelho de Vizela (213 indivíduos).
- Relativamente ao tipo de famílias existentes no concelho, assumem predominância as famílias clássicas (7.865 famílias). No período 2001-2011, conclui-se que o concelho de Vizela registou um aumento de famílias clássicas em cerca de 16,0%.
- No ano de 2011, 72% dos casais de Vizela tinham filhos, valor superior à média da região do Ave (66,5%), da região Norte (63,2%), e ainda à do Continente (58,4%).
- Cerca de 56,7% da população residente serve-se do transporte individual, valor que, apesar de relevante, é inferior à média do Continente (61,6%).
- Cerca de 15,3% da população residente apresentava em 2011 pelo menos uma dificuldade em realizar uma determinada tarefa.
- Cerca de 7,7% dos desempregados possuíam um nível de escolaridade superior, sendo esta uma média inferior à média da região do Ave (10,2%), da região Norte (13,4%) e do Continente (15,4%).
- No ano de 2020, por um lado, contabiliza-se aproximadamente um total de 30,5 beneficiários do subsídio de desemprego por 1000 habitantes e, por outro, 5,0 beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes.
- Entre 2011 e 2020 registou-se uma diminuição significativa no número de beneficiários do subsídio de desemprego, com a passagem de 1064 para 728 indivíduos. Neste contexto, as mulheres assumem uma maior representatividade, representando cerca de 63,7% do total de beneficiários do subsídio de desemprego em 2020.
- No que diz respeito aos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), observou-se um decréscimo significativo entre 2011 e 2020 (283 indivíduos).
- Cerca de 47,6% do total de beneficiários de RSI apresentavam 55 e mais anos.
- Observa-se uma clara tendência para o decréscimo entre 2011 e 2020, dos beneficiários de abono de família para crianças e jovens.
- Vizela apresentava, em 2020, um poder de compra per capita de 83,2, cerca de 16,8% inferior à média nacional.

- No que concerne ao número de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes, Vizela apresentava uma posição desfavorável (3,1 e 4,4, respetivamente), face às unidades territoriais de referência.
- Vizela apresentava, no ano de 2019, uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (2,9‰) e neonatal (1,9‰), superior à verificada para a região do Ave (2,1‰ e 1,4‰, respetivamente), e inferior ao Continente (3‰ e 2‰, respetivamente).
- O concelho apresenta uma taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (1,4‰) e por tumores malignos (1,8‰), inferior face às unidades territoriais referenciadas.
- Entre 2008 e 2019 ocorreu um acréscimo no número de empresas na ordem dos 13%, correspondendo a um aumento de 248 empresas, acompanhado pelo acréscimo nos valores do volume de negócios (56,8%) e valor acrescentado bruto (37,9%).
- Vizela, no que concerne à internacionalização das empresas, apresentava uma taxa de cobertura de 302%, o que evidencia um maior volume (em euros) de importações relativamente às exportações.
- As atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, contabilizavam um maior número de empresas (502 empresas), correspondendo a 23,3% do total.
- A população empregada apresentou um decréscimo de 11,8% entre 2001 e 2011, correspondendo a uma diminuição de 1459 indivíduos.
- A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor secundário tinham no concelho, uma vez que este setor representava no ano de 2011 cerca de 63,0% do emprego.
- Comparativamente com a média de Portugal continental, a população empregada em Vizela era um pouco menos qualificada, verificando-se que naqueles que completaram o ensino secundário ou pós-secundário e o ensino superior, os valores do concelho (que totalizavam 29,1%) ficavam aquém dos do Continente (52,1%). Importa salientar que cerca de 18,3% possuíam o ensino secundário e apenas 10,0% o ensino superior, valores inferiores aos do Continente (24,7% e 26,0%), refletindo um perfil de habilitações da população empregada nestes territórios ainda muito insatisfatório.
- Relativamente aos níveis de qualificação e profissões, predominava o grupo dos trabalhadores nas profissões manuais qualificadas (49,5%, correspondendo a 5.378 indivíduos).
- Vizela apresentou um aumento contínuo do salário médio mensal, registando um acréscimo de 116,2€ entre 2013 e 2019, constatando-se que o diferencial salarial entre homens e mulheres se assume desfavorável às mulheres.
- Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento da taxa de desemprego no concelho de Vizela (de 4,9% para 14,3%).
- A faixa etária dos 55 ou mais anos e a população que apenas concluiu o 1º CEB, em 2021, eram aquelas que assumiam maior representatividade no número de desempregados em Vizela (44,9% e 31,1%, correspondendo a 406 e 281 indivíduos, respetivamente).
- Cerca de 47,1% dos desempregados em Vizela estavam inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto os outros 52,9% estavam inscritos há mais de um ano, demonstrando a escassez nas ofertas de emprego.



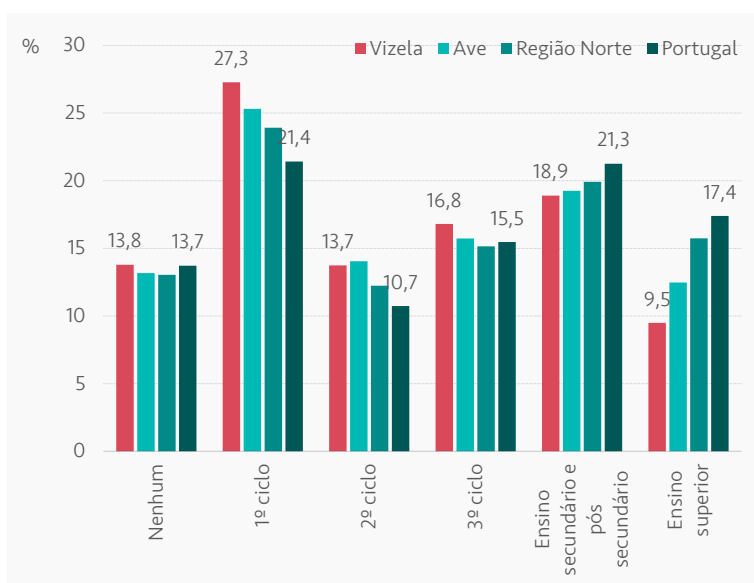
D | DINÂMICAS EDUCATIVAS

1. Qualificação da população

No que diz respeito ao nível de **qualificação da população residente**, o concelho de Vizela tem registado um progresso assinalável nas últimas décadas.

Anda assim, e relativamente ao nível de ensino atingido pelos residentes, cerca de 27,3% da população residente apenas possuía habilitação ao nível do 1º ciclo, valor correspondente a 6.519 indivíduos (Figura 24). A percentagem de população que não atingiu qualquer nível de ensino correspondia a 13,8% dos residentes (3.295 habitantes). No ano censitário de 2021, 3.283 pessoas detinham o segundo ciclo de escolaridade (13,7%) e 4.018 pessoas finalizaram o terceiro ciclo (16,8%).

Importa referir que a percentagem de pessoas com o ensino secundário (18,9%, correspondendo a 4.517 indivíduos) é superior aos que concluíram o terceiro ciclo. Relativamente à população detentora de habilitação superior, no concelho de Vizela existiam 2.269 indivíduos com este tipo de habilitação, correspondendo a 9,5% do total de residentes (Quadro 20).



Fonte: INE, Censos 2021 (resultados provisórios).

Figura 36 | População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.

Deste modo, é conveniente afirmar que a população residente em Vizela é relativamente menos escolarizada do que a população portuguesa na sua globalidade e do que a população da Região Norte. Para esta afirmação contribui a análise da população em dois níveis extremos considerados. Por um lado, a população residente em Vizela com apenas o 1º CEB (27,3%) era superior à média nacional (21,4%) e da Região Norte (23,9%). Por outro lado, a

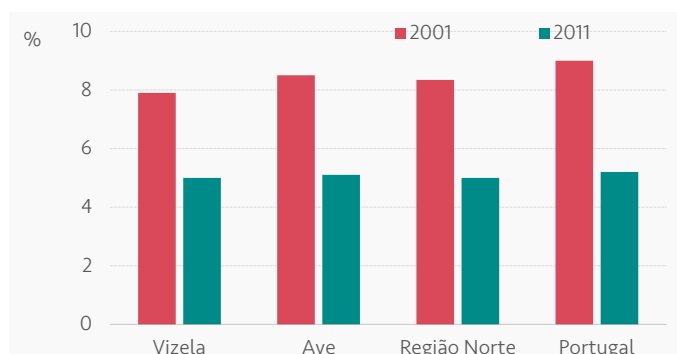
população que atinge níveis de escolaridade superiores (ensino superior) era inferior (9,5%) à média nacional (17,4%) e da Região Norte (15,7%).

Quadro 26 | População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.

Unidade territorial		Infias	Santa Eulália	UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	UF Tagilde e Vizela (São Paio)	Vizela (Santo Adrião)	Vizela	
Nenhum	n ^o	242	766	1 464	522	301	3 295	
	%	13,4	14,2	13,2	15,5	13,3	13,8	
Básico	1 ^o ciclo	n ^o	499	1 606	2 843	882	689	6 519
		%	27,5	29,8	25,7	26,2	30,4	27,3
	2 ^o ciclo	n ^o	248	752	1 383	574	326	3 283
		%	13,7	14,0	12,5	17,1	14,4	13,7
	3 ^o ciclo	n ^o	305	921	1 790	613	389	4 018
		%	16,8	17,1	16,2	18,2	17,2	16,8
Total	n ^o	1 052	3 279	6 016	2 069	1 404	13 820	
	%	58,1	60,8	54,3	61,6	62,0	57,8	
Ens. Sec. e pós Sec.	n ^o	326	1 022	2 201	559	409	4 517	
	%	18,0	19,0	19,9	16,6	18,1	18,9	
Ensino superior	n ^o	192	323	1 392	211	151	2 269	
	%	10,6	6,0	12,6	6,3	6,7	9,5	
Total	n ^o	1 812	5 390	11 073	3 361	2 265	23 901	

Fonte: INE, Censos 2021 (resultados provisórios).

Uma variável que permite analisar o grau de escolarização é a **taxa de analfabetismo**. Em 2011, Vizela apresentava uma taxa de analfabetismo de 5%, sendo inferior à observada na região do Ave (5,1%) e no Continente (5,2%). Importa sublinhar a evolução registada, uma vez que este concelho passou de uma taxa de analfabetismo de 7,9% em 2001 para 5% em 2011, à semelhança do observado na generalidade dos territórios portugueses. A nível nacional, os valores são superiores para os dois anos, passando de 9% em 2001 para 5,2% em 2011 (Figura 25).



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011; PORDATA.

Figura 37 | Taxa de analfabetismo, entre 2001 e 2011.

Ademais, é possível encontrar um conjunto de indivíduos que, embora saibam ler e/ou escrever, não completaram qualquer nível de ensino, em muitos casos assumindo contornos do habitualmente designado “analfabetismo funcional”.

O concelho de Vizela apresenta uma percentagem expressiva neste indicador, sendo que 9,9% da população com 15 e mais anos não apresenta nenhum nível de escolaridade completo, ainda assim, valor inferior à média da região Norte (10,3%) e do Continente (10,3%). Apenas as UF Tagilde e Vizela (São Paio) e freguesia de Vizela (Santo Adrião) apresentam valores superiores à média nacional (Quadro 21).

Quadro 27 | Proporção da população residente por ciclos de ensino completos e taxa de abandono precoce.

Unidade territorial	População com 15 e + anos sem nenhum nível de escolaridade completo	População 6-15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino	População 18-24 anos com o 3º CEB que não está a frequentar o sistema de ensino	2011		
				População 20-24 anos com pelo menos o ensino secundário completo	Proporção da população residente com ensino superior completo	População 30-34 anos com pelo menos o ensino superior completo
%						
Infias	9,6	2,7	29,4	55,9	6,5	21,9
Santa Eulália	10,0	1,5	39,6	43,1	4,2	7,9
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	9,0	2,0	25,0	59,3	9,2	25,0
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	10,8	1,3	55,1	32,2	4,6	7,2
Vizela (Santo Adrião)	12,4	1,6	33,7	50,6	3,1	5,3
Vizela	9,9	1,7	34,2	50,1	6,6	15,0
Ave	13,2	1,6	28,1	56,1	8,2	17,6
Região Norte	10,3	1,5	24,4	60,0	13,1	25,8
Continente	10,3	1,6	21,5	61,6	15,3	29,0

Fonte: INE, I.P., Censos 2011.

Por outro lado, cerca de 1,7% dos indivíduos entre os 6 e os 15 anos do concelho de Vizela não estão a frequentar o sistema de ensino, valor superior à média nacional (1,6%) e da região Norte (1,5%). Não obstante, o valor apresentado por Vizela assume-se relativamente baixo, algo que se deve fundamentalmente à instituição do ensino obrigatório pela Lei nº 46/86, de 14 de outubro. As freguesias apresentam um comportamento semelhante neste indicador, sobressaindo várias com uma percentagem reduzida de indivíduos entre os 6 e os 15 anos que não estão a frequentar o sistema de ensino. Por sua vez, a freguesia de Infias, tal como a UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João), apresentam valores superiores à média nacional (2,7% e 2,0% respetivamente).

No entanto, quando se analisa a população residente com idades entre os 18 e os 24 anos que completou o 3º CEB, mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino, verifica-se que o concelho de Vizela apresenta um valor que merece alguma preocupação, com 34,2%, valor muito superior ao observado na região Norte (24,4%) e no Continente (21,5%).

Relativamente às freguesias, destaque para a UF Tagilde e Vizela (São Paio), que apresenta a maior percentagem (55,1%). Contrariamente à UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João) (25,0%) que é a que apresenta uma percentagem mais reduzida.

Observando-se a população entre os 20 e 24 anos, com pelo menos o ensino secundário completo, destaca-se a percentagem de indivíduos com o ensino secundário concluído em Vizela (50,1%), pelo facto de apresentar um valor inferior ao verificado no Continente (61,6%) e na região Norte (60,0%). Ao nível das freguesias, destaca-se a freguesia de Infias (55,9%) e UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João) (59,3%). com maiores percentagens de população com pelo menos o ensino secundário, no grupo etário dos 20 aos 24 anos.

Relativamente à população residente com ensino superior completo, o concelho detém de uma percentagem de 6,6%, sendo um valor inferior ao Continente (15,3%) e à região Norte (13,1%). Fazendo uma análise à freguesia, denota-se que UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João) (9,2%) é a freguesia com destaque nas percentagens de população com o ensino superior completo.

Por último, cerca de 15% da população entre os 30 e 34 anos de Vizela apresentava o ensino superior nas suas habilitações, valor muito inferior à média do Continente (29%) e da região Norte (25,8%). Relativamente às freguesias do concelho, destacam-se a UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João), tal como a freguesia de Infias com percentagens mais expressivas (25,0% e 21,9%, respetivamente).

Neste contexto, o concelho de Vizela está ainda um pouco aquém dos objetivos da Estratégia 2020, que consubstancia um aumento para, pelo menos, 40% a percentagem de população na faixa etária dos 30 aos 34 anos com um diploma de ensino superior. Deste modo, as políticas públicas em matéria de educação deverão ser orientadas para a elevação dos níveis de escolaridade superior.

2. Rede educativa

No ano letivo 2020/2021 a rede escolar do concelho de Vizela abrangia a educação pré-escolar e todos os níveis de ensino da escolaridade obrigatória (ensino básico e secundário) (Figura 38).

A rede educativa pública do concelho de Vizela, está organizada em 2 agrupamentos de escola: o Agrupamento de Escolas de Caldas de Vizela e o Agrupamento de Escolas de S. Bento, Vizela.

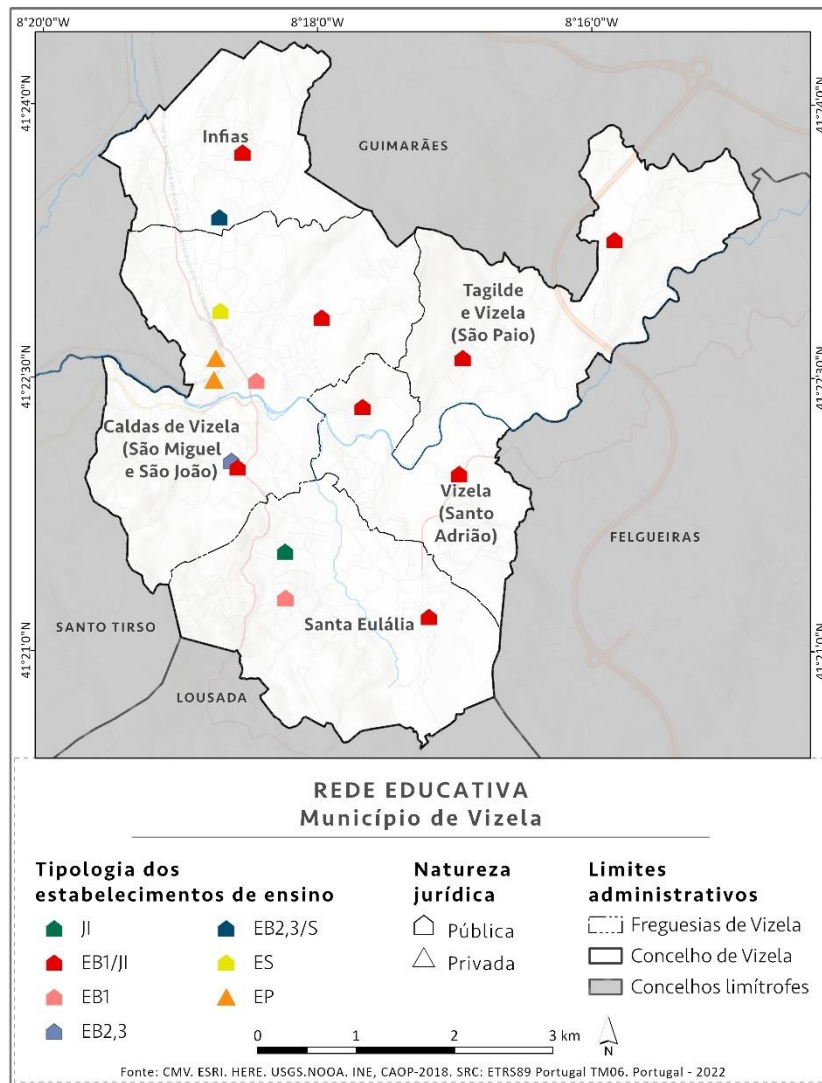


Figura 38 | Rede educativa de Vizela.

A rede particular está representada pelo estabelecimento de ensino não agrupado, a Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vizelense, que integra o 2º e o 3º ciclo do ensino básico. A rede solidária faz-se representar por um único estabelecimento, a Santa Casa da Misericórdia de Vizela, com oferta de educação pré-escolar.

Resta acrescentar que a rede global contempla também a Escola Profissional Tecnológica de Vizela e um polo da Escola Profissional CENATEX, com oferta de ensino profissional e entidades formadoras com atividade na área da educação, direcionada para a formação de jovens e de adultos.

3. Evolução da população escolar

Analisando a evolução da população escolar total em todos os níveis e modalidades de ensino do concelho de Vizela verifica-se que entre os anos letivos 2012/2013 e 2020/2021 o número de alunos sofreu um decréscimo de 18,7%, correspondendo à passagem dos 3947 aos 3208 alunos (Quadro 28). De referir que apenas a Educação pré-escolar registou um acréscimo, com a passagem das 574 para as 581 crianças, correspondendo a apenas 1,2%. Para os restantes níveis de ensino, a tendência foi de decréscimo, sublinhando-se a diminuição observada no 1º CEB (de 1021 para 795 alunos, correspondendo a -22,1%) e no 2º e 3º CEB (de 1631 para 1149 alunos, correspondendo a -29,6%).

Quadro 28 | Evolução e variação do número de crianças/alunos no concelho.

Nível de ensino	Ano letivo									variação	
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2012/13 a 2020/21	
	nº									nº	%
Educação pré-escolar	574	579	602	598	591	532	531	557	581	7	1,2
1º CEB	1021	962	911	895	889	914	877	825	795	-226	-22,1
2º e 3º CEB	1631	1555	1560	1458	1395	1338	1172	1249	1149	-482	-29,6
Ensino secundário	721	749	837	769	762	630	587	615	683	-38	-5,3
Total	3947	3845	3910	3720	3637	3414	3167	3246	3208	-739	-18,7

Relativamente à variação da população escolar entre o ano letivo 2020/2021 e o anterior é possível observar uma diminuição de 38 alunos. O 2 e 3º CEB registou uma diminuição com muita relevância (-100 alunos, correspondendo a -8%) e o 1º CEB perdeu 30 alunos (-3,6%). Por outro lado, o Ensino Secundário registou um acréscimo de 68 alunos (11,1%) e a Educação pré-escolar registou um acréscimo de 24 crianças (4,3%).

3.1. Educação pré-escolar

A educação pré-escolar é assegurada pela rede pública (9 equipamentos) e pela rede solidária (1 equipamento).

A evolução do número de crianças afetas à educação pré-escolar no concelho de Vizela entre os anos letivos 2012/2013 e 2020/2021 foi pautada por um acréscimo até 2015/2016, momento a partir do qual a tendência inverteu. Nos últimos anos parece haver uma certa recuperação, sendo que entre 2019/20 e 2020/21 observa-se um acréscimo de 24 crianças (4,3%) (Quadro 29).

Quadro 29 | Evolução e variação do número de crianças inscritas na Educação pré-escolar.

Natureza jurídica	Ano letivo									variação	
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2012/13 a 2020/21	
	nº									nº	%
Pública	439	463	472	457	452	406	414	438	461	22	5,0
Solidária	121	105	111	126	129	120	105	119	120	-1	-0,8
Lucrativa	14	11	19	15	10	6	12			-14	-100
Total	574	579	602	598	591	532	531	557	581	7	1,2

Fonte: Carta Educativa de Vizela.

3.2. 1º CEB

O concelho de Vizela apresenta um total de 10 equipamentos com oferta do 1º CEB, todos eles da rede pública. Até 2018/2019 existia oferta do ensino privado, que deixou de se verificar com o encerramento do Colégio de Vizela.

Verifica-se que no período compreendido entre os anos letivos 2012/2013 e 2020/2021 os quantitativos escolares sofreram um decréscimo relevante, registando-se uma diminuição de -22,1%, com a passagem dos 1021 aos 795 alunos (Quadro 30).

Quadro 30 | Evolução e variação do número de alunos inscritos no 1º CEB.

Natureza jurídica	Ano letivo									variação	
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2012/13 a 2020/21	
	nº									nº	%
Pública	997	946	890	872	865	886	859	825	795	-202	-20,3
Privada	24	16	21	23	24	28	18	-		-24	-100,0
Total	1021	962	911	895	889	914	877	825	795	-226	-22,1

Fonte: Carta Educativa de Vizela.

3.3. 2º e 3º CEB

Ao nível do 2º e 3º CEB existem dois equipamentos da rede pública com esta oferta: Escola Secundária de Caldas de Vizela e Escola Básica de Caldas de Vizela, ambos localizados na freguesia de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João). Da rede privada, sublinha-se a existência da Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vizelense.

A evolução do número de alunos afetos ao 2º e 3º CEB foi pautada por um decréscimo entre os anos letivos 2012/2013 e 2020/2021 com a passagem dos 1631 aos 1149 alunos, o que

representa uma redução de -29,6% (Quadro 31). O decréscimo foi superior no 3º CEB (-330 alunos) comparativamente ao 2º CEB (-105 alunos).

Quadro 31. | Evolução e variação do número de alunos inscritos no 2º e 3º CEB.

Ciclos/tipos de cursos	Ano letivo									variação	
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2012/13 a 2020/21	
	nº									nº	%
2º CEB	566	554	577	578	529	471	462	482	461	-105	-18,6
3º CEB	1018	971	925	838	831	831	687	751	688	-330	-32,4
CEF - Jovens	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cursos Vocacionais	-	30	58	42	35	36	23	16	-	-	-
Total	1631	1555	1560	1458	1395	1338	1172	1249	1149	-482	-29,6

Fonte: Carta Educativa de Vizela.

3.4. Ensino secundário

Os estabelecimentos/ entidades formadoras com oferta de ensino secundário regular e profissional localizam-se praticamente todos na sede de concelho, com exceção da Escola Básica e Secundária de Infias.

A rede pública contabiliza dois estabelecimentos de ensino (Escola Secundária de Caldas de Vizela e Escola Básica e Secundária Infias). Já a rede privada é constituída pela Escola Profissional Tecnológica de Vizela e Escola Profissional Cenatex - Pólo de Vizela.

Em relação à análise do número de alunos afetos ao ensino secundário regular no concelho verifica-se que no período compreendido entre os anos letivos 2012/2013 e 2020/2021 se registou um ligeiro acréscimo da população escolar, com a passagem dos 419 aos 506 alunos, o que representa em aumento de 20,8% (Quadro 32).

Todavia será de referir que este acréscimo não se efetuou de forma homogénea, uma vez que houve períodos de acréscimo e decréscimo. De sublinhar que o ano letivo de 2014/2015 foi o que registou um maior número de alunos (549).

Quadro 32 | Evolução e variação do número de alunos inscritos no Ensino Secundário (regular).

Natureza jurídica	Ano de escolaridade	Ano letivo									variação	
		2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2012/13 a 2020/21	
		n.º									n.º	%
Pública	10.º	176	160	164	178	169	129	151	181	187	11	6,3
	11.º	140	162	131	148	162	144	117	154	174	34	24,3
	12.º	103	131	144	141	151	158	142	119	145	42	40,8
	subtotal	419	453	439	467	482	431	410	454	506	87	20,8
Privada	10.º			29	8	1	10	6				
	11.º			28	28	9	0	14				
	12.º			53	20	34	9					
	subtotal			110	56	44	19	20				
Total		419	453	549	523	526	450	430	454	506	87	20,8

Fonte: Carta Educativa de Vizela.

Relativamente à modalidade de ensino regular, e dos 504 alunos inscritos, observa-se um predomínio da frequência nos cursos de Ciências e tecnologia (262 alunos), seguindo-se os cursos de Línguas e humanidades (174 alunos). Com menores quantitativos, surgem os alunos matriculados nos cursos de Ciências socioeconómicas (68) (Quadro 33). Deste modo salienta-se o Curso de Ciências e Tecnologias enquanto um dos cursos mais escolhidos pelos jovens, na medida em que parece permitir, numa fase posterior, uma maior opção de escolha ao nível do Ensino Superior e o acesso a cursos muito procurados pelos alunos como são os casos das áreas das engenharias e saúde.

Quadro 33 | Alunos por curso científico-humanístico, no ano letivo 2020/21.

Estabelecimento de Ensino	Curso	Número de alunos			
		10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
Escola Secundária de Caldas de Vizela	Ciências e Tecnologias	54	49	52	155
	Ciências Socioeconómicas	22	27	19	68
	Línguas e Humanidades	55	27	20	102
	Artes Visuais	0	0	0	0
Escola Básica e Secundária de Infias, Vizela	Ciências e Tecnologias	35	43	29	107
	Ciências Socioeconómicas	0	0	0	0
	Línguas e Humanidades	20	25	27	72
	Artes Visuais	0	0	0	0
Total		186	171	147	504

Fonte: Câmara Municipal de Vizela.

No ano letivo de 2020/21, a Escola Secundária de Caldas de Vizela oferecia os cursos de Técnico Comercial, Técnico Restauração e Técnico Multimédia.

Contrariamente ao verificado no ensino secundário regular, o ensino secundário profissional registou, no mesmo período, perdas significativas no número de alunos (-125 alunos, correspondendo a -41,4%) (Quadro 34).

Quadro 34 | Evolução e variação do número de alunos inscritos no Ensino Secundário (profissional).

Natureza jurídica	Ano de escolaridade	Ano letivo									variação	
		2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2012/13 a 2020/21	
		n.º									n.º	%
Pública	10.º	92	68	93	63	61	61	60	66	67	-25	-27,2
	11.º	81	78	65	72	55	46	42	54	61	-20	-24,7
	12.º	81	76	70	63	72	51	44	41	49	-32	-39,5
	subtotal	254	222	228	198	188	158	146	161	177	-77	-30,3
Privada	10.º	22	27	23	20	20						
	11.º	26	19	18	13	15	11					
	12.º		28	19	15	13	11	11				
	subtotal	48	74	60	48	48	22	11				
Total		302	296	288	246	236	180	157	161	177	-125	-41,4

Fonte: Carta Educativa de Vizela.

Esta situação deve-se ao facto da oferta de ensino profissional ser concertada ao nível intermunicipal (Comunidade Intermunicipal do AVE) e posteriormente aprovada pelo Ministério da Educação não dependendo exclusivamente da vontade ou iniciativa dos estabelecimentos de ensino. Os Agrupamentos de Escolas propõem os cursos que consideram mais adequados à sua comunidade escolar, de seguida ocorre a concertação da oferta e, por fim, o Ministério da Educação pronuncia-se, autorizando ou não as propostas de cursos.

A inexistência de determinados cursos no concelho de Vizela leva a que muitos alunos optem por frequentar fora do concelho ou, em alternativa, ingressar em cursos do ensino regular.

3.5. Educação de Adultos

A formação direcionada a adultos tem como objetivo promover a elevação de competências de pessoas que por qualquer motivo, nos seus percursos de vida, abandonaram a escola precocemente sem concluir a escolaridade. Ao longo dos últimos

anos, a frequência tem sido irregular, observando-se acréscimos e decréscimos nestas modalidades (Quadro 35).

Ao nível do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), verifica-se um acréscimo de adultos a querer adquirir um nível de certificação. Em Vizela existem dois Centros Qualifica, um deles a funcionar nas instalações da Escola Secundária de Caldas de Vizela e, mais recentemente, foi criado um novo Centro Qualifica, a funcionar nas instalações da Duodifusão - Centro de Formação, Lda.

Quadro 35 | Evolução e variação do número de alunos inscritos nas modalidades de Educação de Adultos.

Modalidades de ensino	Ano letivo									variação	
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2012/13 a 2020/21	
	n.º									n.º	%
EFA Básico		16	41	20							
EFA Secundário	69	37	88	39	34	55	61	44	54	-15	-21,7
Alfabetização	38										
Português para não falantes - PFOL					25	30					
RVCC (alunos envolvidos)				39	30	193	684	580	30		
Total	107	53	129	98	89	278	745	624	84	-23	-21,5

Fonte: Carta Educativa de Vizela.

Acompanhando as necessidades do mercado de trabalho e da sociedade civil, o Catálogo Nacional de Qualificações integra um conjunto de UC/UFCD que procuram responder à necessidade de investir em competências transversais e emergentes em domínios como as “soft skills”, as novas formas de trabalho, o digital e a liderança, entre outros. As UC/UFCD integradas nestes domínios podem ser mobilizadas autonomamente para a obtenção de um conjunto alargado de qualificações do CNQ. No ano de 2021, a DUODIFUSÃO, entidade formadora, direcionada para a formação de jovens e de adultos apresentou a seguinte oferta (Quadro 36), com uma frequência global de 834 formandos.

Quadro 36 | Número de formandos nas Unidades de Formação de Curta Duração na DUODIFUSÃO, em 2021.

Designação das UFCD's	Nº Formandos
8608 - Língua alemã: atendimento	15
9219 - Social Media	20
0395 - Língua inglesa - técnicas de vendas	21
10653 - Literatura para a infância e juventude	24
10653 - Literatura para a infância e juventude	26
9216 - Meios de Comunicação Digital	15
8602 - Língua Alemã - Gestão de stocks	16
10393 - Língua Gestual	27
9219- Social Media	21
8607 - Língua francesa - atendimento	16
0678 - Recursos Humanos - processamento de vencimentos	18
9220 - Gestão de Conteúdos Digitais	17
0678 - Recursos Humanos - processamento de vencimentos	19
7229 - Gestão de Stress do Profissional	17
9641 - Cuidados de saúde primários para crianças e jovens	26
0399 - Língua Inglesa - Negociação e serviço pós-venda	15
9641 Cuidados de saúde primários para crianças e jovens	24
0395 - Língua inglesa - técnicas de vendas	15
0575 - Imposto sobre o rendimento (IRS)	17
9649 - Educação Inclusiva e Necessidades Educativas Específicas	25
10393 - Língua Gestual	15
8319 - Língua Italiana - O profissional na restauração	16
6215 - Código de contas e normas contabilísticas	16
9208 - Inteligência Emocional	20
10652 - Projeto de Intervenção Pedagógica	15
10652 - Projeto de Intervenção Pedagógica	17
0778 - Folha de Cálculo	16
10663 - Artes do Espetáculo	16
5427 - Legislação Laboral - contrato de trabalho/ direitos individuais	20
4257 - Cidadania e Globalização	18
0371 - Língua Inglesa - vendas	16
10660 01 - Atividades Lúdico-expressivas	18
10660 02 - Atividades Lúdico-expressivas	16
10651 01 - Espaços Socioeducativos	17
3564- Primeiros Socorros	18
10651 01 - Espaços Socioeducativos	20
0683 - Ética e Deontologia Profissionais	17
3564- Primeiros Socorros	17
0716 - Gestão por Processos	19
9851 - Técnicas de Animação para Crianças e Jovens	18
9851 - Técnicas de Animação para Crianças e Jovens	16
3429 - Língua Inglesa - serviço de receção, atendimento e informação turística	16
3564- Primeiros Socorros (JOF)	22
0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos (JOF)	23
9208 - Inteligência Emocional	18

Fonte: DUODIFUSÃO.

4. Projeções da população escolar

A realização de projeções da população escolar afigura-se de especial importância, tornando possível a previsão das necessidades associadas ao ensino, nomeadamente, as infraestruturas de apoio, salas de aula e recursos humanos (docentes e não docentes).

As projeções foram realizadas para as crianças e jovens em idade de frequência nos diferentes níveis de ensino: 6 a 9 anos no 1º ciclo do ensino básico (CEB), 10 a 11 anos no 2º CEB, 12 a 14 anos no 3º CEB e 15 a 17 anos no ensino secundário, num horizonte temporal variável (de 3 anos no caso do Pré-escolar aos 15 anos no caso do Ensino Secundário). A escala territorial analisada corresponde ao concelho de Vizela, analisando-se o comportamento ao nível das diferentes freguesias que o integram.

Para o cálculo destas projeções escolares são considerados apenas os nascimentos ocorridos em cada unidade geográfica, assentando no princípio de que quem nasceu num determinado território vai frequentar, anos mais tarde, o pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário nesse mesmo território.

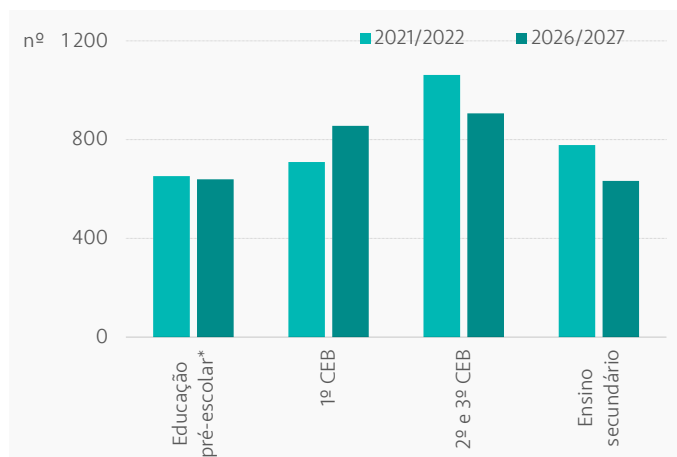
Neste contexto, parte-se do pressuposto que as crianças nascidas nos anos de 2018, 2017 e 2016 terão no ano letivo 2021/2022, 3, 4 e 5 anos, e por esse motivo, estarão a frequentar o ensino pré-escolar (Quadro 37 e Figura 39). De igual forma, as crianças nascidas nos anos de 2015, 2014, 2013 e 2012, terão respetivamente, 6, 7, 8 e 9 anos, e estarão a frequentar o 1º CEB. Já as crianças nascidas entre 2011 e 2010 estarão a frequentar o 2º CEB, as nascidas entre 2009 e 2007 estarão a frequentar o 3º CEB e, por fim, as nascidas entre 2006 e 2004 estarão a frequentar o ensino secundário.

Quadro 37 | Projeção e variação da população escolar por nível de ensino⁷.

Níveis de ensino	2021/2022	2026/2027	Variação	
	nº	nº	nº	%
Educação pré-escolar*	652	639	-13	-2,0
1º CEB	709	856	147	20,7
2º e 3º CEB	1062	906	-156	-14,7
Ensino secundário	778	633	-145	-18,6
Total	3201	3034	-167	-5,2

Fonte: INE, I.P., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

⁷ Na educação pré-escolar apenas é possível efetuar a projeção até ao ano letivo 2023/2024.



Fonte: INE, I.P., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

Figura 39 | Provável evolução da população residente em idade escolar, entre 2021/22 e 2026/27.

Importa salientar que os valores são apenas os expectáveis, uma vez que para uma análise mais próxima da realidade, há que ter em consideração todo um conjunto de fatores determinantes na manutenção ou não das crianças e jovens no sistema de ensino: taxas de conclusão/transição, taxas de retenção e taxas de abandono escolar. Para além de outros fatores, como a entrada e saída de alunos para outros estabelecimentos de ensino fora da área de residência.

De referir, ainda, que estes valores devem ser equacionados na educação pré-escolar e no 1º CEB com os estabelecimentos de ensino de proximidade – numa relação com a unidade geográfica de freguesia –, enquanto no 2º e 3º CEB estes valores devem ser pensados em função dos territórios educativos do agrupamento de escolas (a análise dos fluxos escolares deve funcionar como validação destes números). No caso do ensino secundário, a análise deve espelhar a visão global do território municipal, uma vez que a frequência reflete outras questões de índole educativa que ultrapassam, largamente, a simples análise territorial.

Tendo em consideração apenas os nascimentos registados no concelho, sublinha-se a evolução global, que tenderá a ser negativa, uma vez que se espera uma diminuição de 167 alunos entre 2021/22 e 2026/27 (-5,2%).

Entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024 prevê-se uma redução de 13 crianças com idade de frequentar o pré-escolar (-6,1%). Para o 1º CEB, prevê-se um acréscimo de 147 crianças (-20,7%) entre os anos letivos de 2021/2022 e 2026/2027, refletindo o aumento de nascimentos verificados a partir de 2015. Por outro lado, aponta-se para o 2º e 3º CEB uma diminuição de 156 jovens neste período (-14,7%) e -145 jovens em idade de frequência do Ensino Secundário (-18,6%).

Feita esta análise global para o concelho, interessa agora fazer um estudo mais fino ao nível de ensino, descendo à escala da freguesia. Note-se, no entanto, que o intervalo da projeção é diferente para os vários níveis de ensino, aumentando à medida que se avança nos níveis de ensino (2023/2024 na educação pré-escolar, 2026/2027 no 1º CEB, 2030/2031 nos 2º e 3º CEB e 2035/2036 no ensino secundário).

4.1. Educação pré-escolar

Com base nos nascimentos registados em período correspondente à frequência é possível efetuar uma estimativa da população escolar potencial para a educação pré-escolar entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024 (Quadro 38). Os valores deixam antever uma diminuição do número de crianças disponíveis para integrar este nível de educação, estimando-se a passagem das 652 às 639 crianças, o que representa um decréscimo de -2%.

Em termos absolutos, perspetivam-se maiores decréscimos na freguesia de Santa Eulália (-10 crianças) e na freguesia de Infias (-6 crianças). Por outro lado, perspetiva-se um acréscimo de 8 crianças na freguesia de Vizela (Santo Adrião).

Quadro 38 | Projeção do número de crianças com idade de frequência da educação pré-escolar (3-5 anos).

Unidade territorial	2021/2022	2022/2023	2023/2024	Variação 21/22 - 23/24	
	nº			nº	%
Infias	49	47	43	-6	-12,2
Santa Eulália	171	167	161	-10	-5,8
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	277	289	274	-3	-1,1
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	97	100	95	-2	-2,1
Vizela (Santo Adrião)	58	55	66	8	13,8
Total	652	658	639	-13	-2,0

Fonte: INE, I.P., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

4.2. 1º CEB

No 1º CEB, no período compreendido entre os anos letivos 2021/2022 e 2026/2027 estima-se um acréscimo de 20%, com a passagem dos 709 aos 856 alunos, correspondendo a um aumento previsto de 147 alunos. É possível observar que para todas as freguesias a tendência poderá ser de acréscimo, sendo de destacar o aumento previsto de 38 alunos na freguesia de Vizela (Santo Adrião), correspondendo a 80,9% (Quadro 39).

Quadro 39 | Projeção do número de alunos com idade de frequência do 1º CEB (6 - 9 anos).

Unidade territorial	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	2025/26	2026/27	Variação 21/22 - 26-27	
	nº						nº	%
Infias	53	52	55	64	62	60	7	13,2
Santa Eulália	155	179	189	221	226	210	55	35,5
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	337	325	334	350	370	370	33	9,8
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	117	109	121	128	124	131	14	12,0
Vizela (Santo Adrião)	47	54	61	74	73	85	38	80,9
Total	709	719	760	837	855	856	147	20,7

Fonte: INE, I.P., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

4.3. 2º e 3º CEB

Globalmente, no 2º e 3º CEB estima-se um decréscimo de 9 alunos entre os anos letivos 2021/2022 e 2030/2031, resultado da passagem dos 1062 aos 1053 alunos, correspondendo a um valor percentual de -0,8% (Quadro 40). Efetivamente, a consideração deste horizonte temporal mais longo deixa antever que a tendência de decréscimo tenderá a ser menos expressiva, em virtude do aumento dos nascimentos verificado a partir de 2015, e que naturalmente se poderão refletir nesta situação.

Quadro 40 | Projeção do número de alunos com idade de frequência do 2º e 3º CEB (10 - 14 anos).

Unidade territorial	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	2025/26	2026/27	2027/28	2028/29	2029/30	2030/31	Variação 21/22 - 30/31	
	nº										nº	%
Infias	73	71	74	69	72	68	69	72	77	75	2	2,7
Santa Eulália	248	235	213	206	202	214	228	252	276	269	21	8,5
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	446	458	460	440	428	418	421	434	443	451	5	1,1
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	198	187	171	165	149	141	145	158	155	155	-43	-21,7
Vizela (Santo Adrião)	97	90	78	64	64	65	73	82	89	103	6	6,2
Total	1062	1041	996	944	915	906	936	998	1040	1053	-9	-0,8

Fonte: INE, I.P., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

4.4. Ensino secundário

Por fim, e considerando o período entre os anos letivos de 2021/22 e 2035/36, estima-se que a população em idade de frequentar o ensino secundário passe de 778 para 639, correspondendo a um decréscimo de 139 jovens (-17,9%) (Quadro 41).

Todas as freguesias terão decréscimos de alunos com estas idades, à exceção de Infias. Sublinha-se que a UF Caldas de Vizela e a UF Tagilde e Vizela (São Paio) poderão ter os decréscimos absolutos mais expressivos (-51 e -41 jovens, respetivamente).

Quadro 41 | Projeção do número de alunos com idade de frequência do Ensino Secundário (15 - 17 anos).

Unidade territorial	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	2025/26	2026/27	2027/28	2028/29	2029/30	2030/31	2031/32	2032/33	2033/34	2034/35	2035/36	Variação 21/22 - 35/36	
	nº															nº	%
Infias	42	46	40	42	36	44	47	49	38	37	38	47	49	47	43	1	2,4
Santa Eulália	192	170	168	147	153	139	136	121	105	120	140	158	171	167	161	-31	-16,1
UF Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	325	301	274	270	274	280	269	271	264	244	238	250	277	289	274	-51	-15,7
UF Tagilde e Vizela (São Paio)	136	118	123	119	123	115	111	88	86	85	85	91	97	100	95	-41	-30,1
Vizela (Santo Adrião)	83	70	65	64	62	55	44	40	31	36	42	53	58	55	66	-17	-20,5
Total	778	705	670	642	648	633	607	569	524	522	543	599	652	658	639	-139	-17,9

Fonte: INE, I.P., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

Em suma, se se considerar um horizonte temporal mais curto (até 2026/2027), os decréscimos poderão ser muito expressivos, sobretudo no 2º e 3º CEB e Ensino Secundário.

Considerando um horizonte temporal mais longo, e muito pelo efeito do aumento da natalidade a partir de 2015, os decréscimos poderão ser menos relevantes, sobretudo para o 2º e 3º CEB. Para o 1º CEB espera-se um aumento de alunos relevante entre 2021/22 e 2026/2027.

Os cenários apresentados, sobretudo para os próximos cinco anos, e para o 2º e 3º CEB e Ensino Secundário, dão indicações de um futuro preocupante em termos de diminuição da população escolar, colocando imensos desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, adequação das redes educativas e necessidades de docentes e não docentes.

Síntese

- Em 2021 cerca de 27,3% da população residente apenas possuía habilitação ao nível do 1º ciclo, sendo que apenas 9,5% era detentora de habilitação superior.
- Em 2011, Vizela apresentava uma taxa de analfabetismo de 5,0%, sendo inferior à observada na região do Ave (5,1%) e no Continente (5,2%).
- Em 2011, cerca de 15% da população entre os 30 e 34 anos de Vizela apresenta o ensino superior nas suas habilitações, um pouco aquém dos objetivos da Estratégia 2020, que consubstancia um aumento para, pelo menos, 40% a percentagem de população na faixa etária dos 30 aos 34 anos com um diploma de ensino superior.

- A rede educativa pública do concelho de Vizela, está organizada em 2 agrupamentos de escola: o Agrupamento de Escolas de Caldas de Vizela e o Agrupamento de Escolas de S. Bento.
- Entre os anos letivos 2012/2013 e 2020/2021 o número de alunos sofreu um decréscimo de 18,7%, correspondendo à passagem dos 3947 aos 3208 alunos
- À exceção da Educação pré-escolar, nos restantes níveis de ensino, a tendência foi de decréscimo, sublinhando-se a diminuição observada no 1º CEB (de 1021 para 795 alunos) e no 2º e 3º CEB (de 1631 para 1149 alunos).
- No Ensino Secundário, e relativamente à modalidade de ensino regular, e dos 504 alunos inscritos em 2020/21, observa-se um predomínio da frequência nos cursos de Ciências e tecnologia (262 alunos), seguindo-se os cursos de Línguas e humanidades (174 alunos). Com menores quantitativos, surgem os alunos matriculados nos cursos de Ciências socioeconómicas (68).
- A formação direcionada a adultos tem como objetivo promover a elevação de competências de pessoas que por qualquer motivo, nos seus percursos de vida, abandonaram a escola precocemente sem concluir a escolaridade.
- As projeções realizadas, tendo em consideração apenas os nascimentos registados no concelho, evidenciam uma tendência de diminuição no número de alunos entre 2021/22 e 2026/27 (-167, correspondendo a 5-2%).
- Sublinha-se a evolução global, que tenderá a ser negativa, uma vez que se espera uma diminuição de 167 alunos entre 2021/22 e 2026/27 (-5,2%).
- Entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024 prevê-se uma redução de 13 crianças com idade de frequentar o pré-escolar (-6,1%). Para o 1º CEB, prevê-se um acréscimo de 147 crianças (20,7%) entre os anos letivos de 2021/2022 e 2026/2027, refletindo o aumento de nascimentos verificados a partir de 2015. Aponta-se para o 2º e 3º CEB uma diminuição de 156 jovens neste período (-14,7%) e -145 jovens em idade de frequência do Ensino Secundário (-18,6%).
- Considerando horizontes temporais mais longos, a tendência de decréscimo no 2º e 3º CEB e no Ensino Secundário poderá ser em grande medida atenuada.



E | SUCESSO EDUCATIVO

1. Escolarização, retenção e desistência

No sentido de perceber as dinâmicas relacionadas com as mobilidades e abandono escolar analisam-se as taxas brutas de escolarização, isto é, a relação entre os alunos matriculados e os alunos em idade de frequentar um dado nível de ensino.

A taxa bruta de pré-escolarização era de 98,9% em Vizela no ano letivo de 2019/2020, sendo este valor inferior ao observado na região Norte (101,2), e no Ave (99,0%). Por sua vez, Vizela apresenta uma taxa superior aos valores verificados para o Continente (96,9%) (Quadro 42).

A taxa bruta de escolarização do ensino básico, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados no 1º, 2º e 3º CEB e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino é de 112,2% no concelho de Vizela. Esta situação deve-se à deslocação de um significativo número de alunos de outros concelhos para frequentar estes níveis de ensino em Vizela.

Por outro lado, observa-se uma taxa de escolarização do ensino secundário de 99,5% no concelho. O facto desta taxa ser inferior a 100%, indica que há menos inscritos do que os residentes em idade de frequência deste ciclo de estudos (15-17 anos). Isto pode acontecer por várias razões: ou porque ainda está a frequentar um nível inferior, ou porque está numa escola noutra concelho, ou porque está integrado noutra tipo de oferta formativa ou ainda porque desistiu ou abandonou precocemente a escola.

A taxa de retenção ou desistência evidencia a percentagem de alunos que não transitam para o ano de escolaridade seguinte (por razões diversas, entre as quais o insucesso escolar e a anulação da matrícula), dentro do número total de alunos matriculados nesse ano letivo.

No que diz respeito à taxa de retenção e desistência no ensino básico, esta é superior no 3º CEB (1,9%), comparativamente ao 1º CEB (1,0%), uma vez que no 2º CEB não se verificam retenções e desistências. Em termos médios, o valor é de 0,7%, sendo um valor inferior comparativamente ao Continente (2,2%) e à região Norte (1,2%).

Por fim, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário ronda os 96,1%, sendo superior à observada quer na região Norte (93,5%), quer no Continente (91,6%). Esta taxa apresenta um valor inferior nos cursos tecnológicos/profissionais (93,2%), comparativamente aos cursos científico-humanísticos (97,1%), sendo esta uma tendência dominante nas unidades territoriais de referência.

Quadro 42 | Taxas de escolarização, de retenção, desistência, transição e conclusão, no ano letivo 2019/2020.

Indicadores		Vizela	Ave	Região Norte	Continente
Taxa bruta de pré-escolarização		98,9	105,5	100,3	96,9
Taxa bruta de escolarização	Ensino básico	112,2	105,2	108,9	108,4
	Ensino secundário	99,5	107,3	122,0	123,5
Taxa de retenção e desistência no ensino básico	Total	0,7	0,7	1,2	2,2
	1º CEB	0,1	0,6	0,7	1,4
	2º CEB	-	0,4	1,1	2,4
	3º CEB	1,9	1,0	1,7	3,0
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	Total	96,1	94,9	93,5	91,6
	Cursos gerais/científico-humanísticos	97,1	95,4	94,1	92,0
	Cursos tecnológicos/profissionais	93,2	94,2	92,6	91,1

Fonte: INE, I.P.

Relativamente à taxa bruta de escolarização verifica-se um incremento a nível da pré-escolarização e uma estabilização a nível do ensino básico. A nível secundário verificou-se um acréscimo muito acentuado entre os anos letivos em análise, com maior enfoque para o ano letivo 2018/2019 (Quadro 43).

Quadro 43 | Taxas de Escolarização entre os anos letivos de 2013/2014 e 2019/2020.

Escolarização	Ano letivo						
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Taxa bruta de pré-escolarização	90,4	97,5	96,1	98,3	97,0	98,9	98,9
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	107,9	111,8	113,1	108,9	115,7	111,5	112,2
1.º CEB	99,7	101,5	104	106,9	108,4	106,1	103,5
2.º CEB	111	110,3	112,1	109,5	115,9	110,9	115,3
3.º CEB	114,9	123,6	123,9	110,8	123,5	117,8	120,3
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	74	90,1	88,6	89,1	87,4	105,4	99,5

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

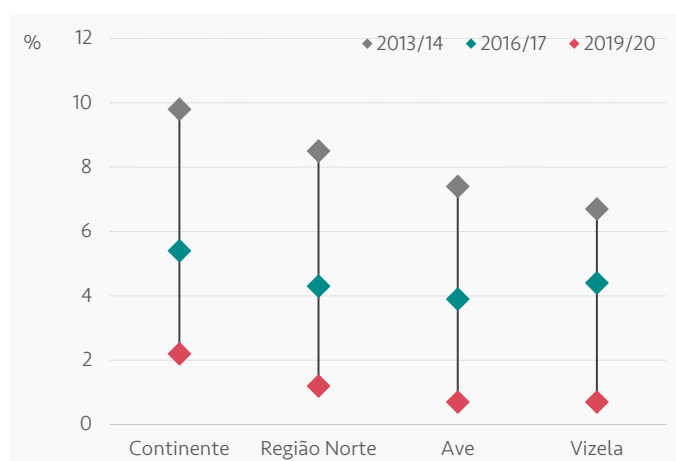
No que concerne à evolução da taxa de retenção e desistência⁸ no ensino básico, uma primeira nota vai para o facto de Vizela apresentar uma posição muito favorável, com 0,7% no ano letivo de 2019/20. A evolução evidencia uma tendência de decréscimo muito relevante a partir do ano letivo de 2015/16 (de 6,5% para 0,7%) (Quadro 44 e Figura 40).

No que diz respeito ao ensino secundário, os valores são ainda significativos, não obstante a diminuição observada a partir do ano letivo 2016/17 (de 15,1% para 3,9%) (Figura 41).

Quadro 44 | Taxa de retenção e desistência, entre os anos letivos de 2009/2010 e 2019/2020.

Taxas de retenção e desistência	Ano letivo						
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
	%						
Ensino básico	6,7	5,8	6,5	4,4	3,8	2,4	0,7
1.º CEB	1,9	1,0	2,6	0,7	1,1	0,3	0,1
2.º CEB	4,4	2,6	3,1	2,3	1,9	0,2	0,0
3.º CEB	12,7	12,6	13,2	9,8	8,0	5,9	1,9
Ensino secundário	19,6	14,1	14,1	15,1	9	9,3	3,9
Cursos gerais/científico-humanísticos	23,4	14,0	14,3	13,2	8,4	9,4	2,9
Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	12,7	14,1	13,9	19,1	10,4	9,3	6,8

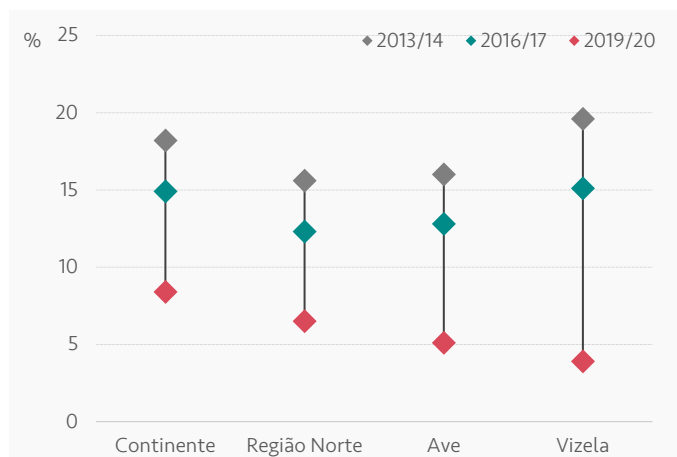
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Figura 40 | Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico entre 2013/14 e 2019/20.

⁸ Entende-se por retenção a situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra. Quanto ao conceito de desistência, este refere-se à situação que ocorre em consequência do abandono temporário de aluno ou formando da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso de um ano letivo e inclui abandono, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas (DGEEC, 2017). A taxa de retenção e desistência corresponde à relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte, e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo. Fórmula de cálculo: $(\text{Alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade } x+1 / \text{Alunos matriculados no ano } x) * 100$.



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Figura 41 | Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário entre 2013/14 e 2019/20.

2. Resultados escolares

2.1. Exames nacionais

O sucesso educativo pode ser também aferido através dos resultados dos exames nacionais⁹. Estes exames, pela homogeneidade dos critérios de avaliação e pela igualdade nos conteúdos questionados na prova escrita a todos os alunos do mesmo ano de escolaridade de todos os estabelecimentos de ensino, podem constituir-se como elementos determinantes na diferenciação das escolas de sucesso e insucesso escolar.

Relativamente aos exames de 9º ano no concelho de Vizela, verifica-se que ao longo dos últimos anos letivos os melhores resultados estavam associados à disciplina de Português. O ano de 2018 foi o que registou melhores resultados nesta disciplina nas escolas da rede pública.

Relativamente à média dos exames de 9º ano na disciplina de matemática, a evolução foi pautada por acréscimos e decréscimos. Entre 2018 e 2019 todas as escolas registaram um

⁹ Os resultados dos exames nacionais devem ser interpretados da seguinte forma:

- Os valores apresentados constituem a média dos exames, nas duas fases, obtida pelos alunos dos estabelecimentos de ensino;
- As médias de exame para o 9º ano de escolaridade variam entre 1 e 100 pontos;
- As médias de exame para o 12º ano de escolaridade variam entre 1 e 20 pontos.

acréscimo nos resultados. No ano de 2019 as escolas da rede pública apresentam médias de exame e nota interna muito semelhantes (Quadro 44).

Quadro 45 | Resultados dos exames nacionais e das médias internas, pelos alunos de 9º ano.

Estabelecimento de ensino	2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME
Português - 9º ano de escolaridade												
Instituto Silva Monteiro	3,38	58,47	2,86	53,03	-	-	-	-	-	-	-	-
Colégio de Vizela	3,25	60,68	2,82	58,93	3,12	56,55	3,04	54,73	3,53	66,44	3,61	71,89
Escola Básica de Caldas de Vizela, Vizela	3,29	55,05	3,33	58,22	3,18	56,15	3,39	60,33	3,33	64,76	3,43	55,47
Escola Básica e Secundária de Infias, Vizela	3,25	59,87	3,17	60,48	3,30	51,80	3,04	55,33	3,28	60,54	3,46	55,36
Matemática - 9º ano de escolaridade												
Instituto Silva Monteiro	2,71	46,00	2,89	40,14	-	-	-	-	-	-	-	-
Colégio de Vizela	3,12	56,83	3,00	46,89	2,98	44,12	3,44	56,71	3,22	46,78	3,44	67,83
Escola Básica de Caldas de Vizela, Vizela	2,88	48,27	3,17	37,31	2,91	39,15	2,93	45,76	3,31	48,62	3,19	53,40
Escola Básica e Secundária de Infias, Vizela	3,04	57,44	3,09	45,36	2,98	45,05	3,04	57,87	2,76	39,78	3,34	53,79

Fonte: <https://www.matematica.pt/util/ranking-escolas.php>.

MI – Média Interna; ME – Média de exame.

As médias obtidas pelos alunos do 12º ano de escolaridade sublinham uma certa discrepância entre as médias interna e de exame. Na disciplina de Português foi notório o acréscimo entre 2019 e 2020 na Escola Básica de Caldas de Vizela. Relativamente aos resultados na disciplina de Matemática, os valores são inferiores comparativamente à disciplina de Português (Quadro 46).

Quadro 46 | Resultados dos exames nacionais e das médias internas, pelos alunos de 12º ano.

Estabelecimento de ensino	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME
Português - 12º ano de escolaridade														
Escola Básica de Caldas de Vizela, Vizela	12,86	10,98	13,34	11,04	13,17	10,85	13,39	10,94	12,41	10,77	13,35	10,94	14,68	12,82
Escola Básica e Secundária de Infias, Vizela	14,14	11,13	12,57	8,05	13,06	9,77	13,07	12,23	13,73	10,74	13,78	8,88	13,48	13,14
Matemática - 12º ano de escolaridade														
Escola Básica de Caldas de Vizela, Vizela	13,04	8,86	13,29	11,86	12,27	10,34	13,03	11,29	12,84	8,64	13,61	11,57	13,37	10,85
Escola Básica e Secundária de Infias, Vizela	12,80	8,27	13,11	11,77	14,94	13,75	13,75	11,50	15,42	13,33	14,26	13,63	12,95	11,51

Fonte: <https://www.matematica.pt/util/ranking-escolas.php>.

MI – Média Interna; ME – Média de exame

Síntese

- A taxa bruta de escolarização do ensino básico, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados no 1º, 2º e 3º CEB e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino é de 112,2% no concelho de Vizela. Esta situação deve-se à deslocação de um significativo número de alunos de outros concelhos para frequentar estes níveis de ensino em Vizela.
- No que diz respeito à taxa de retenção e desistência no ensino básico, esta é superior no 3º CEB (1,9%), comparativamente ao 1º CEB (1,0%), uma vez que no 2º CEB não se verificam retenções e desistências. Em termos médios, o valor é de 0,7%, sendo um valor inferior comparativamente ao Continente (2,2%) e à região Norte (1,2%).
- A taxa de transição/conclusão no ensino secundário em 2019/20 rondava os 96,1%, sendo superior à observada quer na região Norte (93,5%), quer no Continente (91,6%). Esta taxa apresentava um valor inferior nos cursos tecnológicos/profissionais (93,2%), comparativamente aos cursos científico-humanísticos (97,1%).



F | EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1. Notas introdutórias

A educação inclusiva representa uma importante missão dos sistemas educativos mundiais, firmando-se num conjunto de princípios e valores fundamentais, entre os quais, o direito à educação, proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), na Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1959) e reafirmada na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006). De acordo com a UNESCO (2019), uma abordagem educativa inclusiva pressupõe um compromisso orientado para a resposta à diversidade das necessidades de todos os alunos, ancorado na participação e na aprendizagem.

Ainda que coexistam distintas visões sobre esta temática, a educação inclusiva implica, inevitavelmente, uma perspetiva integrada que considere três dimensões basilares: a dimensão ética, alusiva aos seus princípios e valores; a dimensão de implementação de medidas de política educativa, que orientem a ação dos estabelecimentos de ensino e respetivas comunidades educativas; e a dimensão das práticas educativas. De ressaltar que estas dimensões não se afiguram estáticas, razão pela qual nenhuma pode ser descurada por qualquer sistema educativo que se comprometa a perseverar o desígnio da inclusão.

Assumida a preponderância da educação inclusiva para o sucesso educativo do município de Vizela, e priorizando uma metodologia participativa, neste capítulo empreendemos uma caracterização dos alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e respetivas dinâmicas que os envolvem. O circunstanciado processo de diagnóstico, para além da concretização de momentos de diálogo e *focus group* com a equipa da educação inclusiva do município, compreendeu o preenchimento de um questionário *online* (dezembro de 2021), o qual permitiu alcançar a sistematização de um importante conjunto de indicadores sobre a educação inclusiva do território.

Alicerçado numa caracterização de carácter descritivo e interpretativo, o questionário de caracterização da educação inclusiva integrou distintas esferas de análise: caracterização geral dos alunos (e.g. género, faixa etária, residência, estabelecimento e nível de ensino frequentado, etc.); medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão; planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem (e.g. Plano de Saúde Individual, Programa Educativo Individual, Plano Individual de Transição, etc); recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e inclusão (e.g. recursos humanos específicos, recursos organizacionais específicos e equipamentos de apoio); atividades escolares e extraescolares; transporte; e envolvimento parental.

1.1. Decreto-Lei nº 54/2018

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, vem estabelecer “os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (n.º 1 do artigo 1.º). Assim, apresenta como principal eixo orientador a importância de cada escola reconhecer e valorizar a diversidade das suas crianças e jovens, explorando formas de atuar perante essa diversidade, adequando o processo de ensino-aprendizagem às especificidades de cada aluno e mobilizando os meios necessários para que todos aprendam e participem nas dinâmicas da comunidade educativa.

Este normativo legal, assente numa perspetiva claramente inclusiva, bem como os normativos inerentes ao currículo do ensino básico e secundário e o *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória* (Homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho), constitui-se, concomitantemente, “como impulsionador e como suporte à implementação de mudanças a nível organizacional, bem como do próprio processo educativo” (DGE, 2018, p.11).

Com efeito, este conjunto de normativos legais afigura-se como uma oportunidade para o sistema educativo, para as escolas e respetivas lideranças, para os professores e, também, para os alunos. Assumindo-se como um investimento de natureza sistémica, possibilita enfrentar alguns das barreiras estruturais que têm vindo a impedir uma relação congruente entre a escola, como espaço de socialização cultural, e os valores que caracterizam a vida numa sociedade que se afirma como democrática e inclusiva. Entre os princípios que sustentam e orientam a educação inclusiva destacam-se os seguintes:

- **Educabilidade universal**, a assunção de que todas as crianças e alunos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;
- **Equidade**, a garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento;
- **Inclusão**, o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos;
- **Personalização**, o planeamento educativo centrado no aluno, de modo a que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, através de uma abordagem multinível;

- **Flexibilidade**, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo a que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às singularidades de cada um;
- **Autodeterminação**, o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do aluno, mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na tomada de decisões;
- **Envolvimento parental**, o direito dos pais ou encarregados de educação à participação e à informação relativamente a todos os aspetos do processo educativo do seu educando;
- **Interferência mínima**, a intervenção técnica e educativa deve ser desenvolvida, exclusivamente, pelas entidades e instituições cuja ação se revele necessária à efetiva promoção do desenvolvimento pessoal e educativo das crianças ou alunos e no respeito pela sua vida privada e familiar.

Todos estes princípios vêm enfatizar a importância de reequacionar as incumbências dos sistemas educativos, assim como a forma como estes perspetivam os seus alunos e se organizam para responder aos desafios emergentes. A compartimentação da escola e do processo de ensino-aprendizagem, bem como a conceção restrita de “medidas de apoio para alunos com necessidades educativas especiais”, que nos últimos anos têm orientado a intervenção educativa, dão lugar a uma visão mais abrangente que exige o reconhecimento da escola como um todo e que considere a multiplicidade das suas dimensões (DGE, 2018).

Deste modo, entre as mudanças mais significativas face a diplomas anteriormente vigentes, destacam-se: abandono do sistema de categorização de alunos (e.g. categoria NEE – Necessidades Educativas Especiais) e foco nas respostas educativas; renúncia ao modelo de legislação especial para alunos especiais; estabelecimento de um continuum de respostas para todos os alunos; e mobilização, uma lógica complementar, sempre que necessário, de recursos no âmbito das esferas da saúde, do emprego, da formação profissional e da segurança social.

Afastada a ideia de que é necessário categorizar para intervir, procura-se, acima de tudo, garantir que o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* seja alcançado por todos, ainda que através de trajetórias diferenciadas, as quais possibilitam a igualdade de sucesso educativo. Consagrando uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno, com ênfase na garantia de uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória, redefinem-se, mediante uma visão holística, as incumbências das equipas multidisciplinares na orientação do processo de identificação das medidas de suporte à

aprendizagem e à inclusão. Neste processo, são consideradas as características de cada aluno, no acompanhamento e na monitorização da eficácia da aplicação dessas mesmas medidas, apelando ao envolvimento de todos os agentes envolvidos, nomeadamente, docentes, técnicos, pais ou encarregados de educação e os próprios alunos.

Neste sentido, o normativo legal supracitado assenta no desenho universal para a aprendizagem, remetendo para um modelo compreensivo e sistémico, e compreendendo uma abordagem multinível ancorada na “uma visão compreensiva, holística e integrada; uma atuação proactiva e preventiva; uma orientação para a qualidade e eficácia dos processos; e uma estruturação dos processos de tomada de decisão em função dos dados” (DGE, 2018, p. 19).

2. Caracterização global

2.1. Género, faixa etária e área de residência

O concelho de Vizela integra, no ano letivo 2021/2022, 186 alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, observando-se um maior número de jovens do sexo masculino (120 alunos, 65%) em comparação com o sexo feminino (66 alunas, 35%) (Figura 40). Segundo dados do INE (2011), o número de indivíduos do sexo masculino com deficiência, em Portugal, é maior quando comparado com o número de pessoas do sexo feminino (6,7% da população masculina face a 5,6% da população feminina), pelo que este resultado seria expectável.

Numa análise às idades dos alunos (Figura 41), verifica-se que as faixas etárias com maior representatividade dizem respeito à dos 10-14 anos (46,8%, correspondente a 87 alunos) e à dos 15-19 anos (36,6%, correspondendo a 68 alunos). Posteriormente, numa tendência decrescente, apresenta-se a faixa etária dos 5-9 anos, com 29 alunos (15,6%) e a faixa etária dos alunos com idade igual ou superior a 20 anos, com apenas 2 alunos (1%).

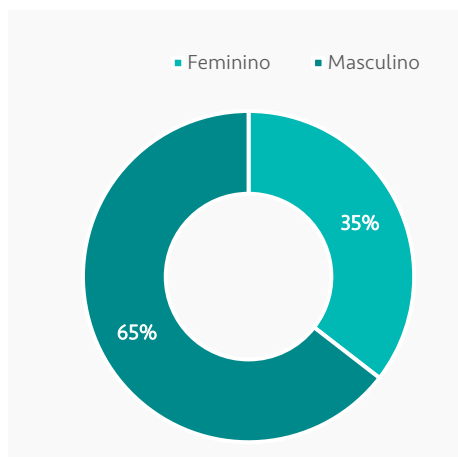


Figura 42 | Distribuição dos alunos por género.

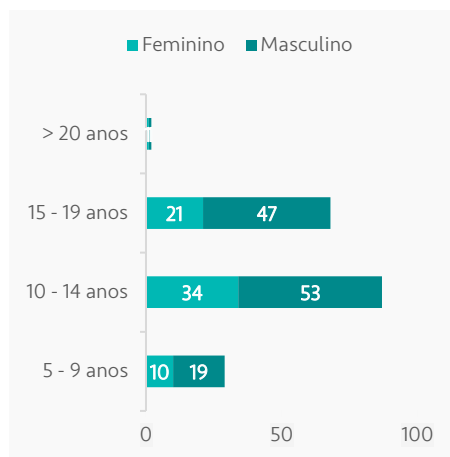


Figura 43 | Distribuição dos alunos por faixa etária em função do género.

No que concerne à área de residência (Figura 42), a União de Freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João) representa a área com maior número de alunos (36,6%, correspondendo 68 alunos). Num cenário oposto, da Freguesia de Vizela (Santo Adrião) provém o menor número de alunos, designadamente, 15 alunos (8,1%). Nas restantes freguesias é notória uma distribuição relativamente homogénea, com 27 alunos a residir na União de Freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio), 26 alunos provenientes da Freguesia de Santa Eulália e, por fim, 24 alunos cuja residência se situa na Freguesia de Infias. De notar, ainda, uma parcela significativa de alunos (24 alunos), que residem em territórios vizinhos (e.g. Guimarães, Felgueiras e Santo Tirso).

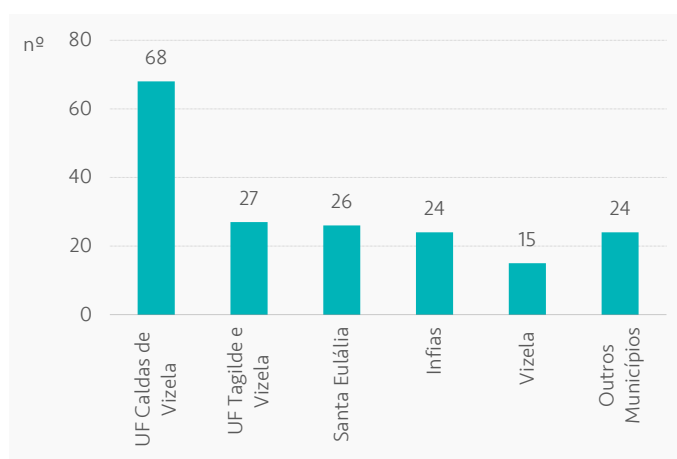


Figura 44 | Distribuição dos alunos área de residência.

2.2. Estabelecimento e nível de ensino frequentado

No que concerne à distribuição dos alunos pelos diferentes estabelecimentos de ensino do concelho, são visíveis valores de frequência mais elevados na Escola Básica e Secundária de Infias (72 alunos, que corresponde a 38,7%), seguindo-se, num movimento descendente, a Escola Secundária de Caldas de Vizela (29 alunos, correspondendo a 15,6%), a Escola Básica de S. Miguel com a frequência de 25 alunos (13,4%), a Escola Básica de Caldas de Vizela que integra 17 alunos (9,1%) e a Escola Básica de Vizela com 14 alunos (7,5%). Valores menos significativos e, em alguns casos, até mesmo residuais, são identificados nos restantes estabelecimentos, conforme o quadro 43.

Quadro 47 | Distribuição dos alunos por estabelecimento de ensino.

Estabelecimento de Ensino	Nº Alunos
Escola Básica e Secundária de Infias	72
Escola Secundária de Caldas de Vizela	29
Escola Básica de S. Miguel	25
Escola Básica de Caldas de Vizela	17
Escola Básica de Vizela	14
Escola Básica de Infias	8
Escola Básica dos Enxertos	6
Escola Básica de Monte	5
Escola Básica Maria de Lurdes Sampaio de Melo	4
Escola Básica de Lagoas	2
Escola Básica da Devesinha	2
Jardim de Infância de Campo da Vinha	1
Escola Básica Joaquim Pinto	1
Total	186

Uma análise mais detalhada ao nível de ensino frequentado pelos alunos do concelho anuncia, de um modo global, valores de frequência mais expressivos no 1º e 3º CEB, seguidos do Ensino secundário e 2º CEB (Figura 43). Empreendendo uma observação comparativa entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022, contata-se que o Pré-escolar, nível com menor representatividade, conheceu uma diminuição de dois alunos entre os dois anos letivos em análise, integrando apenas 4 alunos (2,2%) no ano letivo 2021/2022 e 6 alunos (3,2%) no ano letivo anterior. Quanto ao 1º CEB observa-se um decréscimo acentuado, pois se no ano letivo 2020/2021 existiam 75 alunos (40,3%), no ano letivo seguinte a frequência reduziu para os 49 alunos (26,3%). Tendências de crescimento são verificadas nos restantes níveis de ensino, especialmente no que se refere ao 2º CEB no qual se observou um aumento de 17 estudantes. Ainda que ligeiro, o 3º CEB e o Ensino Secundário também foram alvo de um aumento de alunos entre os anos letivos em análise (mais 3 e 9 alunos, respetivamente).

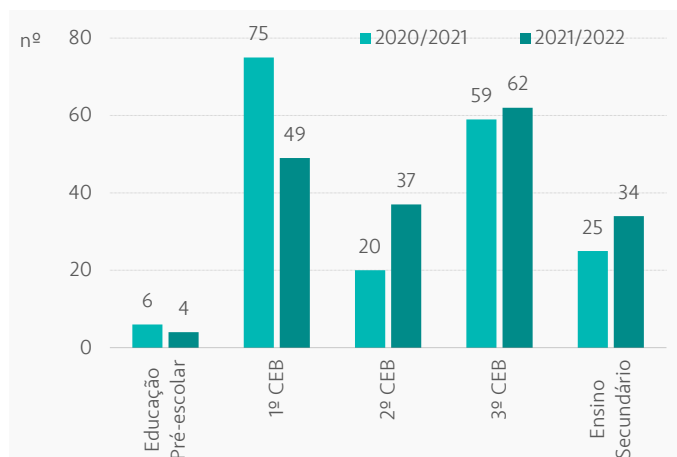


Figura 45 | Nível de ensino frequentado nos anos letivos 2020/2021 e 2021/2022.

3. Intervenção

Alicerçadas num modelo de ação de todos e para todos, as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão procuram assegurar a todos os alunos a equidade e a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo, de frequência e de progressão no sistema educativo, independentemente das modalidades e percursos de educação e formação. Estas medidas encontram-se integradas numa abordagem multinível consubstanciada em três níveis de intervenção, os quais variam em termos do tipo, intensidade e frequência das intervenções e são determinados em função da resposta dos alunos às mesmas:

- **Medidas universais** – dirigem-se a todos os alunos em contexto turma, sendo cumulativas com as medidas seletivas ou adicionais. Têm como objetivo suscitar a participação e fomentar as aprendizagens através da diferenciação pedagógica, das acomodações curriculares, do enriquecimento curricular, da promoção de comportamento pró-social e da intervenção com enfoque académico ou comportamental em pequenos grupos.
- **Medidas seletivas** – destinam-se, sobretudo, aos alunos em situação de risco acrescido de insucesso escolar, cujas necessidades de suporte à aprendizagem não foram supridas pela aplicação de medidas universais (e.g. percursos curriculares diferenciados, adaptações curriculares não significativas, apoio psicopedagógico, antecipação e reforço das aprendizagens e o apoio tutorial).
- **Medidas adicionais** – de caráter mais frequente e intensivo, têm como objetivo suprir dificuldades acentuadas que se evidenciam ao nível da comunicação,

interação, cognição ou aprendizagem. Assim, a frequência do ano de escolaridade por disciplinas, as adaptações curriculares significativas, o Plano Individual de Transição, o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social concretizam as medidas adicionais previstas no Novo Regime Jurídico da Educação Inclusiva (NRJEI).

A determinação destas medidas segue procedimentos específicos de tomada de decisão, tendo por base um conjunto de evidências, com enfoque em dimensões pedagógicas e curriculares, e numa lógica de corresponsabilização dos diferentes intervenientes. Neste contexto, são apresentadas e analisadas, de seguida, algumas das principais dinâmicas e respostas inclusivas do município de Vizela, preconizadas pelo Decreto-Lei n.º 54/2018.

3.1. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Previamente à explicitação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão implementadas pelo município de Vizela, cumpre-nos mencionar dois importantes aspetos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o número de alunos nas análises que se seguem ultrapassa o número total de alunos referenciados no presente diagnóstico, com base nas respostas recolhidas através do questionário (186 alunos), uma vez que para cada aluno poderão ser aplicadas distintas medidas em simultâneo. Em segundo lugar, cumpre-nos clarificar que embora o modelo multinível compreenda 3 níveis de medidas, as medidas universais (nível 1), por decisão da equipa da educação inclusiva do município, não serão objeto de análise, pois, em concordância com os princípios preconizados pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, este nível de medidas orienta-se, de modo generalizado, à totalidade dos alunos, não dependendo da identificação de necessidades específicas de intervenção.

A esmagadora maioria dos alunos, designadamente, 170 alunos (87,2%), encontra-se abrangida pelas medidas seletivas, o que representa um número preocupante, dado que as medidas seletivas incluem práticas ou serviços dirigidos a alunos em situação de risco acrescido de insucesso escolar ou que evidenciam necessidades de suporte complementar, em função da resposta às medidas universais.

O número de alunos integrado nas medidas adicionais decresce consideravelmente, compreendendo, apenas, 25 alunos (12,8%). De notar que este nível de medidas se coaduna com intervenções mais frequentes e intensivas desenhadas à medida das especificidades de cada aluno e, geralmente, mais prolongadas, requerendo, por vezes, a realização de avaliações especializadas. Salienta-se que as medidas adicionais têm como finalidade

colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão, devendo ser explicitadas no Relatório Técnico-Pedagógico.

Considerando a distribuição dos alunos dos diferentes níveis de ensino pelas tipologias de medidas (Quadro 44), verifica-se uma incidência mais elevada no 3º CEB, que abarca um total de 64 alunos, seguindo-se o 1º CEB com uma representatividade de 50 alunos, o Ensino Secundário que integra 40 alunos e, por fim, o 2º CEB com 37 alunos. A totalidade das crianças que frequenta a Educação Pré-escolar no ano letivo 2021/2022 usufruem das medidas seletivas (4 crianças).

Quadro 48 | Alunos integrados nas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, por ciclo de ensino.

Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	Nível de Ensino					Total
	Educação Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário	
Medidas Seletivas	4	45	35	57	29	170
Medidas Adicionais	-	5	2	7	11	25
Total	4	50	37	64	40	-

No que diz respeito às medidas seletivas, as medidas mais aplicadas aos alunos são a antecipação e o reforço das aprendizagens, abrangendo 145 alunos e as adaptações ao processo de avaliação com 142 alunos. Posteriormente, surgem as medidas relacionadas com as adaptações curriculares não significativas (94 alunos), o apoio psicopedagógico (44 alunos) e o apoio tutorial (36 alunos). Por fim, é registado um valor residual (2 alunos) que beneficiam de percursos curriculares diferenciados (Figura 44).

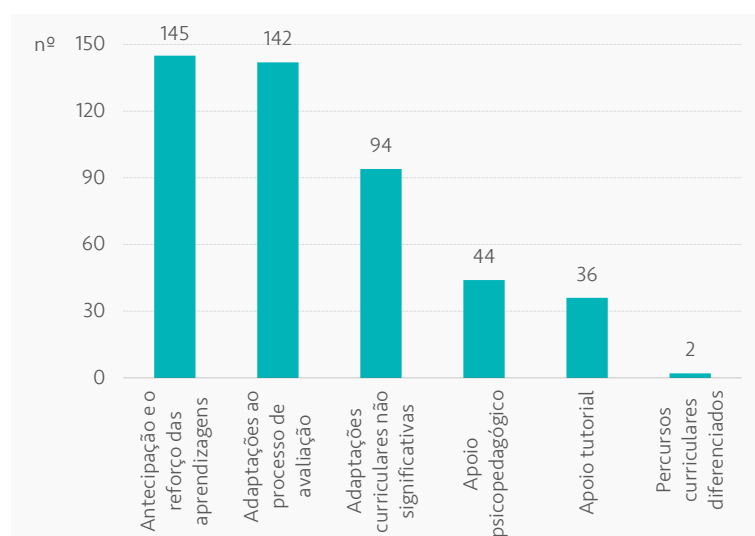


Figura 46 | Distribuição dos alunos pelas medidas seletivas.

Relativamente às medidas adicionais (Figura 45), constata-se que 27 alunos necessitam de adaptações curriculares significativas, 23 alunos são abrangidos pelo desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social, 22 alunos contam com adaptações ao processo de avaliação e 13 alunos beneficiam do Plano Individual de Transição (PIT). As medidas com valores menos significativos direcionam-se para o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado (9 alunos) e para a frequência do ano de escolaridade por disciplinas (1 aluno).

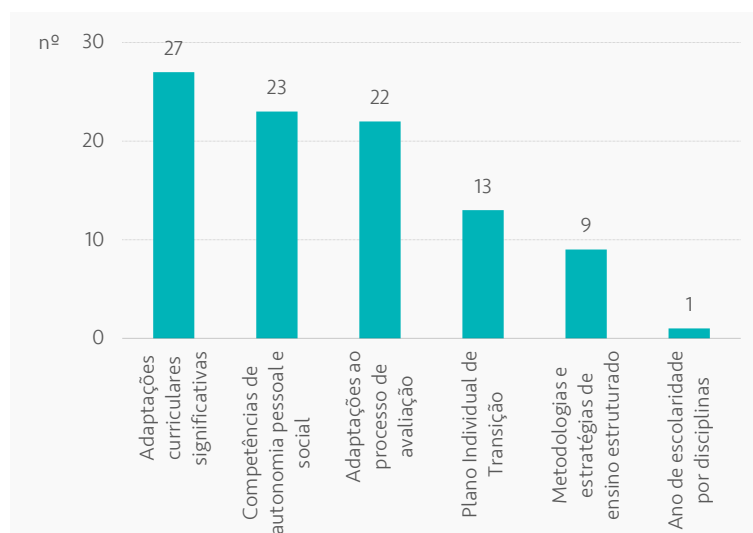


Figura 47 | Distribuição dos alunos pelas Medidas Adicionais.

3.2. Mobilização de planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão

As necessidades de saúde especiais (NSE) derivam dos problemas de saúde física e mental que, de alguma forma, impactam a funcionalidade, produzem limitações acentuadas em qualquer órgão ou sistema, implicam irregularidade na frequência escolar e possam comprometer o processo educativo dos alunos. Considerando a realidade do concelho de Vizela, constata-se que apenas 20% dos alunos (37) apresentam NSE (Figura 46).

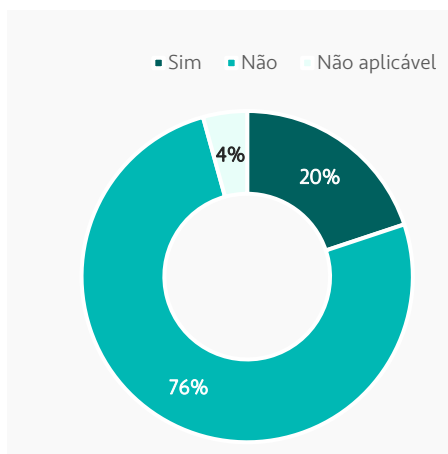


Figura 48 | Alunos abrangidos pelas Necessidades de Saúde Especiais (NSE).

De modo a responder às necessidades e desafios emergentes está previsto um conjunto de planos e instrumentos com vista à melhoria do processo de aprendizagem (Quadro 45):

– Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)

Um documento orientador que sustenta a tomada de decisões em relação à aplicação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Este relatório é construído pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, cuja intervenção é suportada pelas evidências recolhidas ao longo do processo, cultivando a importante interligação com os encarregados de educação e os restantes agentes educativos que desempenham um papel fundamental para um melhor conhecimento do aluno. No caso do concelho de Vizela a esmagadora maioria dos alunos (97,8%, correspondendo a 182 alunos) encontra-se abrangida por este instrumento.

– Programa Educativo Individual (PEI)

Representa um documento essencial à operacionalização das adaptações curriculares significativas, envolvendo a escola, a família e o aluno (e.g. competências e aprendizagens a desenvolver pelos alunos, identificação das estratégias de ensino e as adaptações a efetuar no processo de avaliação, etc.). No concelho de Vizela apenas 38 alunos (20%) beneficiam deste programa.

– Plano de Saúde Individual (PSI)

Construído pela equipa de saúde escolar, no âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar, direciona-se para as crianças ou jovens com necessidades de saúde especiais, englobando os resultados decorrentes da avaliação das condições de saúde em termos de funcionalidade, bem como a identificação das medidas de saúde a

implementar, com vista à otimização do processo de aprendizagem. Consta-se que apenas 32 alunos (17%) do concelho de Vizela se encontram abrangidos por este plano.

– Plano Individual de Transição (PIT)

Constitui um documento dinâmico que complementa o PEI três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, numa lógica de preparação da vida pós-escolar dos alunos que frequentam a escolaridade com adaptações curriculares significativas. Sabendo que a escola dispõe de estratégias de apoio a esta transição, mediante iniciativas de orientação escolar e vocacional, e na qual a articulação com a comunidade local se revela determinante, o PIT contém um conjunto de informações essenciais ao melhor encaminhamento do aluno, designadamente, os interesses e competências do aluno (académicas, vocacionais, pessoais e sociais), bem como as expectativas do aluno e dos encarregados de educação. De salientar que a construção do PIT se deve orientar pelo '*planeamento-baseado-na-pessoa*', ancorado numa visão de futuro que permita traçar projetos de vida realistas e desafiantes, elencando a organização de meios e recursos essenciais ao cumprimento dessa visão (DGE, 2018). Contata-se que, no concelho de Vizela, apenas 13 alunos se encontram abrangidos pelo PIT.

Quadro 49 | Alunos integrados nos planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem.

Planos de apoio ao processo de aprendizagem	Sim	Não	Não aplicável
Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)	182	3	1
Programa Educativo Individual (PEI)	38	135	13
Plano de Saúde Individual (PSI)	32	145	9
Plano Individual de Transição (PIT)	13	159	14

Numa análise às atividades desenvolvidas no PIT (Quadro 46), as mais significativas dizem respeito à realização de reuniões com os responsáveis do eventual local de estágio (atividade que se aplica à totalidade dos alunos abrangidos pelo PIT), bem como ao estabelecimento de contacto com as entidades de acolhimento (11 alunos) e visita às entidades por parte de alunos e encarregados de educação (8 alunos). Valores menos significativos apontam para a prospeção e identificação de locais de estágio (4 alunos) e para uma situação muito particular de um aluno ao qual se associa uma atividade de teatro de improviso e jardins sensoriais.

Quadro 50 | Atividades incluídas no Plano Individual de Transição (PIT).

Atividades incluídas no Plano Individual de Transição (PIT)	Nº alunos
Reunião com os responsáveis pelo local de estágio	13
Contacto com entidades de acolhimento	11
Visita do aluno e encarregados de educação às entidades	8
Prospecção e identificação de locais de estágio	4
Outras	1

As respostas de encaminhamento pós-escolar dos alunos são aplicadas a apenas 12 alunos, os quais integram três rumos distintos: a via do estágio em entidade pública, atribuída a 5 alunos; a integração de 5 alunos no CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e a via do estágio em entidade privada assumida no caso de apenas 2 alunos.

3.3. Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão

A escolas, nas responsabilidades e papéis assumidos, devem mobilizar um conjunto de recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, designadamente, recursos humanos específicos, recursos organizacionais específicos e outros existentes na comunidade, no sentido de potenciar respostas ajustadas às idiossincrasias dos contextos e às necessidades dos alunos ao longo do seu percurso escolar.

3.3.1. Recursos humanos específicos

Mediante a recomendação da estabilização de uma equipa de recursos humanos específicos para apoiar a aprendizagem e a inclusão dos alunos – docentes de educação especial, técnicos especializados e assistentes operacionais (preferencialmente com formação específica na área) – elencada no normativo legal vigente, foi solicitado à equipa da educação inclusiva de Vizela que indicasse a necessidade de recursos humanos e, em caso afirmativo, quais os técnicos adequados às necessidades dos alunos. Verifica-se, assim, que os agentes inquiridos consideram fundamental a afetação de recursos humanos para apoio específico a 115 alunos (62%), ressaltando, enquanto profissional mais procurado, o Docente de Educação Especial, referenciado para o caso de 92 alunos. O Psicólogo revela, também, valores bastante significativos, confirmando-se a sua importância e necessidade para 41 alunos, tal como o Terapeuta da Fala e o Professor coadjuvante, ambos com a correspondência de 24 alunos. Evidencia-se, ainda, a necessidade do Assistente Operacional (15 alunos), do Terapeuta Ocupacional (13 alunos) e do Fisioterapeuta (11 alunos). Menções

mais reduzidas são verificadas ao nível do Assistente Técnico (pré-escolar), indicado para o caso de 2 alunos, bem como ao nível de outros técnicos, como são exemplo os da área da nutrição e Pedopsiquiatria e, também, os associados ao projeto-piloto SIM – Saúde e Interpretação da Mente, desenvolvido pela Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV) (Figura 47).

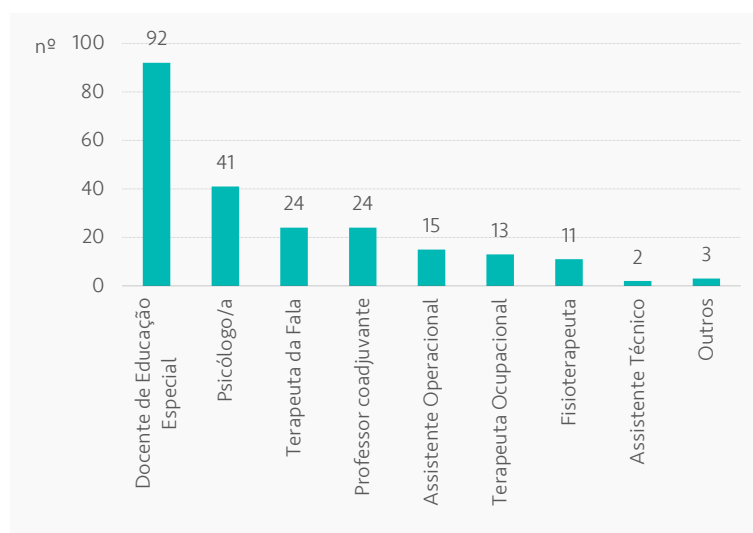


Figura 49 | Necessidade de afetação de recursos humanos específicos.

3.3.2. Recursos organizacionais específicos

A matriz alusiva aos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem, preconizada pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, assume naturezas distintas, nomeadamente: Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva; Centro de Apoio à Aprendizagem; Escolas de Referência no Domínio da Visão; Escolas de Referência para a Educação Bilingue; Escolas de Referência para a Intervenção Precoce na Infância; e Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial e CRI (Centro de Recursos para a Inclusão).

A este respeito, a realidade do concelho de Vizela mostra que 180 alunos beneficiam da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), ressaltando, portanto, como o recurso mais expressivo. Efetivamente, estamos perante um recurso de extrema importância, já que esta equipa, de composição diversificada, sustenta a sua intervenção numa visão alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo. De salientar que a EMAEI assume um vasto conjunto de atribuições e competências de apoio à operacionalização da educação inclusiva, nomeadamente: propor o apoio à sua implementação e respetivo acompanhamento e monitorização da eficácia das

medidas de suporte à aprendizagem; elaborar o Relatório Técnico-Pedagógico (artigo 21.º) e, se aplicável, o Programa Educativo Individual (artigo 24.º) e o Plano Individual de Transição (artigo 25.º); aconselhar os docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas; acompanhar o Centro de Apoio à Aprendizagem; e sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva.

Ainda que apresente valores mais reduzidos, comparativamente à EMAEI, o Centro de Apoio à Aprendizagem apresenta valores significativos, integrando 80 alunos. Esta estrutura de apoio agrega os recursos humanos e materiais, saberes e competências da escola, tendo como objetivos gerais o apoio à inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola (estratégias diversificadas de acesso ao currículo), o apoio no acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar; e o apoio no acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma (n.º 2 do artigo 13.º).

O CRI, enquanto serviço especializado, acreditado pelo Ministério da Educação, cuja missão se orienta para o apoio às escolas na promoção do sucesso educativo dos alunos com medidas adicionais definidas no RTP e PEI, integra, no concelho de Vizela, 27 alunos. De salientar que a atuação desta estrutura tem por base um trabalho fulcral de parceria pedagógica e de desenvolvimento com as escolas, cooperando na disponibilização de serviços especializados capazes de facilitar e potenciar a implementação de políticas e de práticas de educação inclusiva. Com resultados menos expressivos, 5 alunos necessitam de Coadjuvação e 2 alunos estão integrados num Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial (Figura 48).

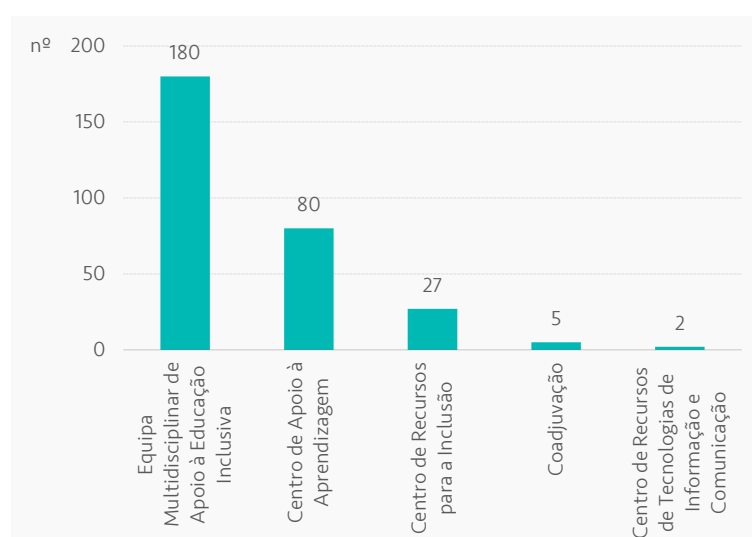


Figura 50 | Recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão.

3.3.3. Equipamentos de Apoio

Os equipamentos de apoio – equipamento informático/tecnológico, equipamento material e equipamento mobiliário – fazem parte de uma resposta essencial ao apoio, orientação e acompanhamento dos alunos, mediante as suas especificidades e necessidades, sendo, por isso, fundamental efetuar o levantamento das necessidades dos alunos em termos de recursos imprescindíveis à execução das atividades educativas dinamizadas pela escola.

No concelho de Vizela existem apenas 24 alunos que manifestam necessidade de recursos deste foro, nomeadamente: 12 alunos requerem equipamento material (e.g. material lúdico e outro de apoio à aprendizagem), 7 alunos manifestam necessidade do apoio de equipamento informático e/ou tecnológico (e.g. computadores, software adaptado, entre outros) e apenas 5 alunos necessitam de equipamento mobiliário (e.g. mobiliário adaptado, etc.) (Figura 49).

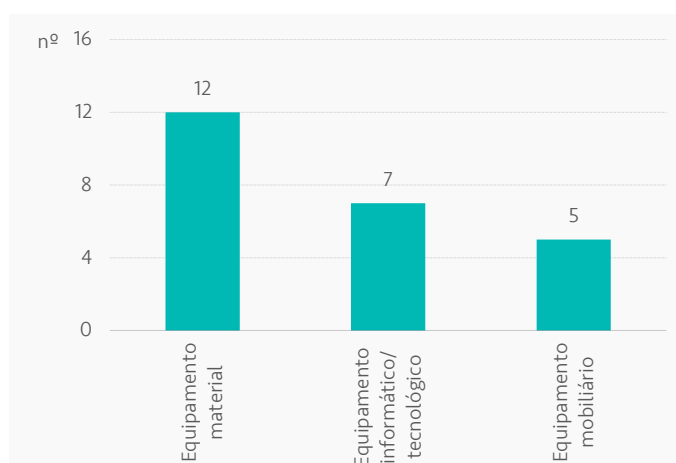


Figura 51 | Equipamentos de apoio.

3.4. Atividades escolares e extraescolares

A integração dos alunos em diferentes atividades revela-se fundamental para o seu processo de inclusão e para o desenvolvimento de competências essenciais às suas práticas quotidianas. Deste modo, verifica-se que, no ano letivo 2021/2022, 31% dos alunos, correspondendo a 58 alunos, participam nas atividades inerentes às ofertas de escola, ressaltando a modalidade desportiva (e.g. Padel, Boccia, Ténis de Mesa, Basquetebol, entre outros) como a categoria de frequência mais elevada, a qual integra 53 alunos. Posteriormente, seguem-se as atividades alusivas às ciências experimentais (26 alunos), a música (22 alunos) e as Atividades Lúdico-Expressivas (13 alunos).

O envolvimento em atividades fora da escola abarca um total de 79 alunos, registando-se a ausência de participação de 96 alunos em atividades deste cariz. As atividades que os alunos mais frequentam fora da escola referem-se a Terapia(s), integrando 38 alunos, seguindo-se, as atividades desenvolvidas nos Centros de Estudos (32 alunos) e as Atividades de Tempos Livres (23 alunos). É de frisar que 9 alunos realizam outras atividades como o Karaté, Escuteiros, Natação, Ginásio, entre outros, e 8 alunos dedicam-se ao Futebol.

3.5. Transporte

Em relação ao transporte no trajeto casa-escola e escola-casa, verifica-se que o meio de transporte preferencial é o transporte de familiares, abrangendo quase metade dos alunos (46%, correspondendo a 86 alunos), seguido do transporte público (33 alunos, 18%), transporte escolar (29 alunos – 16%) e a deslocação a pé (20 alunos, 11%). Números com menor expressão estão associados ao transporte adaptado (6 alunos, 3%) e a outros meios (e.g. Táxi, transporte do centro de estudos e transporte assegurado pela Junta de Freguesia) (Figura 50). Em termos de financiamento constata-se que o transporte de 37% dos alunos é assegurado pela autarquia (69 alunos) e apenas o transporte de um aluno é financiado pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEstE. Aos restantes alunos (116 alunos, 62%) esta questão não se aplica.

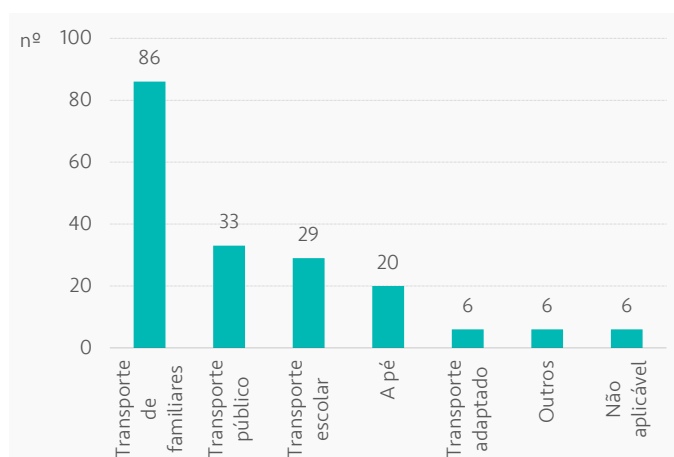


Figura 52 | Transporte utilizado no trajeto casa-escola e escola-casa.

3.6. Envolvimento parental

O diagnóstico da educação inclusiva do concelho de Vizela requer a integração de uma dimensão de análise crucial, designadamente, aquela que se refere ao envolvimento parental, isto é, à participação da família no percurso educativo do aluno e no contributo

para a tomada de decisões e desenvolvimento de medidas adequadas às suas necessidades. Dada a sua elevada importância, esta esfera constitui um dos pressupostos elencados pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, ao consagrar que os Encarregados de Educação (EE) têm o direito e o dever de colaborar e participar ativamente na educação do seu educando, e ter acesso a toda a informação relativa ao processo de aprendizagem do aluno. Isto é, os EE têm o direito de participar nas reuniões da Equipa Multidisciplinar, participar na avaliação do Programa Educativo Individual, consultar o processo de aprendizagem do filho/educando e solicitar revisão da avaliação dos mesmos. Perante o levantamento de dados efetuado, observa-se que 99% dos alunos (185) beneficiam do acompanhamento dos pais/EE ao longo do seu percurso escolar. Informações adicionais, partilhadas pela equipa da educação inclusiva do município, permitem compreender que os EE participam ativamente nas reuniões realizadas no âmbito do processo do aluno (e.g. reuniões com EMAEI, reuniões formais/informais, processo de reavaliação, entre outras), permanecem em contacto direto com a direção de turma, acompanham as atividades escolares e comparecem na escola quando solicitados.

3.7. Considerações finais

Não obstante todas as iniciativas empreendidas ao longo dos últimos anos, no campo da investigação e legislação, em torno da inclusão, são ainda visíveis preocupantes barreiras merecedoras de uma atenta reflexão. É fundamental que os decisores com responsabilidade educativa a nível macro, meso e micro se questionem sobre qual o caminho que conduzirá os sistemas educativos a potenciarem e transformarem as suas dinâmicas numa prática mais informada e refletida, que encare a diversidade não como um obstáculo, mas sim, como uma oportunidade para proporcionar aprendizagens significativas que permitam aos alunos desenvolver-se em toda a sua plenitude.

Nesta linha de ideias, uma das prioridades da ação governativa assenta na aposta numa escola inclusiva, na qual todos os alunos, independentemente da sua conjuntura pessoal e social, tenham reais oportunidades de acesso a respostas que lhes possibilitem alcançar níveis de educação e formação potenciadores da sua efetiva inclusão social. Sob este desígnio, é assumido o compromisso de concretização do direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas especificidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural, garantindo a participação e o sentido de pertença em plenas condições de equidade e, conseqüentemente, o incremento de maiores níveis de coesão social.

Por último, importa salientar que a consolidação e a sustentabilidade a favor da inclusão pressupõem um esforço conjunto entre todos os agentes educativos e uma

mudança profunda de paradigma que implica desafiar, continuamente, os valores éticos incompatíveis com a educação inclusiva. A consciencialização de que a educação é para todos e que a diversidade requer procedimentos e dinâmicas diferenciadas apresenta-se como condição fundamental à transição plena e consistente da escola tradicional para a escola inclusiva.

Síntese

- O diagnóstico da educação inclusiva de Vizela integrou 186 alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, observando-se uma maior percentagem de jovens do sexo masculino (65%), bem como uma maior representatividade nas faixas etárias dos 10-14 anos (46,8%) e dos 15-19 anos (36,6%);
- A União de Freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João) representa a área de residência com maior número de alunos (36,6%);
- 87,2% dos alunos encontram-se abrangidos pelas medidas seletivas e apenas 12,8% se encontram integrados nas medidas adicionais;
- 20% dos alunos apresentam Necessidades de Saúde Especiais;
- Dos 186 alunos, 182 encontram-se abrangidos pelo Relatório Técnico-Pedagógico, 38 beneficiam do Programa Educativo Individual, 32 alunos têm Plano de Saúde Individual e 13 apresentam Plano Individual de Transição;
- 62% dos alunos têm necessidade de recursos humanos para apoio específico (e.g. docente de educação especial, psicólogo, terapeuta da fala, professor coadjuvante, assistente operacional, entre outros);
- 180 alunos beneficiam da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, 80 encontram-se integrados no Centro de Apoio à Aprendizagem e 27 usufruem do Centro de Recursos para a Inclusão;
- 24 alunos necessitam de equipamentos de apoio (e.g. equipamento material, informático e/ou tecnológico e equipamento mobiliário);
- 99% dos alunos beneficiam do acompanhamento dos seus pais/encarregados de educação ao longo do seu percurso educativo.



G | EMPRESAS E NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

1. O papel das empresas no Projeto Educativo Local

Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais, implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e com comunidade local. Esta responsabilidade poderá desenvolver-se nas mais variadas áreas. Estudos recentes sugerem que a perceção do envolvimento das empresas em práticas de responsabilidade social influencia positivamente a adesão das pessoas, não só daquelas que já trabalham nas organizações, mas também de futuros trabalhadores (Contreiras, 2008).

Um dos maiores desafios que atualmente se coloca às empresas reside na atração de trabalhadores qualificados, bem como de uma qualificação dos próprios trabalhadores ao longo do seu percurso laboral. Neste contexto, entre as medidas pertinentes devem incluir-se a aprendizagem ao longo da vida, a responsabilização dos trabalhadores, uma melhor informação dentro da empresa, um melhor equilíbrio entre vida profissional, familiar e tempos livres, uma maior diversidade de recursos humanos, a igualdade em termos de remuneração e de perspetivas de carreira para as mulheres, a instituição de regimes de participação nos lucros e no capital da empresa e uma preocupação relativamente à empregabilidade e à segurança dos postos de trabalho (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Em relação à aprendizagem ao longo da vida, as empresas devem desempenhar um papel crucial a vários níveis: através de parcerias estreitas com agentes locais responsáveis pela conceção de programas de educação e formação, contribuir para uma definição mais clara das necessidades de formação; apoiar a transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho através, por exemplo, de estágios; valorizar a aprendizagem, nomeadamente a Acreditação da Aprendizagem Prévia e Prática; e participar na criação de um meio que incentiva a aprendizagem ao longo da vida por parte de todos os trabalhadores.

Desta forma, pretende-se que o investimento social deixe de ser um apêndice no quotidiano das empresas e passe a ser um fator motivacional no negócio. Assim, a tendência é para os empresários viabilizarem ações sociais direcionadas para os seus funcionários e familiares, bem como para a comunidade na qual a empresa se insere (Cimbalista, 2001).

O maior pressuposto de um projeto educativo local é o de que todo o território apresenta potencial educativo e em que todos os atores podem desenvolver uma atitude educativa, assumiu-se desde logo a importância do tecido empresarial do concelho, procurando

conhecer não só a sua estrutura, como as principais vocações e as suas principais necessidades. Uma vez que as empresas são entidades com um enorme relevo para o desenvolvimento de um dado território, estas acabam por ter um papel bastante importante por exemplo no que respeita à formação contínua dos seus quadros e a todo o papel que podem desenvolver ao nível da responsabilidade social.

2. Caraterização da amostra

O **tecido empresarial** é assumido neste Projeto Educativo Local como um dos pontos fulcrais, uma vez que se constitui como **impulsionador do desenvolvimento** através da criação de emprego, mas também pela promoção do bem-estar comum do concelho de Vizela.

Com o objetivo de **caraterizar o tecido empresarial** e **aferir as necessidades** em termos de mão-de-obra, foi feita uma auscultação às empresas de Vizela, recorrendo a inquérito no formato *google forms*.

O inquérito foi respondido por 77 empresas do concelho de Vizela. Destas, 43 são de micro dimensão (56%). As empresas de pequena dimensão constituem uma fatia considerável das empresas do concelho (34%). Destas, 18 empresas têm entre 10 e 25 trabalhadores e 8 têm entre 26 e 50 trabalhadores. As empresas médias constituem 9% das empresas (7), sendo que apenas uma destas tem entre 151 e 250 trabalhadores – as restantes têm entre 51 e 150. Existe apenas uma empresa de grande dimensão, ou seja, com mais de 250 trabalhadores (Figura 53).

Relativamente ao volume de negócio das empresas, de modo geral, identifica-se a existência de muitas empresas com volume de negócio baixo, mas também com volume de negócio elevado. Das 77 empresas, 44% (32 empresas) apresentam um valor de negócios abaixo dos 200 mil euros. Existe ainda uma grande fatia de empresas, de 31% (24 empresas), que conta com um volume de negócios acima do 1 milhão de euros (Figura 54). Neste parâmetro torna-se pertinente perceber qual a relação entre o volume dos negócios e o tamanho das empresas (Quadro 51). Ao olharmos para as 34 empresas com volume dos negócios abaixo dos 200 mil euros, percebemos que 31 tem até 9 trabalhadores. Já a empresa que conta com um número de trabalhadores entre os 151 e 250 encontra-se com um volume

dos negócios acima do 1 milhão de euros e a empresa que tem mais do que 250 trabalhadores tem um volume entre os 401 mil euros e 600 mil euros.

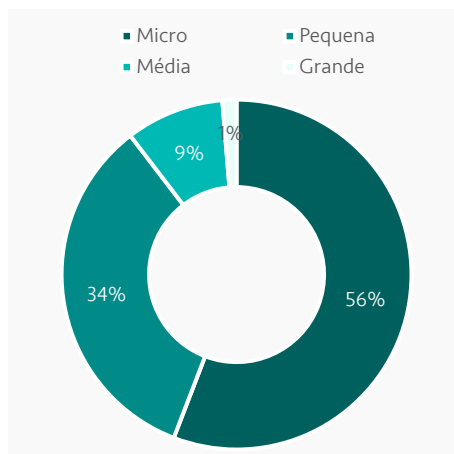


Figura 53 | Tipologia de dimensão das empresas.

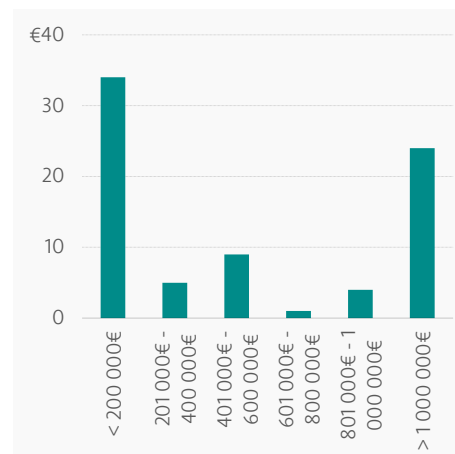


Figura 54 | Empresas segundo volume de negócio.

Quadro 51 | Relação entre volume de negócios e tamanho da empresa.

Volume dos negócios	Número de trabalhadores	Número de empresas
< 200 000€	Até 9	31
	Entre 10 e 25	2
	Entre 26 e 50	1
201 000€ - 400 000€	Até 9	3
	Entre 10 e 25	2
401 000€ - 600 000€	Até 9	2
	Entre 10 e 25	4
	Entre 26 e 50	2
	Mais do que 250	1
601 000€ - 800 000€	Até 9	1
	Entre 10 e 25	2
	Entre 26 e 50	1
801 000€ - 1 000 000€	Entre 51 e 150	1
	Até 9	6
	Entre 10 e 25	8
> 1 000 000€	Entre 26 e 50	4
	Entre 51 e 150	5
	Entre 151 e 250	1
	Total	

O setor de atividade mais representativo é o das indústrias transformadoras, em contraste com o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e atividades de informação e comunicação. Existe ainda uma fatia considerável de trabalhadores no comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos.

São considerados nesta análise, da realidade das 77 empresas, 1014 mulheres e 1066 homens. Neste sentido, enquanto em alguns setores, como no das indústrias transformadoras não se verifica uma disparidade acentuada, nos setores da eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, construção, comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos e transportes e armazenagem verifica-se a predominância de trabalhadores do sexo masculino. Já nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e nas atividades de saúde humana e apoio social verifica-se uma maioria de trabalhadoras do sexo feminino (Quadro 52).

Quadro 52. Relação entre setor de atividade e número de trabalhadores por género.

Setor de atividade	Mulheres	Homens
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0	3
C - Indústrias transformadoras	777	812
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	3	15
F - Construção	1	21
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	43	60
H - Transportes e armazenagem	25	47
I - Alojamento	8	2
J - Atividades de informação e comunicação	3	1
K - Atividades financeiras e de seguros	9	8
L - Atividades imobiliárias	5	5
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	16	7
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	13	0
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	13	8
S - Outras Atividades de serviços	98	77
Total	1014	1066

3. Formação contínua

A formação contínua engloba todos os processos formativos organizados e institucionalizados subseqüentes à formação profissional inicial. Esta tem como objetivos a facilitação de uma adaptação às transformações tecnológicas, técnicas e organizacionais, o favorecimento da promoção social dos indivíduos, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento cultural, económico e social dos territórios que integram.

O Código do Trabalho, na sua redação pela Lei nº 120/2015, de 1 de setembro, define a obrigatoriedade da formação contínua nas empresas, estipulando uma duração mínima de 35 horas anuais de formação profissional, por trabalhador.

Em 40 das 77 empresas inquiridas foram desenvolvidas atividades de formação contínua nos últimos três anos (Figura 55). Um indicador interessante de destacar é que, atendendo ao tamanho das empresas, o único conjunto de empresas onde a maioria não promoveu formação contínua foram empresas de micro dimensão.

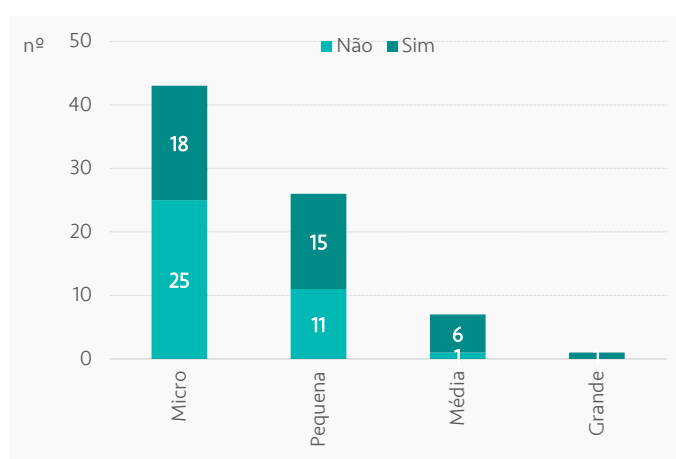


Figura 55 | Empresas segundo o escalão de dimensão e a frequência de formação contínua nos últimos três anos.

No que diz respeito aos responsáveis pela iniciativa da formação em contexto de trabalho, entre as 40 empresas que promoveram formação contínua nos últimos três anos, apenas em duas empresas (5%) a iniciativa parte do trabalhador, sendo que na maioria dos casos (60%) a iniciativa é da própria empresa. Existe ainda um conjunto de catorze empresas (35%) que indica que a iniciativa é de ambos: trabalhadores e empresa (Figura 56).

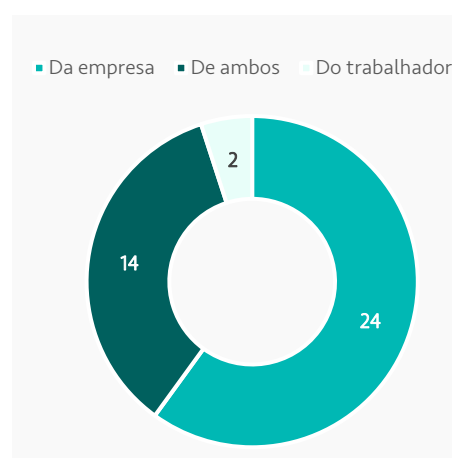


Figura 56 | Responsáveis pela iniciativa da formação em contexto de trabalho.

Entre as 40 empresas cujos trabalhadores frequentaram este tipo de formação, 14 referem que os trabalhadores participaram em mais de 75% das formações, enquanto 10 empresas referem que os seus trabalhadores frequentaram entre 50% a 74% da formação contínua promovida na empresa. Existem ainda seis empresas que referem que os seus trabalhadores participaram entre 30% e 49%, outras seis entre 10% e 29% e mais seis que indicam uma participação abaixo dos 10% (Figura 57).

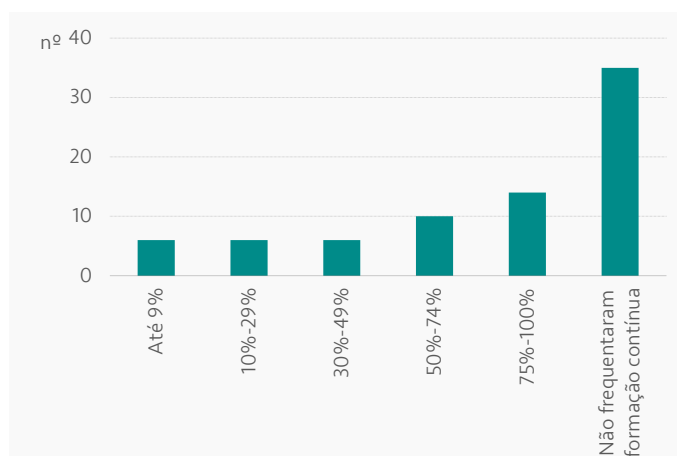


Figura 57 | Participação dos trabalhadores em formação contínua nos últimos três anos.

No que concerne às áreas de formação ministradas, verifica-se que em 90 formações, 46% dizem respeito a áreas específicas/diversas. Entre as restantes, destaca-se a formação em gestão de equipa, liderança e organizacional (9%), em gestão (7%), em primeiros socorros (6%) e em motivação (6%).

Quadro 53 | Áreas de formação ministradas nas empresas.

Áreas de formação	Nº de Formações
Agrícola	1
Ambiental	3
Áreas específicas/diversas	41
Combate a incêndios	2
Finanças	2
Gestão	6
Gestão de equipa, liderança e organizacional	8
Higiene e segurança	4
Imobiliário	2
Mecânica	3
Motivação	2
Primeiros Socorros	5
Saúde	5
Segurança	2
Seguros	2
Vendas	2
Total	90

Existem outras formas de formação contínua em que as empresas apostam para o desenvolvimento dos seus trabalhadores (Quadro 54). A formação mais comum diz respeito à formação orientada no posto de trabalho. A participação em conferências, workshops e seminários e a combinação entre a formação orientada no posto de trabalho e a participação em conferências, workshops e seminários também são uma outra forma de formação contínua em que as empresas têm vindo a apostar.

Quadro 54 | Desenvolvimento de formações contínuas extra promovidas pela empresa nos últimos três anos.

Outras formas de formação contínua promovidas pelas empresas	Nº de Formações
Formação orientada no posto de trabalho	20
Participação em conferências, workshops, exposições e seminários	6
Formação orientada no posto de trabalho, Participação em conferências, workshops, exposições e seminários	5
Formação orientada no posto de trabalho, Formação previamente planeada, com recurso à auto-aprendizagem (ex.. elearning)	3
Formação orientada no posto de trabalho, Participação em conferências, workshops, exposições e seminários, Formação previamente planeada, com recurso à auto-aprendizagem (ex.. elearning)	3
Formação previamente planeada, com recurso à auto-aprendizagem (ex.. elearning)	3
Formação previamente planeada, baseada em rotação de postos de trabalho, intercâmbios, destacamentos ou visitas de estudo	1
Várias	1
Total	42

Para disponibilizar as formações aos seus trabalhadores, as empresas apostam muita vez em prestadores externos (Quadro 55). No caso das empresas de Vizela, 16 admitem recorrer a entidades formadoras privadas e 16 empresas referem recorrer a prestadores diversos. Entre as demais, há empresas que recorrem a entidades públicas de formação, a escolas, institutos e Instituições de Ensino Superior, entre outras.

Quadro 55 | Prestadores externos com quem as empresas desenvolveram formações nos últimos 3 anos.

Prestador externos com quem as empresas desenvolveram formação no	Nº de Empresas
Entidades formadoras privadas	16
Vários	16
Entidades públicas de formação (financiadas ou pelo poder público)	3
Escolas, institutos, universidades e outras instituições de ensino superior	3
Associações patronais, câmaras de comércio, organismos setoriais	2
Empresas privadas cuja principal actividade não é a formação (ex. fornecedores de equipamento, empresas associadas, etc.)	2
Total	42

Relativamente à avaliação das formações, 16 empresas admitem que não avaliam de todo, enquanto 15 empresas referem avaliar sempre e 11 empresas avaliam algumas

formações (Figura 58). Em relação ao investimento em formação, 32 empresas indicam financiar as próprias formações, contrabalançando com as 10 empresas que referem não investir dos próprios recursos financeiros para formações (Figura 59).

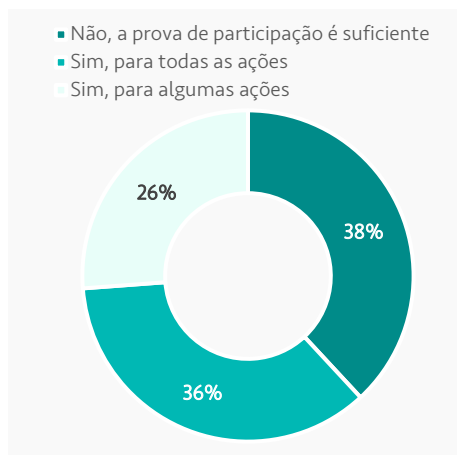


Figura 58 | Avaliação dos resultados das ações de formação contínua.

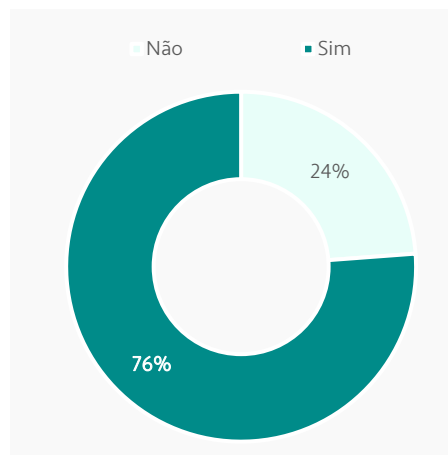


Figura 59 | Investimento próprio das empresas nas formações

Outro aspeto interessante de analisar, é como olham as empresas para a formação que oferecem aos seus trabalhadores. Neste âmbito, 18 empresas referem que o principal propósito da formação serve para atualização/aperfeiçoamento, enquanto 13 empresas concebem as formações voltadas para vários benefícios (simultaneamente percecionam como uma forma de atualização e/ ou inovação e/ou para antecipar mudanças, por exemplo). Existe um conjunto de 10 empresas que entende a formação como uma peça vital para a inovação e apenas uma empresa considera unicamente como forma de antecipar as mudanças (Figura 60).

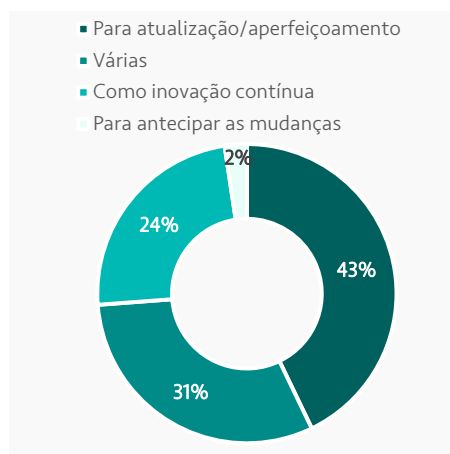


Figura 60 | Como consideram as empresas a formação dos trabalhadores

Quando questionadas sobre a **necessidade atual de formação contínua** por parte dos trabalhadores, a opinião das empresas divide-se atendendo à perceção da sua realidade. Enquanto 43 empresas acreditam que existe necessidade de formação, 34 referem que não acham pertinente no momento da resposta.

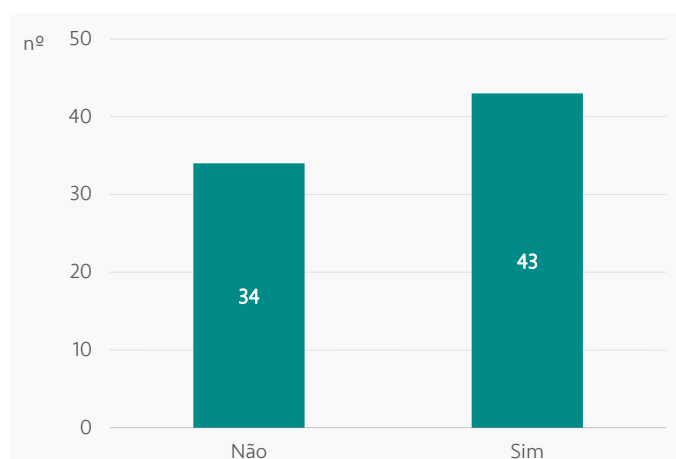


Figura 61 | Necessidade atual de formação contínua por parte dos trabalhadores.

4. Formação profissional

A formação profissional tem conquistado o seu espaço e tem vindo a ver reconhecida a sua importância para o tecido empresarial. Além de promover a empregabilidade, contribuir para a adaptação de jovens e adultos ao mundo do trabalho e às constantes mudanças que o acompanham, a formação profissional possibilita uma maior capacidade às próprias empresas de adaptação às mudanças, fomentando o desenvolvimento das empresas.

A **importância da formação profissional** já é reconhecida amplamente também no seio das próprias empresas. Nas empresas de Vizela existe um alargado consenso relativamente à pertinência deste tipo de formação (Figura 62). Das 77 empresas inquiridas, apenas duas acreditam que a formação profissional não é nada importante e três têm-na como pouco importante. Existem 16 empresas que olham para a formação profissional como relativamente importante e a grande maioria das empresas olham como importante (24 empresas) ou muito importante (32 empresas).

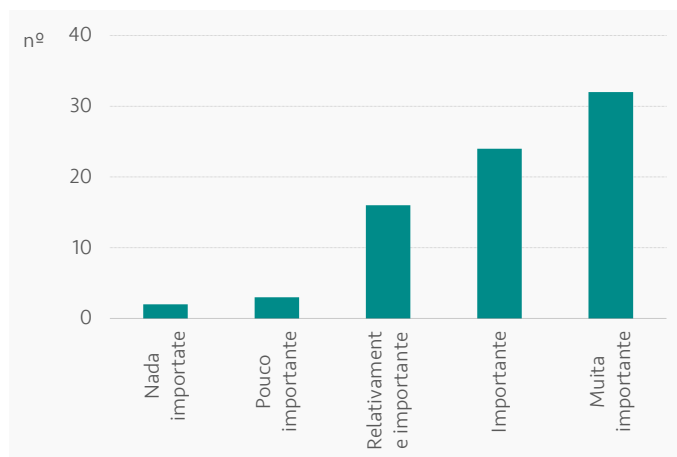


Figura 62 | Importância da formação profissional para as empresas

Ao olhar para o número de estagiários que as empresas recebem, podemos perceber que existe ainda um caminho a percorrer, apesar da maioria acolher estagiários do ensino profissional (Figura 63). Ainda assim, 36 empresas admitem que não costumam receber estágios deste tipo e 41 dizem que recebem.

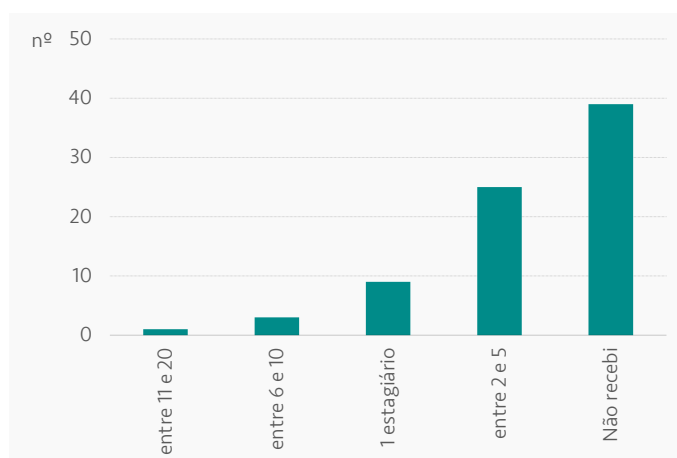


Figura 63. Estágios recebidos pelas empresas de Vizela nos últimos três anos.

Das empresas que receberam estagiários, 38 indicam ter ficado com pelo menos um estagiário. Destas, 32 indicam ter ficado com um estagiário, três com dois estagiários e existem três empresas que ficaram com três ou mais estagiários na equipa após o estágio (Figura 64).

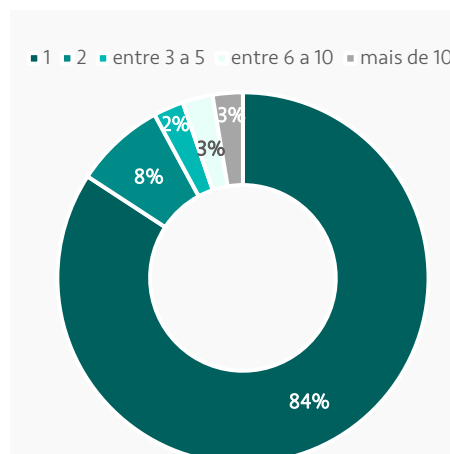


Figura 64 | Número de estagiários integrados nas empresas, entre as empresas que receberam estágios nos últimos três anos

Algo que influencia a perspetiva das empresas sobre os estágios é o **desempenho dos estagiários** e a avaliação que as próprias empresas realizam quando recebem um estagiário. Neste âmbito, entre as empresas que receberam estagiários, de modo geral, em todos os parâmetros de avaliação, as avaliações mais comuns são as de “relativamente positivo” e “positivo” (Quadro 56).

A avaliação das empresas relativamente à formação de base dos estagiários, é na sua maioria “relativamente positiva” e “positiva”, existe um grande grupo que a considera “mediocre” ou até mesmo “negativa” e “muito negativa”. Já no quesito do acompanhamento do estágio por parte dos professores, as empresas, de grosso modo, avaliam o mesmo de forma positiva, existindo, no entanto, um conjunto de 10 empresas que não o avalia assim. Na avaliação feita pelas empresas à qualidade do trabalho, apesar da maioria realizar uma avaliação positiva, destaca-se que existem 16 empresas a avaliá-lo de forma “mediocre” ou até “mesmo negativo” e “muito negativo”, sendo que apenas uma empresa avalia como “muito positivo”. No que concerne à organização do estágio, a grande maioria considera a mesma relativamente positiva ou positiva.

De modo global, a maioria das avaliações são “positivas” e “relativamente positivas”, mas destaca-se o facto de existirem mais avaliações de “muito negativo” e “negativo” do que “muito positivo”, o que denota uma maior facilidade em avaliar pejorativamente do que em atribuir avaliações mais favoráveis. Ressalve-se o facto de que estes estagiários se encontram num processo de aprendizagem, o que implica necessariamente alguma flexibilidade e compreensão por parte das empresas.

Quadro 56 | Avaliação global dos estágios por parte das empresas.

Avaliação	Formação de base	Acompanhamento do estágio (professor)	Qualidade do trabalho	Organização do estágio
Muito negativo	4	2	2	2
Negativo	4	2	7	3
Medíocre	7	6	7	4
Relativamente positivo	13	8	11	11
Positivo	9	18	10	16
Muito positivo	1	2	1	2
Total	38	38	38	38

As empresas de Vizela consideram um conjunto de **áreas de interesse** para acolhimento de futuros estagiários (Quadro 57), sendo que administrativos, comercial, gestão, produção, qualidade e vendas são aqueles que mais necessários serão nos próximos tempos, de acordo com as empresas. Já no que diz respeito ao número de estagiários a receber (Figura 65), 34 empresas indicam que o número adequado à sua realidade será entre dois e cinco. Existe um conjunto considerável de 25 empresas que apenas vê a necessidade de receber um estagiário, sendo que 17 empresas admitem o não acolhimento de estagiários. Apenas uma empresa prevê integrar entre seis e 10 estagiários.

Já no que diz respeito à receção de estagiários com formação ao nível do ensino superior, a grande maioria das empresas (59) refere que não é prática habitual e apenas 18 empresas costumam integrar este tipo de estágios (Figura 66).

Quadro 57 | Áreas de interesse para futuros estágios do ensino profissional.

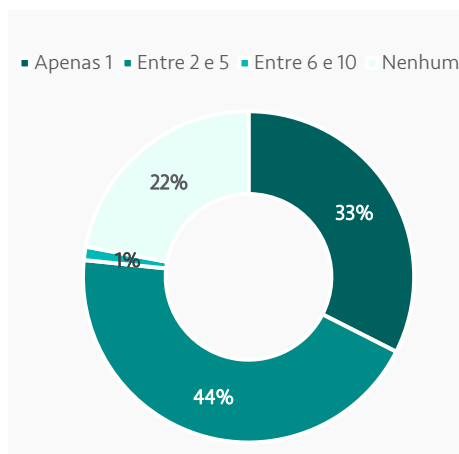


Figura 65 | Número pretendido de estagiários nas empresas.

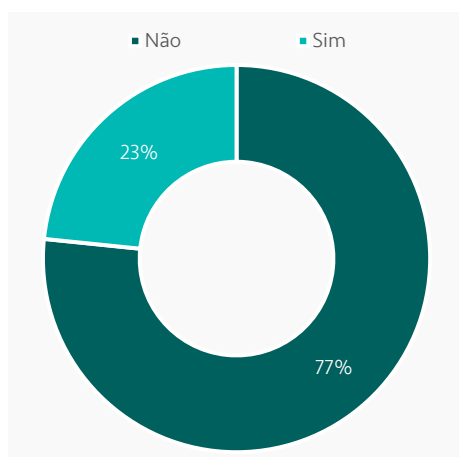


Figura 66 | Empresas que receberam estagiários do ensino superior.

Áreas da formação	Empresas interessadas
Administrativo	11
Comercial	8
Gestão	6
Produção	6
Qualidade	5
Vendas	5
Empregado de armazém	4
Marketing	4
Restauração	4
Agrícola	3
Eletricidade	3
Confeção	3
Design	3
Informática	3
Atendimento ao público	2
Desporto e educação física	2
Auxiliar de saúde	2
Contabilidade	2
Logística	2
Modelagem	2
Tecelagem	2
Canalização	1
Controle de stock	1
Corte	1
Energias renováveis	1
Enologia	1
Estampagem	1
Fisioterapia	1
Fotografia e vídeo	1
Gás	1
Lacagem	1
Manutenção	1
Montagem	1
Multimedia	1
Pintura	1
Secretariado	1
Serralharia	1
Soldadura	1
Técnico de mecânica	1
Técnico de óptica	1
Tinturaria	1
Transporte	1
Tricotagem	1
Total	104

5. Perspetivas de crescimento económico

A médio prazo, nomeadamente nos próximos 10 anos, a **perspetiva de crescimento económico** das empresas de Vizela é **significativamente positiva**. A grande maioria das empresas prevê um crescimento, sendo que 39% das empresas (30) prevê um crescimento superior a 15% e 38% das empresas (29) um crescimento até 15%. Apenas 3% das empresas prevê um decréscimo e 20% prevê manutenção (Figura 67).

Das 77 empresas, a grande maioria considera que o número de trabalhadores irá aumentar (69%) (Figura 68).

No que diz respeito à qualificação da mão de obra (Figura 69), apenas três empresas (6%) indicam necessitar de mão de obra não qualificada. Se é verdade que apenas cinco empresas (9%) referem necessitar de mão de obra altamente especializada, também é um facto que a grande maioria considera que uma **formação intermédia** (43%) e a **especializada** (42%) é a **mais necessária**, o que reflete o **aumento da procura de mão de obra qualificada**. Isto denota a importância da **aprendizagem ao longo da vida** e do peso da formação para o desempenho profissional.

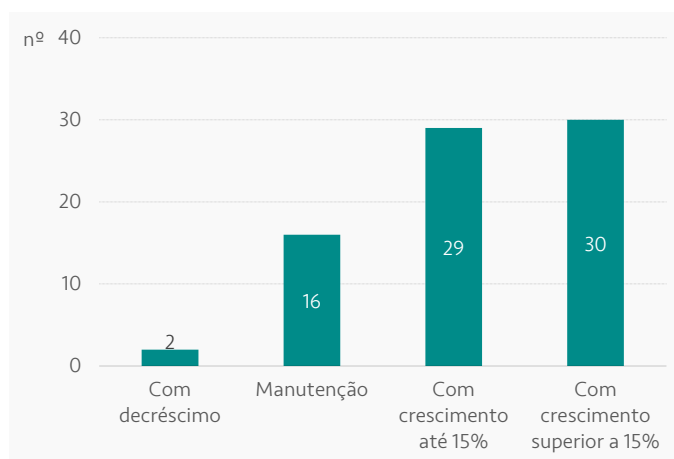


Figura 67 | Perspetivas de crescimento económico

As áreas apontadas pelas empresas assumem uma grande diversidade, que se relaciona com a variedade de atividades económicas neste território (Quadro 58).

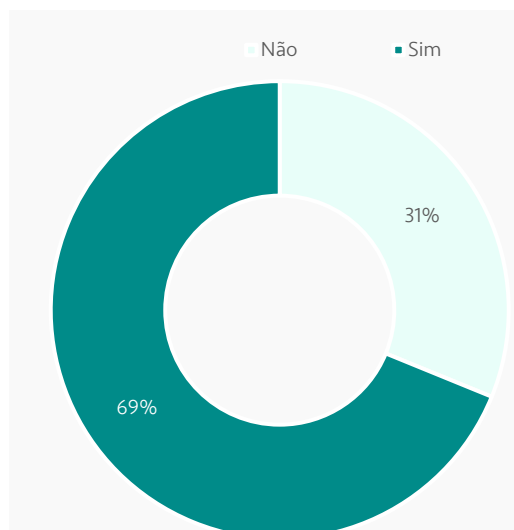


Figura 68 | Perspetivas de aumento da mão de obra da empresa

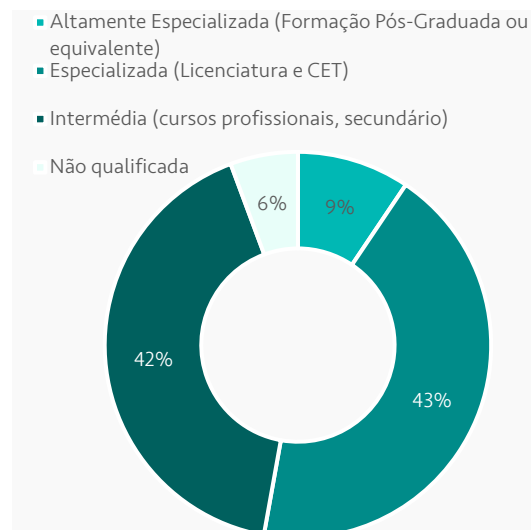


Figura 69 | Necessidades de mão de obra

Quadro 58 | Áreas de necessidade de mão-de-obra

Área de atividade/Profissionais	Necessidades (nº)
Administrativos	9
Atendimento ao público e produção	5
Auxiliares de saúde	2
Comerciais	4
Comerciais técnicos de ótica	1
Construção civil	1
Costureiras	1
Designer e técnicos de impressão	1
Distribuidores de gás	1
Eletricista	2
Embalagem e confeção	1
Empregado de Mesa	2
Empregados de armazém	5
Enfermeiros	2
Formação restauração e hotelaria	2
Gestão operacional	1
Gestão, Marketing, Vendas	1
Operadores de máquina, montagem de caixas	1
Optometrista	3
Produção	4
Professores de Educação Física	1
Relações internacionais e enologia	1
Serralheiros	1
Tecelagem, tinturaria, tricotagem, confeção	3
Técnicos Agrícolas	1
Técnicos de mecânica, lavagem e operadores de bomba	1
Técnicos de psicomotricidade	1
Técnicos de saúde	1

6. Integração das empresas no Projeto Educativo

Local

A integração das empresas no Projeto Educativo Local poderá ser vista sob a forma de um **trabalho colaborativo** quer para a resolução de problemas apontados pelo tecido empresarial, quer na **criação de territórios mais qualificados e competitivos**, com uma intervenção ao nível da formação dos jovens e adultos.

Ainda que a maioria demonstre disponibilidade em integrar o Projeto Educativo Local (51 empresas), existe um conjunto de 26 empresas que indica não a ter.

Ainda assim, sublinha-se que a maioria das empresas se encontra disponível para participar em projetos neste âmbito, o que pode ser uma verdadeira força motriz para o desenvolvimento do território.

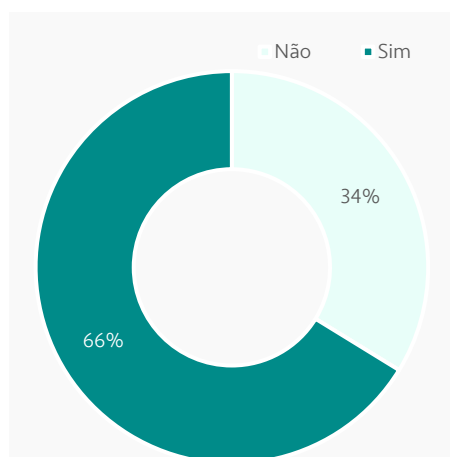


Figura 70 | Disponibilidade das empresas para apoiar projetos locais ao nível do Projeto Educativo Local

Em relação às principais formas de apoio, as empresas disponibilizam-se sobretudo para assegurar estágios aos alunos recém-saídos do ensino profissional (33 empresas), a promover estágios para alunos do 9º ano (25 empresas), em possibilitar visitas de estudo (24) e na formação profissional (15). Estes indicadores refletem novamente a consciência que as empresas de Vizela têm relativamente à importância da formação e da educação para o seu desenvolvimento (Figura 71). De sublinhar ainda que 11 empresas se encontram disponíveis para integrar alunos com necessidades educativas especiais.

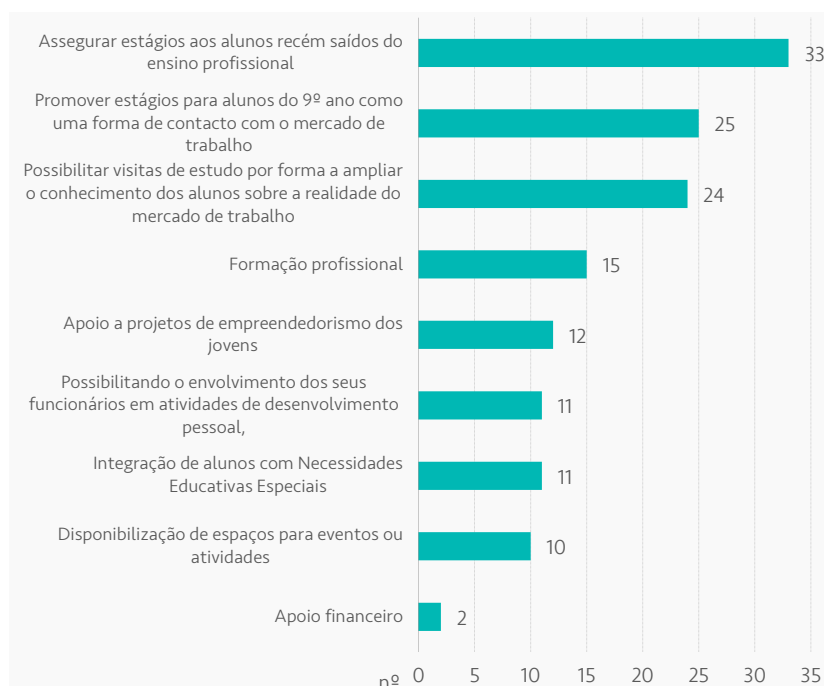


Figura 71 | Tipos de apoio das empresas para o Projeto Educativo Local.

Quando questionadas sobre a forma eficaz para se fazer a **articulação entre as empresas e as escolas**, as respostas foram diversificadas:

- Meetings regulares para perceber as necessidades de cada empresa e assim encontrar formas rápidas de colmatar essas lacunas;
- Através da Câmara Municipal ou da ACIV;
- Criação de um gabinete de mediação;
- Maior contacto com a realidade das empresas;
- Com proximidade e conhecimento das reais necessidades das empresas. Continuam a faltar meios e apoios para as micro e pequenas empresas;
- Formar os alunos de acordo com as necessidades empresariais locais;
- Preparar os estagiários para a área de formação das empresas;
- Fazer a ponte entre as necessidades e o contexto real do trabalho;
- Comunicação, e conhecimento no terreno das empresas,
- Maior conhecimento por parte dos estudantes da realidade empresarial e do mercado de trabalho;
- Identificando as empresas, a área de atuação e as reais necessidades de RH destas;
- Adaptar o ensino e preparação dos jovens para a realidade do mercado de trabalho. Em conjunto definir processos de estágio para que os formandos conheçam a realidade da área que pretendem seguir, as empresas possam identificar prematuramente pessoas para recrutamento futuro;
- Proporcionar estágios em paralelo com atividades letivas;
- Visitas as entidades empresariais;
- Recolha de informação junto das empresas.

Por fim, importa salientar que a **importância da integração das empresas no Projeto Educativo Local** decorre do facto de, por meio da responsabilidade social, elas se constituírem como **agentes fulcrais na constituição de territórios educadores**. Para além das componentes económica, social, cultural e mesmo ambiental, é possível que essas tenham um papel ativo na **criação de recursos qualificados e mais informados para o território**. Tal pode ocorrer através da formação contínua em contexto de trabalho que, direta ou indiretamente, poderá promover a sensibilização dos trabalhadores para questões como o acompanhamento dos filhos no seu percurso escolar, para além do **potencial aumento de qualificações** nos diferentes escalões organizacionais da empresa. Simultaneamente, ao ser uma potencial fonte de empregabilidade, para públicos mais jovens, poderá constituir-se como uma **oportunidade de integração na vida ativa**, por meio de estágios. Numa terceira instância, e com um âmbito mais alargado, a participação no PEL pode ser criadora de um **espírito participativo**, tornando todos os envolvidos – empregadores, funcionários e famílias – cidadão ativos e interessados no desenvolvimento local.

As recomendações elaboradas a partir deste diagnóstico, deverão refletir os seguintes **princípios**:

- Fomento da ligação e criação de sinergias entre os diferentes clusters de desenvolvimento económico do concelho e as diferentes modalidades formativas;
- Envolvimento conjunto dos diferentes atores e agentes educativos na construção de uma estratégia comum de oferta para o território, devendo existir uma coordenação concertada;
- Promoção do sucesso educativo, reforçando os níveis de rendimento e qualificação escolar em diferentes áreas, designadamente, a qualificação de base da população jovem e adulta;
- Garantia da igualdade de oportunidades no acesso aos vários níveis educativos, assegurando eficácia na transição entre ciclos e promovendo um ensino para todos;
- Fomento da participação de jovens e adultos em atividades de educação e formação ao longo da vida;
- Promoção de uma oferta de cursos profissionais de qualidade, alterando a sua função atual de combate ao abandono escolar para uma realidade que permita o ingresso neste tipo de ensino como opção para a construção de percursos de sucesso.

Síntese

- Foram inquiridas cerca de 77 empresas que, na sua totalidade, empregam 2080 trabalhadores.
- Relativamente à formação contínua dos trabalhadores, em 40 das 70 empresas foram realizadas ações de formação contínua. As ações, na sua grande maioria de caráter técnico e ajustadas às necessidades das empresas, abrangeram áreas de formação técnica/distinta. Destaca-se a formação em gestão de equipa, liderança e organizacional, em gestão, em primeiros socorros e em motivação.

- Das 77 empresas inquiridas apenas 41 receberam estagiários do Ensino Profissional, provenientes de algumas escolas secundárias e profissionais nos últimos 3 anos.
- Das 41 empresas que receberam estagiários do Ensino Profissional, 38 indicam ter ficado com pelo menos um estagiário.
- As empresas de Vizela consideram um conjunto de áreas de interesse para acolhimento de futuros estagiários, sendo que administrativos, comercial, gestão, produção, qualidade e vendas são as áreas com amior necessidade.
- Cerca de 34 empresas preveem acolher entre dois e cinco estagiários, 25 empresas apenas consideram necessário receber um estagiário e uma empresa prevê integrar entre seis e 10 estagiários. Cerca de 17 empresas admitem que não irão acolher estagiários.
- Já no que diz respeito à receção de estagiários com formação ao nível do ensino superior, a grande maioria das empresas (59) refere que não é prática habitual e apenas 18 empresas costumam integrar este tipo de estágios.
- A grande maioria das empresas necessita de trabalhadores com formação intermédia (43%) e especializada (42%), o que reflete o aumento da procura de mão de obra qualificada.
- Das 77 empresas inquiridas, 51 mostram interesse em participar em ações do Projeto Educativo Local. As empresas disponibilizam-se sobretudo para assegurar estágios aos alunos recém-saídos do ensino profissional (33 empresas), promover estágios para alunos do 9º ano (25) e possibilitar visitas de estudo (24).
- Do balanço entre a oferta existente e as necessidades de formação por parte das empresas, é elencado um conjunto de princípios que deverão ser tidos em conta na definição da Estratégia do Projeto Educativo Local.



H | MOVIMENTO
ASSOCIATIVO

1. Notas introdutórias

A Câmara Municipal de Vizela, desde o início da construção do seu Projeto Educativo Local, reconheceu o **movimento associativo** como um **pilar crucial para o desenvolvimento** integrado do seu **território**, dado o papel determinante que assume em domínios como a **qualidade de vida** dos cidadãos, a **coesão social** e a **identidade territorial**. Neste contexto, partindo da importância social, cultural, desportiva, recreativa e até económica que as associações locais encerram, enquanto polos de desenvolvimento das diferentes comunidades que constituem o território, tornou-se essencial trilhar um caminho exploratório que viesse estabilizar um conjunto de indicadores relativos às dinâmicas das associações locais. Com efeito, após um breve enquadramento conceptual, empreendemos, neste capítulo, uma caracterização do tecido associativo do concelho de Vizela, com base na trajetória de diagnóstico percorrida.

Em termos de opções metodológicas, esta caracterização teve como suporte um procedimento totalmente participado, privilegiando a auscultação dos dirigentes associativos, quer através de reuniões, *focus group* e debates, quer através da aplicação de um questionário online, cujo processo de resposta decorreu entre julho de 2021 e janeiro de 2022, possibilitando a sistematização de um conjunto de indicadores relevantes para o conhecimento das dinâmicas associativas municipais e respetivas necessidades.

Tendo por base uma análise de carácter descritivo e interpretativo, o questionário de caracterização do movimento associativo abarcou quatro partes distintas: (1) questões genéricas, com vista a uma caracterização geral das associações (e.g. designação, localidade, contactos); (2) caracterização das associações e da sua atividade (e.g. tipologia da associação, atividades desenvolvidas, público-alvo, periodicidade das atividades realizadas, etc.); (3) caracterização dos elementos da direção (e.g. número de elementos existentes, faixa etária, nível de escolaridade); (4) caracterização dos sócios (e.g. faixa etária, nível de participação dos associados nas atividades/projetos desenvolvidos, entre outros indicadores).

1.1. Associativismo e desenvolvimento local

Em termos gerais, uma associação constitui um grupo de indivíduos que, partilhando objetivos e propósitos comuns e uma mesma base territorial, estabelecem relações sociais e de identidade, assente na interação e assunção de direitos e deveres enquanto filiados nessa comunidade. No âmbito da sua intervenção, o associativismo “tem sido concebido como uma forma de organizar populações, de as levar a rentabilizar os seus recursos e capacidades, de melhorar as suas condições de vida, de as tornar capazes de decidir, autonomamente, os

seus destinos e, ainda, de as levar a assumir-se e fazer-se representar junto dos poderes estatais” (Capucha, 1990, p. 31).

Um entendimento mais circunstanciado das tipologias do movimento associativo pode ser alcançado através da seguinte tríade concetual (Fernandes, 2004): o associativismo tradicional ou revivalista, cujas associações se identificam como espaços de convívio, assentes na promoção de valores como a solidariedade (associações culturais, recreativas e desportivas); o associativismo empresarial ou pragmático, uma tipologia mais profissionalizada que tem como principal intenção a prestação de serviços no qual o associado, mediante o pagamento de cotas, pode desfrutar de um conjunto de serviços; e o associativismo emergente, assente no desenvolvimento de iniciativas inovadoras e de incorporação de novas práticas (hortas urbanas, eventos desportivos, entre outros).

Todos estes pressupostos contribuem para que a prática associativa se edifique como um movimento concertado capaz de recriar, continuamente, os espaços públicos, potenciado a emergência de novas tipologias de associativismo e, ao mesmo tempo, a crescente participação e envolvimento dos seus cidadãos. De facto, as múltiplas associações existentes possibilitam, cada vez mais, que as pessoas abracem a causa com que mais se identificam e a representem, sendo, por isso, legítimo definir o associativismo como um elemento democratizador que torna possível a união de esforços no sentido da assunção de uma maior participação nos processos e tomadas de decisão por parte da sociedade civil, a distintos níveis (económico, social e cultural).

Parece ser cada vez mais consensual a influência positiva que as associações exercem no aprofundamento e estabilização de uma sociedade democrática, na medida em que, para além dos interesses individuais, estão incutidos valores e princípios de defesa das necessidades dos grupos mais vulneráveis, seja pela dimensão pedagógica, no sentido de estimular processos de educação política ou, ainda, pela promoção de espaços de co-gestão de políticas públicas, enriquecendo os alicerces da cooperação e da representação política nas democracias hodiernas (Warren, 2004). De uma forma sucinta, os efeitos cívicos e democráticos do tecido associativo poderão processar-se de acordo com três níveis distintos (Warren, 2004): efeitos a nível individual (aumento dos conhecimentos, da informação que dispõem, do sentimento de pertença e de participação, do espírito crítico, da tolerância social e política e das qualidades cívicas em geral); efeitos a nível da esfera pública (cooperação na discussão pública e deliberação democrática e contributos para o debate no campo institucional político); e efeitos institucionais (representação de interesses e identidades, suporte de ações coletivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação e papel subsidiário na implementação de políticas públicas).

Um dos alicerces do movimento associativo é determinado pela consolidação de uma verdadeira cultura associativa, orientada para a melhoria da qualidade de vida dos seus atores, aos quais deverá ser plantado o sentimento de pertença a um espaço e tempo acolhedor e repleto de significados, tendo sempre presente que a qualidade de vida de cada um está dependente da qualidade de vida coletiva. É justamente este sentimento de pertença que favorece a **construção de uma identidade comum, direcionando a ação coletiva na prossecução das transformações almejadas com os processos de desenvolvimento local.** Ao pertencerem a redes não formais e informais, os indivíduos desenvolvem padrões de cooperação social, especialmente, a confiança no outro, facto que determina o capital social dessa comunidade, com repercussões distintas, como sendo o desenvolvimento da consciência cívica e política, a integração social e a aquisição de competências com efeitos positivos no campo económico e institucional (Putman, 2000).

O reconhecimento da importância das iniciativas locais na mobilização dos atores locais e na adoção de estratégias concertadas e integradas, conduz as associações a ocupar um lugar de destaque nos processos de desenvolvimento local, ao constituírem **“um pilar decisivo na construção de solidariedade em comunidade”** (Coelho, 2008, p. 4). O movimento associativo é parte integrante da vida e da história da comunidade local, representando, em simultâneo, um espelho das mudanças sociais que ocorrem e um catalisador de produção dessas mudanças. Nesta linha de ideias, o associativismo assume-se como um influente agente de construção identitária do território que integra e, também, de promoção da participação social, orientada para o exercício da cidadania, com base nos princípios democráticos.

Perante o compromisso de incrementar práticas ecoeducativas capazes de permitir que todos aprendem em conjunto, nos seus espaços e em todas as idades da vida, num desafio indutor de desenvolvimento integrado e sustentável com o meio em que vivem e que partilham, a importância do papel das associações locais é inegável. Efetivamente, as dinâmicas associativas que buscam aproveitar e alargar as experiências das pessoas, tornando-as mais ativas e mais livres, num compromisso social e de participação crítica, com implicações de natureza económica, social, política, cultural e educativa, deverá, sempre, partir dos recursos locais e comunitários, disponíveis e mobilizáveis.

2. O Tecido Associativo de Vizela

2.1. Caracterização geral das associações

A caracterização do tecido associativo do concelho de Vizela, alcançada por intermédio de um inquérito *online*, integrou 19 associações, o que prefigura uma adequada representatividade no quadro da realidade municipal, sabendo-se que a maioria (14 associações) possui sede própria. No que diz respeito à localidade das associações, destaca-se uma clara predominância na União de Freguesias (UF) de Caldas de Vizela (São Miguel e São João), nomeadamente, 13 associações, verificando-se, ainda, associações distribuídas pelas freguesias de Santa Eulália (3), UF de Tagilde e Vizela (São Paio) (2) e Infias (1).

Considerando os dados alusivos à data de fundação das diferentes associações, é notória uma grande variedade em termos extensão temporal (Figura 72), salientando-se, desde logo, que nenhuma das associações foi fundada entre 1994 e 2004 e que, em bom rigor, mais de metade das associações (58%) foram fundadas no século XX, o que demonstra uma enorme resiliência da sua parte. Dessas, 5 associações foram fundadas antes de 1975 (26%), 3 associações foram criadas entre 1975 e 1984 (16%) e outras 3 associações entre 1984 e 1994 (16%). Em pouco mais de duas décadas, 8 associações foram criadas no século XXI (42%), facto que denota o interesse dos cidadãos pela cultura associativa. Destacam-se, ainda, 6 associações que foram criadas entre 2004 e 2014 (32%) e 2 cuja atividade terá iniciado de 2015 adiante (10%).



Figura 72 | Data de Fundação.

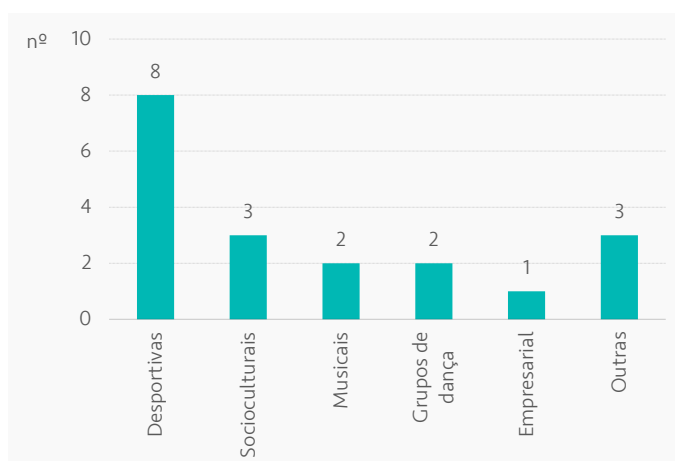


Figura 73 | Tipologia das associações/áreas de intervenção.

Relativamente à tipologia/área de intervenção das associações, ressalta uma variedade considerável, emergindo enquanto tipologia mais comum a área desportiva, ao representar 42% das associações (8 associações). Com menor representatividade surgem 3 associações

socioculturais, 2 grupos de dança/folclórico e 2 associações musicais/bandas filarmónicas. Existe, ainda, uma associação empresarial e outros 3 tipos de associações com intervenções distintas, integradas na categoria “outras” (escuteiros, bombeiros e uma Universidade Sénior (Figura 73).

Acompanhando a tendência observada na tipologia das associações locais, as atividades promovidas assumem igualmente múltiplas valências, destacando-se a promoção da prática desportiva como a atividade mais presente (7 associações). Salienta-se, ainda, um conjunto de associações cujas atividades se orientam para a divulgação do património/cultura local (4), para a promoção de atividades lúdicas/lazer (2) e para o domínio da educação/formação (2). Do tecido associativo faz também parte uma associação dedicada às atividades de defesa do ambiente e 4 associações com campos de atuação diversificados e/ou que contemplam a conjugação de várias atividades (categoria “outras”), como são exemplo: atividades de organizações económicas e patronais/realização de formação/GIP, promoção da prática desportiva, atividades lúdicas/lazer e defesa do ambiente e atividade de desenvolvimento de crianças e jovens (Quadro 59).

Quadro 59 | Atividades promovidas pelas associações.

Atividades promovidas pelas associações	Nº Associações
Prática desportiva	7
Divulgação do património local	4
Atividades lúdicas/lazer	2
Educação ou formação	2
Outras	4
Total	19

Na análise ao público-alvo das associações locais (Figura 74) ressalta a predominante orientação para a população em geral (37%), para os atletas (26%), correspondendo a 7 e 5 associações, respetivamente e para os jovens (21%, 4 associações). Com quantitativos menos significativos registam-se as associações cuja área de intervenção se direciona aos idosos (11%, 2 associações). Acresce, ainda, uma associação com um público-alvo diferenciado, diretamente relacionado com a sua tipologia (empresas e empresários).

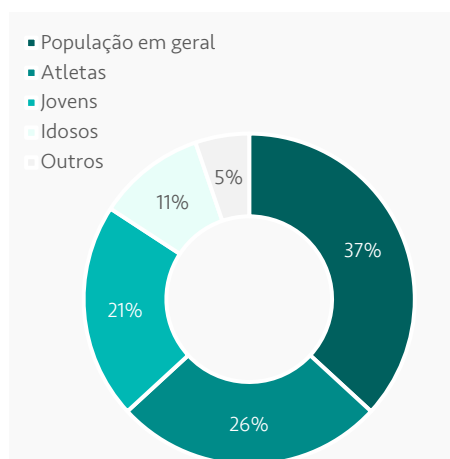


Figura 74 | Público-alvo.

Quanto à periodicidade das atividades desenvolvidas pelo tecido associativo, pelos quantitativos apresentados, constata-se que a frequência mais comum se situa a um nível semanal e diário, com 7 e 6 associações, respetivamente. As restantes associações assumem uma periodicidade diversificada, verificando-se 2 associações que admitem desenvolver atividades anualmente, 2 associações que desenvolvem atividades com uma periodicidade variável e/ou apenas quando solicitado, uma associação com uma frequência de atividades mensal e outra trimestral (Quadro 60).

Quadro 60 | Periodicidade das atividades desenvolvidas.

Periodicidade	Nº Associações
Diário	6
Semanal	7
Mensal	1
Trimestral	1
Anual	2
Após solicitação e/ou várias	2
Total	19

Difundidas por todo o território, as associações do concelho de Vizela assumem finalidades diferenciadas e âmbitos territoriais de ação mais focalizados ou mais amplos, que nuns casos são circunscritos às povoações que integram, e noutros casos, na maioria, se estendem à globalidade do território concelhio (63%, 12 associações). Observam-se 3 casos de associações extensíveis à generalidade do território nacional (16%), 2 associações cuja área de abrangência se concentra ao nível da freguesia e outras 2 que atuam a um nível regional (Figura 75).

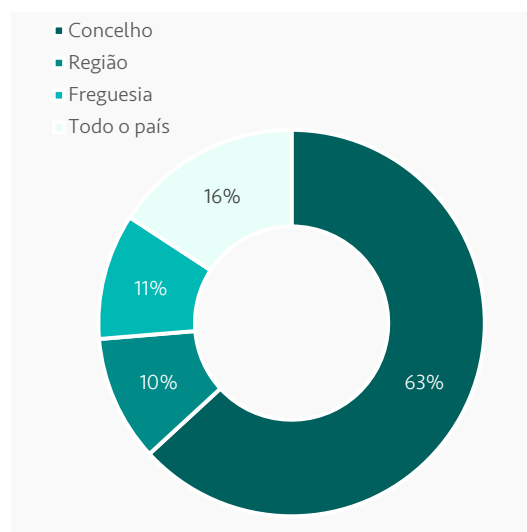


Figura 75 | Área de influência.

No que se refere às fontes de financiamento é possível constatar que as receitas próprias (e.g. quotas, serviço de bar, atividades lúdicas) representam as mais usuais, constituindo-se como principal fonte de financiamento de 32% das associações (6), seguindo-se o apoio das entidades locais, como Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, entre outras (26%) (5 associações). Os patrocínios (2 associações) e os programas de financiamento comunitário (1 associação) emergem como os apoios menos representativos da realidade associativa municipal. De ressaltar, ainda, um conjunto de associações (5) que assegura o seu financiamento através da conjugação de diversas fontes, entre as quais sobressaem as receitas próprias, as entidades locais e os programas comunitários (Figura 76).

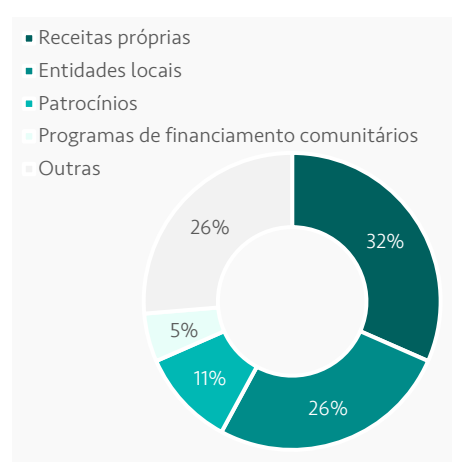


Figura 76 | Fontes de financiamento.

A análise das parcerias estabelecidas entre as associações e outras entidades locais revela particular interesse, ao permitir conhecer as suas dinâmicas e interações com a

comunidade que integram. Uma parcela bastante significativa das associações que responderam ao inquérito (13 associações) retratam dinâmicas de cooperação com as escolas, ressaltando apenas 6 associações que demonstram ausência de qualquer parceria com as mesmas. Quando versamos parcerias com outras entidades locais observa-se um ligeiro aumento, já que 16 associações mencionam a existência de tal colaboração (Figura 77).

A finalidade destas parcerias afigura-se heterogénea, ao atravessar âmbitos diversos como são exemplo: parceria com Centro Qualifica da Escola Secundária de Vizela no apoio e encaminhamento de utentes para formação; promoção da prática de modalidade desportiva; colaboração mútua, em relação a todas as atividades a desenvolver em prol da comunidade em geral; colaboração, promoção e divulgação da associação e respetivas atividades; realização de atividades diversas; relação entre clubes locais e escolas; promoção da aprendizagem de instrumentos musicais; formação integral dos jovens/animação musical; colaboração na angariação de bens alimentares; angariação de novos sócios, entre outros.

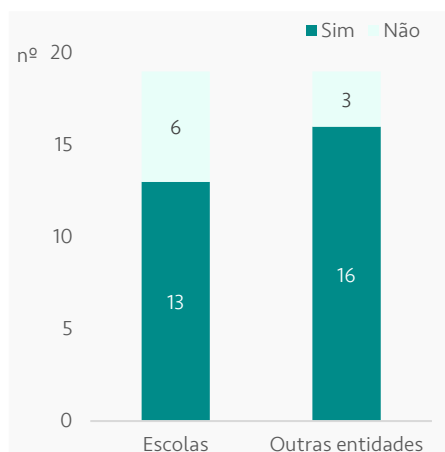


Figura 77 | Estabelecimento de parcerias com as escolas e outras entidades locais.

Numa referência aos principais desafios manifestadas pelo tecido associativo municipal (Figura 78), e que de certa forma condicionam a sua atividade, nitidamente, a problemática mais referenciada prende-se com questões alusivas ao financiamento (53%, correspondendo a 9 associações). Acresce uma associação que, paralelamente ao financiamento, destaca a falta de apoio técnico. Seguidamente, com valores aproximados destacam-se os entraves existentes ao nível das infraestruturas das associações (23%) e, também, da frágil participação dos sócios (18%).

Enquanto agentes de desenvolvimento, as associações assumem uma perspetiva relativamente às necessidades do território onde se inserem, que em muito devem pesar para uma melhor organização e planeamento. Entre as problemáticas identificadas pelas

associações a nível concelhio, o desemprego constitui a fragilidade mais referida (5 associações), seguindo-se o aumento da população sénior e a necessidade de infraestruturas diversas (ambas mencionadas por quatro associações). Os condicionamentos em termos de transportes e mobilidade é referida por 3 associações. As restantes associações aludem a poluição e o desinteresse dos grupos etários mais jovens.

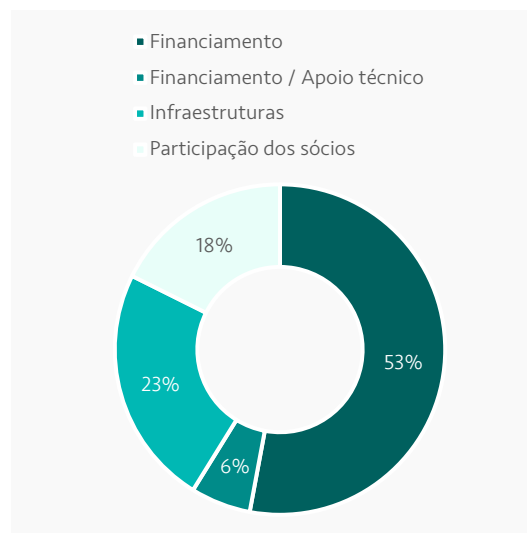


Figura 78 | Principais dificuldades das associações.

2.2. Caracterização dos sócios

Numa análise ao número de sócios afeto ao movimento associativo de Vizela, observa-se que mais de metade das associações integram mais de 100 sócios, designadamente, 11 associações (58%). Posteriormente, surgem as associações cujo número de associados se posiciona entre 41 e 60 sócios (4 associações, 21%) e as que integram um grupo entre 21 e 40 sócios (3 associações, 16%). Apenas uma associação conta com um conjunto de sócios entre 81 e 100 sócios (Figura 79).

Quanto ao nível de participação dos sócios nas atividades e dinâmicas da associação que integram, cerca de metade das associações classifica-a como frequente (53%, correspondendo a 10 associações). Todavia, é notório um número significativo de associações que caracterizam a participação dos associados como rara (31%, 6 associações), facto que impele à procura de estratégias capazes de inverter tal tendência. Salienta-se, ainda, o caso de 3 associações (16%) que encara este envolvimento como pontual (Figura 80).

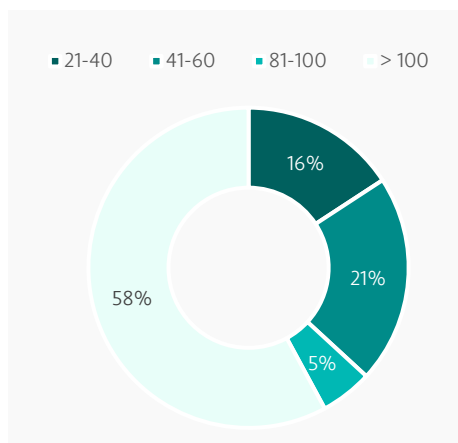


Figura 79 | Número de sócios.

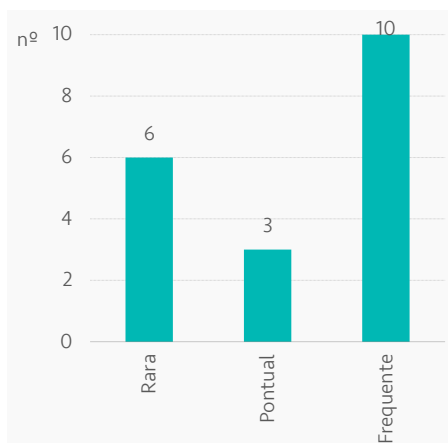


Figura 80 | Participação dos sócios.

Outra análise que se reveste de importância acrescida para que as estratégias futuras no âmbito do tecido associativo sejam delineadas em função das suas especificidades, designadamente, ao nível das características dos associados que o constituem, prende-se com o género e a faixa etária dos sócios.

Neste contexto, considerando que o tecido associativo do concelho de Vizela conta com cerca de 5472 sócios, evidencia-se uma disparidade em termos de distribuição por género, na medida em que prevalece uma maior percentagem de sócios do sexo masculino (69%), comparativamente ao sexo feminino (31%). Analisando as faixas etárias dos sócios é possível constatar uma preponderância dos sócios com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (até pela abrangência da faixa etária considerada) na ordem dos 42% (Figura 81). Num movimento decrescente surge a faixa etária relativa aos cidadãos com 65 e mais anos (23%), seguindo-se a dos sócios com idade igual ou inferior a 19 anos (20%) e, por fim, a dos jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 25 anos (15%). Considerando os dados expostos, até ao momento, e o propósito do associativismo no seio de uma comunidade, estes dados revelam particular interesse pela necessidade de revitalização do tecido associativo municipal.

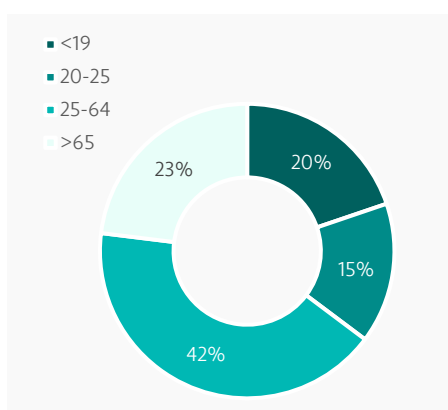


Figura 81 | Distribuição dos sócios por faixa etária dos sócios.

2.3. Caracterização da Direção

Cerca de metade das associações de Vizela (10 associações) é composta por uma Direção com mais de 10 elementos, existindo 5 associações que integram entre 6 e 9 dirigentes. Quantitativos mais reduzidos podem ser observados nas associações que integram entre 4 e 6 elementos (3 associações) e 1 e 3 membros (uma associação) (Figura 82).

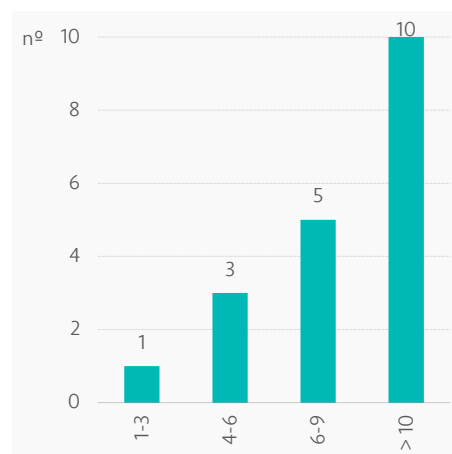


Figura 82 | Número de elementos da Direção.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos elementos da Direção, os valores mais significativos situam-se nos dirigentes com o 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (63), seguindo-se os elementos com o ensino secundário (54). De notar, paralelamente a uma significativa parcela de membros com um diploma de ensino superior (41), valores igualmente consideráveis de dirigentes com apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico (37). O número de dirigentes sem qualquer tipo de nível de escolaridade afigura-se residual (5) (Figura 83).

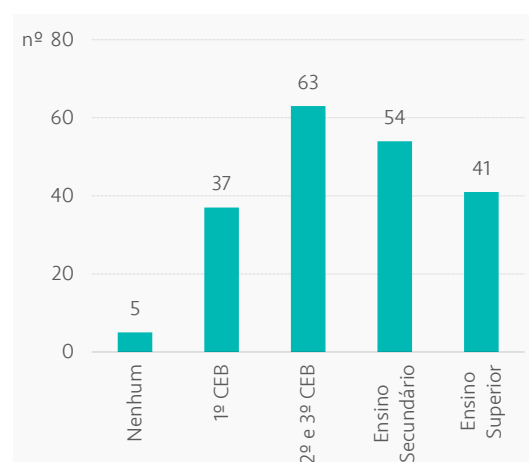


Figura 83 | Escolaridade dos elementos da Direção.

2.4. Considerações finais

A caracterização do movimento associativo de Vizela permitiu alcançar um importante conjunto de indicadores alusivos às suas principais características e dinâmicas. Efetivamente, só a partir de um processo deste cariz se torna possível conhecer a realidade existente, enquanto alicerce à reflexão, concertação e confluência dos objetivos estratégicos municipais com as iniciativas promovidas pelas associações, considerando as suas necessidades, desígnios e ambições, e tendo sempre presente a missão de construir um instrumento de planeamento estratégico potenciador do compromisso de responsabilidade partilhada e de cooperação (inter)institucional.

Considerando todos os indicadores recolhidos neste processo de diagnóstico, torna-se crucial tecer uma breve reflexão sobre as principais constatações, necessidades e preocupações do movimento associativo do concelho, no sentido de potenciar a estabilização de alguns princípios orientadores para uma intervenção estratégica integrada e concertada. Cumpre-nos, neste sentido, destacar os seguintes aspetos: dificuldades no que se refere ao financiamento (e até mesmo apoio técnico) e que acabam por condicionar a sua atuação; fragilidades em termos das próprias infraestruturas do tecido associativo; escassa participação dos sócios nas distintas iniciativas e dinâmicas associativas; preocupação com o desemprego e o aumento da população sénior no território; necessidade de infraestruturas diversas a nível concelhio; condicionamentos a nível concelhio no que diz respeito aos transportes e mobilidade; e reconhecimento do desinteresse dos grupos etários mais jovens nas atividades municipais.

Ainda que seja reconhecido o valor das iniciativas desenvolvidas, está presente a convicção de que tais atividades carecem de articulação com as escolas e outras entidades locais, postulando, desta forma, a necessidade de potenciar e ampliar redes de contacto, participação e envolvimento com a globalidade da comunidade municipal. Num momento em que o currículo local tem vindo a ser cada vez mais valorizado, é essencial que a educação e os recursos educativos se organizem, de forma a responder às novas dinâmicas temporais, pois tão importante como assegurar diplomas, é cuidar de garantir que os tempos, espaços e recursos educativos contribuam, efetivamente, para um tempo de vida de descoberta entre situações sociais, culturais, afetivas, lúdicas e de exercício de cidadania (Alcoforado, 2014). Com efeito, esta nova visão assente na ideia de território enquanto ambiente de aprendizagem vai muito além dos espaços escolares, pressupondo a diversificação de oportunidades educativas para todos os alunos, e reforçando não só a cooperação entre os diferentes atores da comunidade local, mas também a gestão integrada dos seus recursos.

Questionados sobre eventuais iniciativas ou projetos que gostariam de desenvolver no sentido de potenciar a cooperação e articulação entre as associações locais e as escolas, outras entidades ou população em geral, as associações mencionam um conjunto de propostas que importa apresentar: promover reuniões frequentes com as entidades para potenciar a cooperação e definição de estratégias a adotar; promover a prática desportiva no geral, diversificando as ofertas (e.g. organização de provas; desenvolver iniciativas dos clubes em espaços públicos, como demonstrações de treinos e palestras com treinadores/coordenadores) e desenvolver protocolos com as escolas para desenvolver a prática de diferentes modalidades (e.g. patinagem, inclusão da canoagem como desporto curricular); desenvolver uma maior articulação com as escolas, potenciando um maior envolvimento dos alunos e uma maior atividade e ocupação dos mesmos; criar condições indispensáveis para o desenvolvimento de projetos futuros, integrando as atividades das próprias associações nas dinâmicas escolares; proporcionar visitas aos museus; promover campanhas de sensibilização e de proteção do ambiente (e.g. transmitir conhecimentos sobre as aves, proteção e preservação da natureza); promover o património/história local; fomentar as parcerias entre as associações locais; e promover o ensino e desenvolvimento da cultura musical, impulsionando concertos e intercâmbios musicais.

Ao assumir o movimento associativo de Vizela como um dos pilares de uma política educativa municipal, é crucial que a autarquia e demais entidades e atores locais se mobilizem no sentido da valorização e promoção dos recursos associativos locais, mediante esforços acrescidos de suporte e encorajamento às suas ações e de dinamização de modos de cooperação interassociativa. Respeitando os princípios enunciados de utilidade, fruição e reconhecimento, os recursos locais e sociocomunitários podem ser convocados em favor da iniciativa de grupos de cidadãos e cidadãs que, de forma voluntária, procuram mobilizar o melhor de si em favor da sua transformação e da transformação dos seus contextos de vida e dos seus coletivos de pertença. Pensar políticas municipais de educação, para todos e todas, em todos os tempos e espaços da vida, passa necessariamente por criar condições de mobilização das pessoas e dos recursos, para que estas experiências transformadoras se possam multiplicar.

Síntese

- O diagnóstico do movimento associativo de Vizela integrou 19 associações locais, e ainda que assuma uma grande pluralidade de tipologias/áreas de intervenção (desportivas, socioculturais, dança, musicais, etc.), a área desportiva ressalta como a mais comum (8 associações);
- O público-alvo orienta-se, principalmente, para a população em geral (37%), para os atletas (26%,) e para os jovens (21%);

- Em termos de área de influência, as atividades associativas destinam-se, na sua maioria, à globalidade do território concelhio (63%);
- As principais fontes de financiamento são as receitas próprias (32%) e as provenientes do apoio de entidades locais (26%);
- Mais de metade das associações (58%) têm na sua composição mais de 100 sócios;
- Ainda que cerca de metade das associações classifiquem a participação dos associados como frequente (53%), evidencia-se uma percentagem significativa que a caracteriza como rara (31%);
- Existem mais sócios do sexo masculino (69%) do que do sexo feminino (31%);
- 42% dos sócios situam-se na faixa etária dos 25-64 anos, 23% apresentam 65 ou mais anos, 20% tem idade igual ou inferior a 19 anos e apenas 15% se situa na faixa etária dos 20-25 anos;
- Principais dificuldades/desafios a nível associativo e concelhio: financiamento; infraestruturas; escassa participação dos sócios nas distintas iniciativas e dinâmicas associativas; desemprego e o aumento da população sénior no território; infraestruturas diversas a nível concelhio; condicionamentos no que diz respeito aos transportes e mobilidade concelhia; e reconhecimento do desinteresse dos grupos etários mais jovens.

Referências bibliográficas

- Alcoforado, J. L. M. (2014). Uma Educação para Todos, ao Longo e em todos os Espaços da Vida: desafios para a construção de políticas públicas promotoras de uma cidadania planetária crítica e ativa. In Marinalva Freire da Silva, *Mundos Distantes, Diálogos Possíveis: a vida em Mosaico*, 14 - 34. João Pessoa: Ideia.
- Capucha, L. (1990). Associativismo e modo de vida num bairro de habitação social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 8, 29-4. Lisboa: CIES
- Coelho, S. L. (2008). Participação Social e Associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/sociologia/uploads/files/working30.pdf>. Acesso, 10.
- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Ferreira, A. G. (2012). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. In *Cadernos de Geografia*. 30/31. pp. 313 - 324. Coimbra: Dep. Geografia/Universidade de Coimbra.
- DGE (2018). *Para uma educação inclusiva - Manual de apoio à prática*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, A. T. (2004). Democracia, Descentralização e Cidadania. In *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*. Oeiras: Celta Editores.
- Nazareth, J. M. (2004). *Demografia - A Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.
- OECD (2020). *Education at a Glance 2020. OECD Indicators*, OECD Publishing. Acedido em https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2020_69096873-en
- Organização das Nações Unidas (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Ministério Público.
- Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Assembleia Geral da ONU.
- Santos, L., Barros, C., Gama, R. & Cordeiro, A. M. R. (2016). Projeções da população em idade escolar e planeamento de equipamentos educativos. In Mendes, M. F., Malheiros, J., Clemente, S., Baptista, M. I., Pintassilgo, S., Ribeiro, F., Tomé, L. P. & Câmara, S. B.

(orgs.). *Atas do V Congresso Português de Demografia* (pp. 185-200). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UNESCO (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação*. Brasília: UNESCO.

Warren, M. E. (2004). Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia? In Viegas, J. M. L.; Pinto, A. C. & Faria, S. (org.). *Democracia, novos desafios e novos horizontes*. Oeiras: Celta Editora, 85-97.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho. Diário da República, 1ª série – N.º 129.

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho - Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro. Diário da República, 1ª série – N.º 176.

ENDEREÇOS NA INTERNET

<http://www.ine.pt>

<http://www.pordata.pt>

<http://www.infoempresas.com.pt/>

Índice de Figuras

Figura 1 Enquadramento administrativo de Vizela.	23
Figura 2. Hipsometria.	24
Figura 3 Declives.	25
Figura 4 Uso e ocupação do Solo.	27
Figura 5 Rede de acessibilidades municipal.	28
Figura 6 Densidade populacional em 2021.	35
Figura 7 Variação da população residente, entre 2011 e 2021.	37
Figura 8 População residente em 2021 e variação populacional entre 2011 e 2021.	38
Figura 9 Nascimentos em 2020, e entre 2016 e 2020.	39
Figura 10 Evolução da taxa de fecundidade geral entre 2001 e 2020.	40
Figura 11 Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural.	41
Figura 12 População residente no concelho de Vizela, segundo os grandes grupos etários.	43
Figura 13 Pirâmide etária da população residente entre 2001 e 2011.	44
Figura 14 Pirâmide etária da população residente entre 2011 e 2020.	44
Figura 15 Índice de envelhecimento em 2011 e 2021.	46
Figura 16 Evolução da população residente estrangeira no concelho de Vizela, entre 2011 e 2020.	51
Figura 17 Famílias clássicas segundo a dimensão, em 2011.	54
Figura 18 Proporção das famílias clássicas unipessoais.	55
Figura 19 Proporção das famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade.	55
Figura 20 Proporção de núcleos familiares monoparentais, em 2001 e 2011.	56
Figura 21 Evolução dos beneficiários do subsídio de desemprego no concelho de Vizela, entre 2009 e 2020.	58
Figura 22 Beneficiários do subsídio de desemprego no concelho de Vizela, por sexo, em 2011 e 2020.	59
Figura 23 Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Vizela, entre 2011 e 2020.	60
Figura 24 Empresas por tipo de atividade, em 2019.	65

Figura 25 Pessoal ao serviço nas empresas, 2019.....	65
Figura 26 Taxa de atividade, por sexo, em 2011.....	66
Figura 27 População empregada segundo o nível de escolaridade, em 2011.....	68
Figura 28 Evolução do Ganho médio mensal por sexo, entre 2013 e 2019.....	69
Figura 29 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o sexo, em 2019.....	70
Figura 30 Taxa de desemprego em 2001 e 2011.....	72
Figura 31 Evolução do número de desempregados no concelho de Vizela, entre 2009 e 2021.....	72
Figura 32 População desempregada em Vizela, por grupo etário, em 2021.....	73
Figura 33 População desempregada, segundo o nível de escolaridade, em 2021.....	73
Figura 34 Desempregados registados segundo o setor de atividade em 2021.....	74
Figura 35 Desempregados registados segundo a duração da procura de emprego em 2021.....	74
Figura 36 População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.....	79
Figura 37 Taxa de analfabetismo, entre 2001 e 2011.....	80
Figura 38 Rede educativa de Vizela.....	83
Figura 39 Provável evolução da população residente em idade escolar, entre 2021/22 e 2026/27.....	92
Figura 40 Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico entre 2013/14 e 2019/20....	101
Figura 41 Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário entre 2013/14 e 2019/20.....	102
Figura 42 Distribuição dos alunos por género.....	111
Figura 43 Distribuição dos alunos por faixa etária em função do género.....	111
Figura 44 Distribuição dos alunos área de residência.....	111
Figura 45 Nível de ensino frequentado nos anos letivos 2020/2021 e 2021/2022.....	113
Figura 46 Distribuição dos alunos pelas medidas seletivas.....	115
Figura 47 Distribuição dos alunos pelas Medidas Adicionais.....	116
Figura 48 Alunos abrangidos pelas Necessidades de Saúde Especiais (NSE).....	117
Figura 49 Necessidade de afetação de recursos humanos específicos.....	120
Figura 50 Recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão.....	121
Figura 51 Equipamentos de apoio.....	122
Figura 52 Transporte utilizado no trajeto casa-escola e escola-casa.....	123
Figura 53 Tipologia de dimensão das empresas.....	131

Figura 54 Empresas segundo volume de negócio.	131
Figura 55 Empresas segundo o escalão de dimensão e a frequência de formação contínua nos últimos três anos.	133
Figura 56 Responsáveis pela iniciativa da formação em contexto de trabalho.....	133
Figura 57 Participação dos trabalhadores em formação contínua nos últimos três anos.	134
Figura 58 Avaliação dos resultados das ações de formação contínua.....	136
Figura 59 Investimento próprio das empresas nas formações.....	136
Figura 60 Como consideram as empresas a formação dos trabalhadores.....	136
Figura 61 Necessidade atual de formação contínua por parte dos trabalhadores.	137
Figura 62 Importância da formação profissional para as empresas.....	138
Figura 63. Estágios recebidos pelas empresas de Vizela nos últimos três anos.....	138
Figura 64 Número de estagiários integrados nas empresas, entre as empresas que receberam estágios nos últimos três anos	139
Figura 65 Número pretendido de estagiários nas empresas.....	141
Figura 66 Empresas que receberam estagiários do ensino superior.....	141
Figura 67 Perspetivas de crescimento económico	142
Figura 68 Perspetivas de aumento da mão de obra da empresa	143
Figura 69 Necessidades de mão de obra.....	143
Figura 70 Disponibilidade das empresas para apoiar projetos locais ao nível do Projeto Educativo Local	144
Figura 71 Tipos de apoio das empresas para o Projeto Educativo Local.	145
Figura 72 Data de Fundação.....	154
Figura 73 Tipologia das associações/áreas de intervenção.	154
Figura 74 Público-alvo.	156
Figura 75 Área de influência.....	157
Figura 76 Fontes de financiamento.....	157
Figura 77 Estabelecimento de parcerias com as escolas e outras entidades locais.	158
Figura 78 Principais dificuldades das associações.....	159
Figura 79 Número de sócios.....	160
Figura 80 Participação dos sócios.	160
Figura 81 Distribuição dos sócios por faixa etária dos sócios.....	160
Figura 82 Número de elementos da Direção.	161
Figura 83 Escolaridade dos elementos da Direção.....	161

Índice de Quadros

Quadro 1 Caraterização global das dinâmicas demográficas no contexto regional e nacional.	34
Quadro 2 Tipologia das freguesias, área e densidade populacional.	35
Quadro 3 Evolução da população residente e variação populacional, de 1950 a 2021. ...	36
Quadro 4 População residente e variação, de 2001 a 2021.	37
Quadro 5 Nados-vivos, de 2011 a 2020.	39
Quadro 6 Óbitos, de 2011 a 2020.	41
Quadro 7 Dinâmica natural, de 2011 a 2020.	41
Quadro 8 Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural em 2011.	42
Quadro 9 Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária em 2011 e 2021.	45
Quadro 10 Índice de dependência (jovens, idosos e total) em 2011 e 2021.	47
Quadro 11 População residente estrangeira nos concelhos da região do Ave, entre 2011 e 2020.	51
Quadro 12 Nacionalidade da população residente estrangeira em 2020.	52
Quadro 13 Caraterização global das famílias no contexto regional e nacional.	54
Quadro 14 Caraterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.	57
Quadro 15 Caraterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.	58
Quadro 16 Beneficiários de subsídio de desemprego (pessoas por 1000 habitantes), por sexo, em 2011 e 2020.	59
Quadro 17 Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por grupo etário, em 2020.	60
Quadro 18 Beneficiários Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social.	61
Quadro 19 Caraterização global dos indicadores de saúde no contexto regional e nacional.	61
Quadro 20 Dinâmica económica no contexto regional e nacional.	63
Quadro 21 Empresas e pessoal ao serviço no concelho de Vizela.	64
Quadro 22 População empregada, por grupo etário, em 2011.	67

Quadro 23 População empregada segundo o setor de atividade económica, em 2011. .	67
Quadro 24 População empregada segundo os níveis de qualificação e profissões, em 2011.	69
Quadro 25 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, em 2019.	71
Quadro 26 População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.	80
Quadro 27 Proporção da população residente por ciclos de ensino completos e taxa de abandono precoce.	81
Quadro 28 Evolução e variação do número de crianças/alunos no concelho.	84
Quadro 29 Evolução e variação do número de crianças inscritas na Educação pré-escolar.	85
Quadro 30 Evolução e variação do número de alunos inscritos no 1º CEB.	85
Quadro 31. Evolução e variação do número de alunos inscritos no 2º e 3º CEB.	86
Quadro 32 Evolução e variação do número de alunos inscritos no Ensino Secundário (regular).	87
Quadro 33 Alunos por curso científico-humanístico, no ano letivo 2020/21.	87
Quadro 34 Evolução e variação do número de alunos inscritos no Ensino Secundário (profissional).	88
Quadro 35 Evolução e variação do número de alunos inscritos nas modalidades de Educação de Adultos.	89
Quadro 36 Número de formandos nas Unidades de Formação de Curta Duração na DUODIFUSÃO, em 2021.	90
Quadro 37 Projeção e variação da população escolar por nível de ensino.	91
Quadro 38 Projeção do número de crianças com idade de frequência da educação pré-escolar (3-5 anos).	93
Quadro 39 Projeção do número de alunos com idade de frequência do 1º CEB (6 - 9 anos).	94
Quadro 40 Projeção do número de alunos com idade de frequência do 2º e 3º CEB (10 - 14 anos).	94
Quadro 41 Projeção do número de alunos com idade de frequência do Ensino Secundário (15 - 17 anos).	95
Quadro 42 Taxas de escolarização, de retenção, desistência, transição e conclusão, no ano letivo 2019/2020.	100
Quadro 43 Taxas de Escolarização entre os anos letivos de 2013/2014 e 2019/2020. ...	100

Quadro 44 Taxa de retenção e desistência, entre os anos letivos de 2009/2010 e 2019/2020.....	101
Quadro 45 Resultados dos exames nacionais e das médias internas, pelos alunos de 9º ano.....	103
Quadro 46 Resultados dos exames nacionais e das médias internas, pelos alunos de 12º ano.....	103
Quadro 47 Distribuição dos alunos por estabelecimento de ensino.....	112
Quadro 48 Alunos integrados nas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, por ciclo de ensino.....	115
Quadro 49 Alunos integrados nos planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem.....	118
Quadro 50 Atividades incluídas no Plano Individual de Transição (PIT).....	119
Quadro 51 Relação entre volume de negócios e tamanho da empresa.....	131
Quadro 52. Relação entre setor de atividade e número de trabalhadores por género...	132
Quadro 53 Áreas de formação ministradas nas empresas.....	134
Quadro 54 Desenvolvimento de formações contínuas extra promovidas pela empresa nos últimos três anos.....	135
Quadro 55 Prestadores externos com quem as empresas desenvolveram formações nos últimos 3 anos.....	135
Quadro 56 Avaliação global dos estágios por parte das empresas.....	140
Quadro 57 Áreas de interesse para futuros estágios do ensino profissional.....	141
Quadro 58 Áreas de necessidade de mão-de-obra.....	143
Quadro 59 Atividades promovidas pelas associações.....	155
Quadro 60 Periodicidade das atividades desenvolvidas.....	156

